

COLEÇÃO EXPERIÊNCIAS DE ÁFRICA
SÉRIE MANUEL VIEGAS GUERREIRO

MANUEL VIEGAS GUERREIRO
Angola 1957-1958 - os Boers

CEAUP

(Organização e Estudos)



.....
CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS
UNIVERSIDADE DO PORTO

MANUEL VIEGAS GUERREIRO

Angola 1957-1958 – os Boers

Organização e Estudos: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Coordenação: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Foto da capa: Lugar de Catemo, c(erca) de Silva Porto (35 km a poente desta cidade).

Família de Johanes Ludeque (legenda original de Manuel Viegas Guerreiro)

Foto da contracapa: Manuel Viegas Guerreiro. Trabalho de campo em Angola (provavelmente na época do seu inquérito sobre os Boers).

Co-edição:

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Câmara Municipal de Loulé

Fundação Manuel Viegas Guerreiro

Design: a partir do original de Edições Húmus

Paginação e Impressão: Uniarte Gráfica, SA - Rua Pinheiro de Campanhã, 342 - 4300-414 Porto

1ª Edição: novembro de 2024

Depósito Legal: 538293/24

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8156-36-5/man>

ISBN: 978-989-8156-36-5

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P, no âmbito do Projeto UIDB/00495/2020

Apoios:



Nota de abertura

Cadernos de Campo II

O segundo volume da coleção Experiências de África dos Cadernos de Campo Manuel Viegas Guerreiro é agora apresentado, dedicado a *Os boers* em Angola.

Os estudos realizados pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP) desenvolvem-se a partir de documentação do espólio de Viegas Guerreiro, em arquivo na Fundação, em especial o relatório da missão, notas de campo, além de registos fotográficos e de outra natureza, então recolhidos. O Relatório «é o último testemunho sobre a comunidade bóer de Angola», comunidade que deixou de existir em 1958, apesar dos cerca de 140 elementos que aí permaneceram, mas que já não representavam «o modo de vida bóer».

Com estes Cadernos de Campo: Manuel Viegas Guerreiro, Angola 1957-1958 - os *Boers*, cumpriu-se mais uma etapa no estudo da obra do patrono da Fundação, já anunciada no primeiro volume, o que só foi possível pela convergência de vontades das entidades envolvidas, a organização do CEAUP, o apoio da Câmara Municipal de Loulé e da Fundação Manuel Viegas Guerreiro, e a colaboração do CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, da Universidade de Évora.

Como presidente da Fundação Manuel Viegas Guerreiro, deixo o meu público reconhecimento a todas e todos quantos contribuíram para a concretização desta obra, bem como o compromisso de continuarmos a desenvolver as ações que forem consideradas mais apropriadas ao reforço e divulgação dos estudos de Viegas Guerreiro, no âmbito da etnografia, assim

cumprindo o seu desígnio, expresso, em 1968, na sua dissertação de doutoramento em Etnologia (Bochimanes !Khũ de Angola, estudo etnográfico. Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, p. 303):

É grande a sabedoria do mundo, ainda que quando considerada nos povos iletrados. Milénios de experiência produziram acumulação imensa de saber nos mais variados domínios da vida.

Querença, 23 de setembro de 2024
João Manuel da Silva Miguel
Presidente da Fundação Manuel Viegas Guerreiro

Agradecimentos

O percurso deste trabalho foi longo por vicissitudes académicas, laborais e pessoais. Várias vezes reiniciado, conclui-se, por fim, o segundo volume da Coleção Experiências de África – Série Manuel Viegas Guerreiro, que o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto tem vindo a publicar em parceria com a Fundação Manuel Viegas Guerreiro, a Câmara Municipal de Loulé e, através da sua investigadora integrada, Luísa Martins, também em colaboração com o Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora.

Gostaríamos de deixar uma palavra de especial apreço à Câmara Municipal de Loulé (CML), nas pessoas da sua Diretora Municipal, Dália Paulo e do seu Presidente Vítor Aleixo. Tivemos, desde o primeiro momento da proposta de realização desta obra, o necessário apoio da CML para a sua execução.

Os agradecimentos vão ainda para a Fundação Manuel Viegas Guerreiro que, na pessoa do seu anterior Presidente, Gabriel Guerreiro Gonçalves e do seu atual Presidente, João Manuel da Silva Miguel, aguardou pacientemente pelo resultado deste trabalho. Palavras do nosso reconhecimento seguem também para Marinela Malveiro, incansável nas tarefas inerentes a este projeto.

No que toca ao trabalho diretamente a cargo da equipa do CEAUP, não podemos deixar de referir:

- o estimulante apoio que tivemos do investigador e colecionador Kees van Zoelen, de há longos anos nosso colaborador;
- o papel do secretariado, nomeadamente da Carla Delgado.

Finalmente, os votos unânimes de que este projeto de valorização do espólio do Professor Viegas Guerreiro continue em colaboração com as entidades acima referidas.

Pela equipa do projeto:

Carla Delgado
Jorge Teixeira
Luísa Martins
Maciel Santos

I. ESTUDOS

Os Boers e Viegas Guerreiro

- 1. Uma revisão à obra e percurso do antropólogo Manuel Viegas Guerreiro**
- 2. Os boers em Angola – uma cultura em extinção observada por Viegas Guerreiro**

1. Uma revisão à obra e percurso do antropólogo Manuel Viegas Guerreiro

A biografia de Manuel Viegas Guerreiro tem sido alvo de estudo (Ferreira, 2006) e permite-nos descobrir novas facetas sobre o percurso profissional deste cientista e humanista, para quem o saber não tinha fronteiras nem gavetas. Por isso vamos encontrar os seus itinerários marcados em Moçambique, Angola, África do Sul, Cabo Verde, Portugal, territórios onde desenvolveu investigação multidisciplinar.

Os projetos que temos vindo a realizar no sentido de compreender o percurso académico e científico deste antropólogo permitem-nos certificar que o primeiro contacto que Viegas Guerreiro teve com África terá ocorrido quando se deslocou para o antigo Liceu Sá da Bandeira, atual Lubango, como professor permutante nos anos de 1948 a 1950, tendo aí realizado duas excursões de estudo. Nesse período teve autorização dos serviços administrativos do território para realizar as visitas ao território, das quais resultaram os seguintes relatórios:

1 – “Relatório da excursão de estudo realizada de 23 a 30 de setembro de 1949”. *Revista de Ensino*. Luanda. N.º1 (1950) 21-34. Nesta viagem de 8 dias recolheu os objetos que enviou para Faro.

2 – “Relatório da excursão de estudo realizada de 7 a 28 de março de 1950”. *Boletim Geral do Ultramar*. Lisboa. Vol. XXVII. N.º315-316 (1951) 33-110.

A primeira experiência em Angola permitiu ao antropólogo criar uma rede de contactos, cuja voz principal seria o Pe. Carlos Estermann, que conheceu na sua primeira viagem de barco desde Lisboa até Luanda, em 1947.

O trabalho que desenvolveu nas antigas colónias portuguesas de Moçambique e de Angola terá sido, talvez, o que lhe permitiu reconhecimento académico e a entrada no mundo académico e da investigação antropológica, junto dos seus pares. Como investigador do Centro de Estudos Políticos e Sociais, realizou novas missões em África, das quais resultaram dois trabalhos de fundo: um sobre os Macondes (que realizou juntamente com Jorge Dias e Margot Dias) – *Os Macondes de Moçambique: Sabedoria, Língua, Literatura e Jogos* (vol.IV, 1966)¹ – e outro sobre os Bochímanes ou Bosquímanos² – *Bochímanes !Khü de Angola* (1968).³

No entanto, outros trabalhos seus que fornecem informações sobre populações dos territórios, moçambicano e angolano, não foram ainda objeto de publicações específicas. Destaque-se o estudo das “minorias” de indianos, chineses e “boers”, alvos de estudo pela equipa da “Missão para o Estudo das Minorias Étnicas”. Não sendo apenas de carácter antropológico, este projeto de estudo estava imbuído de um carácter político, na medida em que se pretendia conhecer como viviam essas minorias, como se relacionavam entre si e, principalmente, procurava compreender-se até que ponto essas minorias poderiam constituir um risco para a manutenção e desenvolvimento da presença portuguesa no território.

1 Trata-se do 4º volume, sendo que os outros volumes foram da responsabilidade de Margot Dias e de Jorge Dias.

2 A verdadeira denominação destes povos é: Khoisan.

3 Em 1970, Orlando Ribeiro publicou uma nota a propósito da publicação de Viegas Guerreiro: “Bochímanes de Angola”, *Finisterra*, Revista Portuguesa de Geografia. (Centro de Estudos Geográficos), Lisboa, V (9), 1970, p. 130-138.

Notas em torno da “bela monografia que Manuel Viegas Guerreiro acaba de consagrar” aos Bochímanes! Khü de Angola. *Estudo Etnográfico*, Lisboa, 1968, com transcrição de algumas partes do livro. “Está a ponto de perder-se uma das derradeiras relíquias da vida do Paleolítico superior. Por isso o seu estudo era urgente, e o geógrafo lerá com proveito esta cativante monografia” (p. 138).

No âmbito da Missão de Estudo das Minorias Étnicas do Ultramar Português do ano de 1957, coube a Viegas Guerreiro viajar até ao sul de Angola, território que já seria familiar ao antropólogo. Desta vez, foi-lhe atribuída a missão de contactar as comunidades Boers e conhecer os seus contextos paisagísticos, sociais e antropológicos. A acreditarmos nas legendas que Viegas Guerreiro escreveu nas pequenas fotografias que fez das famílias, casas e aldeias Boers, registadas em suporte de papel, o investigador terá realizado a visita às comunidades durante o mês de Outubro de 1957. Tudo indica que estes encontros terão sido também muito breves. As próprias observações sobre o seu objeto de estudo foram, neste caso, ligeiras e, por vezes, lacunares – o que também demonstra o circunstancialismo destas observações, muito provavelmente periféricas aos interesses de Viegas Guerreiro.

Em resultado desses contactos foi elaborado um relatório manuscrito, o qual resultou no último capítulo do *Relatório da Campanha de 1957 (Moçambique, Angola)*.⁴ A primeira versão foi naturalmente a do seu caderno de campo que, ao contrário do que tinha organizado durante os seus inquéritos de Moçambique, não incluiu praticamente desenhos nem outros grafismos. A presente edição optou portanto por prescindir da publicação do caderno de campo e utilizar apenas o Relatório datilografado. Deste relatório, e no mesmo ano, Viegas Guerreiro fez ainda um artigo para a revista Garcia da Orta (vol. 6, n.º1, p. 11-31).

Todas as citações no texto Viegas Guerreiro na presente edição são portanto referidas apenas ao relatório datilografado, de circulação interna no Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar. Este relatório aparece aqui designado por Relatório★.

Lúisa Martins (CIDEHUS)

⁴ Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português. Por Jorge Dias (Chefe de Missão) e Manuel Viegas Guerreiro (1º Assistente). Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa: 1958.

2. Os boers em Angola – uma cultura em extinção observada por Viegas Guerreiro

2.1. Colonos e o colonialismo

Paradoxalmente a historiografia da colonização europeia produz pouco sobre os colonos. A razão é simples: na colonização *tropical* da época moderna o factor dominante foi a exportação de capitais⁵, não de pessoas. A evolução das colónias modernas dependeu portanto mais do Estado (que, como se discutirá no ponto 2.1.1., criou as condições necessárias para o investimento) e das sociedades acionistas sedeadas na metrópole⁶, que dos “colonos” propriamente ditos. A historiografia refletiu, portanto, na sua omissão destes últimos, não só a habitual *master’s voice* que a orienta mas também as linhas principais da explicação causal.

Na verdade, a colonização feita por famílias com vista à *constituição dum fragmento da patria implantado num novo território por meio da transmigração da sua população* (Almeida 1912: 102), foi um fenómeno raro na colonização tropical se por “fragmento da patria” se entender, como acontecia na Antiguidade, a reprodução na colónia da pequena economia familiar.⁷ Os emigrantes do século 19 e 20 eram na sua esmagadora maioria camponeses pobres, artesãos desqualificados pela mecanização, etc., isto é, potenciais desempregados. Como tal dirigiram-se preferencialmente para as bombas

5 Por exportação de capitais deve entender-se a exportação líquida e os processos de auto-acumulação, resultantes do investimento local dos lucros por parte das firmas coloniais.

6 Algumas delas, como as companhias majestáticas, acumularam mesmo, por algum tempo, as funções do Estado.

7 A emigração para os Domínios britânicos (Canadá, Austrália e Nova Zelândia) não desmente esta regra visto que nesses “países novos” se reproduziu, tal como antes nos Estados Unidos da América, a economia metropolitana (que não era, naturalmente, a da pequena produção mercantil). Essa emigração acompanhou os investimentos externos que, com excepção da África do Sul, não precisaram de depender da força de trabalho local (o trabalho dos iroqueses, dos “aborígenes” australianos ou dos maori foi irrelevante).

aspirantes das economias capitalistas que acumulavam em mercados de trabalho rarefeitos – os chamados países novos – e não para as colónias tropicais (excepção dos madeirenses nas Guiana e Havai). Emigravam para se integrarem como assalariados no novo mundo, mesmo que durante algum tempo antes da estabilização das “fronteiras” ainda houvesse a miragem de se tornarem agricultores por conta própria ou *self-made men*. Geograficamente, a pulsão migratória foi portanto americana, do Canadá à Argentina.

Como se sabe, poucas ou nenhuma perspectiva deste tipo eram oferecidas aos migrantes para os territórios recém-ocupados da África ou da Ásia tropical – o protótipo “colonial” – nos quais houve relativamente pouco capital exportado (portanto poucos empregos) e onde o domínio político assegurava artificialmente a força de trabalho. A repulsão dos fluxos migratórios por estes territórios foi geral na Europa. No caso português são bem conhecidas as referências à “inclinação de grande parte da população metropolitana e das Ilhas para a emigração para países estrangeiros em detrimento da valorização dos referidos territórios ultramarinos” (Felner, 1940: III, 9).

O facto de os colonos terem pesado pouco nas dinâmicas tropicais do colonialismo moderno não significa, de modo algum, que os aparelhos de Estado se pudessem esquecer da colonização familiar à moda da Antiguidade. Em primeiro lugar, porque se esta se transformasse numa pequena/média agricultura comercial contribuiria para resolver problemas orçamentais e mesmo para acelerar o crescimento – pense-se nos exemplos de sucesso da Argélia, da Rodésia, do Quênia ou da zona do café em Angola nos anos 1950. Em segundo lugar, porque tanto nos casos em que se deu a transformação de migrantes pobres numa pequena burguesia como nos *outros*, o *colonato* não podia ser esquecido na medida em que colocava problemas.

Para avaliar a compatibilidade entre o “colonato” e a economia capitalista nos trópicos deve começar-se por ver de que “colonos” se trata. A tese da incompatibilidade de A. Emmanuel aplica-se apenas às situações nas quais os colonos, dispendo de poder político, *já* se tinham transformado

em agricultores comerciais que, depois de terem sido úteis à instalação da ordem colonial, desenvolveram interesses antagónicos aos do grande capital (Emmanuel, 1985). Porquê? Porque no “plano da economia”, os colonos desperdiçavam *agora* força de trabalho e recursos úteis às grandes firmas e, pode acrescentar-se, porque com os seus pequenos capitais obrigavam também os grandes a uma partilha de lucros comerciais. Mas sobretudo porque se opunham frontalmente à poupança de despesas que a fase posterior, a da descolonização organizada pela metrópole, representava. As peripécias do Katanga entre 1960 e 1963 são elucidativas sobre as diferenças entre uma descolonização boa para Bruxelas e para a Union Minière⁸, por um lado, e a que queria o “colonato” de estilo rodesiano. A relação entre Washington e Israel também atualiza este modelo nos nossos dias.

Simplesmente a tese de Emmanuel omite uma outra tipologia desses antagonismos: a dos colonos que não tendo atingido o estágio de pequena burguesia *sempre* foram inúteis e até dispendiosos para o Estado. A história da colonização do sul de Angola, onde se incluem os seus bóeres, oferece alguns dos melhores exemplos desta evolução.

2.1.1. Os colonos nos orçamentos coloniais

Se a exportação de capital para as colónias tropicais foi um fenómeno incontestável, independentemente de não haver consenso sobre a sua cronologia, escala e resultados líquidos, é porque a taxa de lucro dos capitais coloniais tendia ser superior à média geral. No entanto, os capitais privados só se direccionavam para esses territórios depois a despesa pública lhes ter criado condições para o investimento: as que resultavam da ocupação militar, da instalação das administrações e do estabelecimento das infra-estruturas.

⁸ A Union Minière du Haut Katanga foi o grupo de capital belga e britânico, dominado pelo *holding* financeiro da Société Générale de Belgique, que entre 1906 e 1966 explorou o grande filão cuprífero da região do Katanga.

turas estratégicas e comerciais (vias de comunicação, transportes, serviços médicos mínimos, etc.). Tratando-se de despesa pura ou quando muito, de investimentos sem retorno imediato, ficavam naturalmente a cargo do Estado. Através dos números dados por Frankel, calcula-se que até 1936 cerca de 45 % do capital investido em África veio de fundos públicos (Frankel, 1969: 158-159).

Quanto menos rentáveis fossem os territórios, mais crescia, compreensivelmente, a parte dos fundos do Estado: nos territórios franceses de África, por exemplo, ultrapassava em média os 60 %. Aí a percentagem do Estado continuou em aumento, chegando entre 1930 e 1958 a 80 % de todo o capital exportado (Marseille, 2005: 152). Pôde com propriedade falar-se na despesa pública como “muleta do capital colonial”⁹ mas não se trata de um exclusivo da colonização francesa.

Uma vez que na metrópole a inflação da despesa colonial afetava negativamente todos os capitais (com ou sem interesses diretos nas colónias), esta “muleta” levantava uma oposição crónica. Daí, como se sabe, os governos fazerem geralmente os orçamentos e a legislação para as colónias sem passar pelo parlamento – apenas os empréstimos e os orçamentos extraordinários se discutiam lá, por força de lei. Visto que a máxima “as colónias pagam-se a si próprias” não passava de retórica política, os governos metropolitanos tentavam apenas, discretamente, minimizar os subsídios aos orçamentos coloniais (as “economias”).

Uma das vias era taxar o mais possível os rendimentos locais em cada território. Para esse efeito, a tributação do comércio de *export-import* parecia obviamente a mais fácil e, em todos os territórios, as alfândegas constituíram a principal fonte de receita orçamental. No caso de Angola entre 1901-08, as receitas aduaneiras já representavam cerca de 40 a 60 % dos rendimentos entrados. Mas esses e outros impostos sobre as firmas coloniais, muitas vezes estrangeiras, tinham limites quantitativos e ... políticos.

⁹ Marseille usa esta expressão a partir do livro de Anicet Le Pors, *As muletas do capital*. (Marseille, 2005:152, nota 2).

Além disso, para taxar o comércio externo era preciso haver já uma oferta local de mercadorias. Em consequência, levar a população local a produzi-las passou a constituir o grande desafio das administrações. A introdução de cultivos comerciais para monetarizar e depois tributar os camponeses esteve desde cedo nas prioridades dos governos coloniais (Santos, 2013).

É neste contexto que deve colocar-se a política de “colonização”, agora sim, relativa a colonos europeus. Que objetivos visava o Estado com a instalação de colonatos? Como se depreende do que fica dito, um aumento da receita (fiscal) e uma minimização da despesa (militar). Para o primeiro objetivo era preciso que os colonos gerassem rendimento fiscal e aduaneiro. Sem entrar na agricultura comercial o colonato europeu seria um fracasso (ler: prejuízo), como constatava João de Almeida, o teórico da “ocupação” do Sul de Angola.¹⁰ Para a o segundo, a “economia” na despesa, contava-se que a presença de europeus radicados contribuísse para diminuir a despesa militar, sempre em aumento durante as fases iniciais da ocupação. Nos orçamentos de Angola entre 1901-08, período em que começaram as grandes operações militares no Sul, o agregado médio das despesas do exército e marinha foi o mais importante da despesa ordinária (42 %). Recrutar localmente tropa de 2ª linha, africana ou melhor ainda, europeia, permitiria uma importante “economia”. Pélissier viu aí a principal vantagem que o governo de Moçâmedes tirava da chegada dos Boers à Huila.¹¹

10 Sobre esses colonatos escreveu: “Ao fim de dezenas de anos de esforços e tentativas, de alguns milhares de contos gastos, estamos ainda muito longe de tirar um fructo compensador. (...) E nestas condições, semeando energias e capitaes no desenvolvimento da colonia, jámais deve ser perdida a ligação com os interesses da metropole, de forma que esta no futuro tenha a justa compensação, pelo menos, do juro das vidas e dinheiros gastos desde a descoberta á conquista e manutenção da soberania”. João de Almeida preconizava mesmo que os colonatos ficassem a cargo das companhias acionistas, que os rentabilizariam sem encargos para o Estado (Almeida, 1912: 106-108).

11 “O primeiro motivo que nos vem ao espírito é que eles, só por si, faziam triplicar a população branca do planalto e traziam algumas centenas de espingardas manejas por mãos experientes.” (Pelissier, 1986:146).

2.2. Os boers em Angola – ponto de chegada e partida

Este pequeno enquadramento sobre o “colonato” moderno visa contextualizar o relacionamento da comunidade bóer de Angola com o Estado, que determinou a sua muito peculiar trajetória histórica e geográfica na região. Se fosse preciso avançar com uma primeira síntese, a evolução das designações com que as fontes deste assunto o referem, tanto as contemporâneas como a historiografia posterior, é esclarecedora. Da “questão bóer” passou-se para o “problema dos Afrikander”, a “ameaça”, “risco calculado” e inclusivamente, o “perigo”.¹² Sem uma progressão deste tipo, nunca uma agência governamental teria dado a Viegas Guerreiro a incumbência de elaborar o seu Relatório.*

Convém também esclarecer que os pontos seguintes não têm como objetivo reinterpretar a historiografia sobre os boers de Angola, que espera ainda muitas pesquisas apesar da monumental recolha ultimamente realizada (Stassen, 2011). O propósito é unicamente ajudar a interpretar o trabalho de Viegas Guerreiro sobre a comunidade bóer em 1958.

2.2.1. Os Treks da Sede e a primeira instalação em Angola (1876-1880)

Stassen diz que não é coincidência que “Boers” (em *afrikaans**: agricultores) se tenha tornado num nome identitário dos *Afrikander*, os colonos maioritariamente holandeses do Cabo. A agricultura foi a sua principal atividade durante séculos (Stassen, 2011, 169) mas seria a forma como a praticavam que marcaria essa identidade. Devido à pequena procura existente na colônia do Cabo, à ausência de produtos para exportação e aos custos

12 Provenientes, respetivamente, de: Machado (1925) e Galvão (1929); Guerreiro (1958); Pelissier (1986). Ornelas (1922).

dos transportes (dada a dispersão das explorações agrícolas), a comunidade *afrikander* foi gradualmente empurrada para a agricultura de subsistência.¹³ Sem capital nem condições para a agricultura intensiva, os *Afrikander* começaram a adoptar técnicas extensivas e nómadizantes, complementadas com a caça, à semelhança das populações africanas suas vizinhas. Quando em 1820 as autoridades britânicas, por razões geopolíticas, começaram a restringir a instalação de algumas destes agricultores itinerantes nas regiões Xhosa a leste do *Great Fish River* a insatisfação boer levou ao Grande *Trek* de 1835-36. Nessa altura cerca de 10 mil colonos com os seus pesados carros* emigraram definitivamente para fora da jurisdição da Coroa britânica. Depois do rio Orange, parte das famílias virou para sudeste transpondo a cadeia dos Drakkenberg e instalou-se no Natal, onde em 1839 fundaram a primeira republica *afrikaner*. Parte do *trek* permaneceu nas margens do Orange ou seguiu para norte, passando o rio Vaal e atingindo o Limpopo como limite máximo. Depois da anexação do Natal e de muitas hesitações (McIntyre, 1974:100-101), o governo de Londres optou por reconhecer, na Convenção de Bloemfontein de 1854, as duas restantes entidades bóers: o Estado Livre do Orange e a Republica do Transvaal (ZAR).¹⁴

O Grande *Trek* veio acentuar as características do modo de vida dos “brancos pretos”¹⁵: a organização em comunidades auto-suficientes, a agricultura de queimada apoiada por alguma pecuária e a associação política de famílias através de uma vaga federação quase sem funcionários permanentes. Nas palavras do estereótipo anglófono sobre os boers, “a frequência da igreja constituía a única atividade cultural”. Sem escolas e apenas com professores itinerantes, sem jornais nem cidades reconhecíveis como tal, as ra-

13 A tendência para a auto-suficiência do colonato europeu nos trópicos estava longe de ser um exclusivo dos *Afrikander*. Era para a contrariar que os tratados de colonização insistiam nos cultivos comerciais: “A cultura de grandes plantas industriais ou de exportação constitui em todos os casos a base económica das colónias brancas. A cultura de produtos alimentícios e a criação de gado não bastam para cobrir tôdas as necessidades do colono.” (BGA, 1943:152-157).

14 O nome oficial era Republica Sul-Africana (Zuid-Afrikansche Republk).

15 Expressão pejorativa, comum em Angola durante os anos iniciais do século 20, para designar os boers.

ras reuniões do *Volksraad* (parlamento) ou as mobilizações militares seriam as únicas ocasiões de sociabilidade das comunidades *boers* no Transvaal ou no Orange. (Welsh, 2000: 226). Este modo de vida, a meio caminho entre uma sociedade patriarcal (com escravos e libertos) e a pequena produção mercantil, estava, no entanto, longe do equilíbrio. A agricultura extensiva pode esgotar rapidamente os solos e na década de 1860 já estava a começar a provocar dificuldades na atribuição de terras na ZAR: enquanto em 1856 cada cidadão maior de 16 anos podia dispor de 2 *farms*, em 1869 o *Volksraad* já estava a proibir os novos registos. Embora os preços dos terrenos continuassem baixos – o que indica ainda uma procura insatisfeita relativamente pequena – é provável que o progressivo confinamento agrário se tornasse factor de um novo ciclo de *treks*.¹⁶ A ele pode juntar-se um outro: a progressiva dificuldade em encontrar *bywonners*¹⁷ africanos, indispensáveis a uma agricultura extensiva (no Transvaal calculava-se necessária haver uma média de 5 famílias africanas por *farm*).¹⁸

Na explicação dos novos *treks* também são também plausíveis os efeitos de uma maior pressão fiscal (o governo do Transvaal precisava de pagar os empréstimos para caminhos de ferro e estradas), das querelas religiosas (cisão entre as igrejas calvinistas)¹⁹ e mesmo da instabilidade militar (eram frequentes os conflitos entre clãs e comunidades). A anexação britânica da ZAR – e a subsequente guerra de 1880–81 – poderá também ter influenciado mas apenas nos *treks* posteriores. Em todo o caso, a mobilidade em busca de solos virgens e de terrenos de caça já fazia parte integral do modo de vida bóer e da sua representação mental: o *Trekgees*, o espírito das viagens. Qualquer comunidade bóer poderia, mais tarde ou mais cedo, retoma-las na sequência do que tinha feito anteriormente.

16 Stassen descarta-o para os *treks* dos anos 1870–80 mas não para os da década de 1890. (Stassen:2011:116).

17 Palavra *afrikaans* para os trabalhadores autorizados a viver junto da terras que ajudavam a cultivar.

18 Stassen refere no entanto que a oferta de trabalhadores era menor ainda no Estado de Orange, de onde não partiram novos *treks*. (Stassen, 2011:113).

19 Muitos dos participantes nos *treks* dos anos 1870 eram *Doppers*, os calvinistas mais conservadores associados à *Gereformeerde Kerk*. Sobre o milenarismo dos *Jerusalemangangers* (Stassen, 2011:1010–112).

No início da década de 1870 a novidade dos *treks* era portanto relativa: de novo grandes migrações mudando-se apenas a direção, agora preferencialmente para oeste. Por terem atravessado a parte central do deserto do Calahari este ciclo ficou conhecido como os *Dorsland Treks* (literalmente, as Viagens da Sede). Começou na sequência de uma expedição experimental de caça que chegou à Damaralândia* em 1868 e, até pelo menos 1905, seguiram-se nada menos de sete *treks* de instalação definitiva em Angola e na Bechuanalandia (Botswana atual).

Os primeiros três (1874-1880), depois de muitas peripécias²⁰, atingiram em 1879 o Cubango de Angola e depois, o Humbe. Os migrantes chegaram em precárias circunstâncias (com perdas de mais de metade das pessoas e gado)²¹, o que não os impediu de entrar imediatamente em conflito com o sobado do Humbe, tecnicamente vassalo do governo e já frequentado pelo comércio português.²² Retirando de novo para o Caoco (Sudoeste Africano) as informações dos missionários espíritanos então na Damaralândia terão sido determinantes para que entrassem em conversações com o governo português com vista à fixação no planalto da Huila (Pélissier, 1986: 14).²³ Em fevereiro de 1880 a administração de Moçâmedes fez um contacto prévio, possivelmente para prevenir surpresas.²⁴ O primeiro encontro presencial deu-se apenas meio ano depois quando os boers enviaram

20 Parte do contingente tentou regressar, tendo-se alguns estabelecido nlo atual Botswana – os “Khama boers”.

21 O registo oficial das conversações oficiais com a delegação bóer chegada a Moçâmedes regista que “fazendo parte de uma porção de famílias, em numero de seiscentas pessoas, divagavam ha cinco anos pelos sertões do interior d’Africa sofrendo privações, miserias, doenças, e ataques de gentio, e vivendo assim vida tão trabalhosa que já perderam trezentas pessoas, restando-lhes só, ouras trezentas aproximadamente, que constituem sessenta famílias.” Termo de Apresentação, 18/98/1880 (Felner, 1940: III, 192-194).

22 Para uma síntese do episódio de conflito no Humbe, que constituiu a primeira ação militar bóer em Angola, ver Epifânio, 2023: 29-31.

23 Sobre a instalação na Huila, parece já ter havido negociações entre os boers e o consul português no Cabo desde 1878 (Azevedo, 2014: 214).

24 O governador do distrito J. B. Ferreira de Almeida reivindicou mais tarde, enquanto deputado, essa iniciativa. Almeida, Ferreira de, *Diário da Camara dos Senhores Deputados*, 1890-08-05, n.º 98, p. 1693.

ao Curoca uma força de reconhecimento constituída por efetivos San²⁵ e Himbas da sua clientela.²⁶ As dificuldades da administração portuguesa para reagir a uma eventual ameaça²⁷ ficaram desde logo patentes, o que terá facilitado a autorização para o seu estabelecimento no planalto (o “risco calculado” de que falou Pélissier). Nas palavras do novo governador do distrito de Moçâmedes, Sebastião Nunes da Mata: *não só porque esse facto era indispensavel, porque não havia força para lhe resistir, como porque a isso eu estava auctorisado superiormente.*²⁸

Os passos seguintes foram descritos muitas vezes. Em setembro de 1880 uma delegação de nove boers, que afirmou não ter tido conhecimento do grupo que tinha ido ao Curoca, negociou com Nunes da Mata as bases do acordo da instalação. Provavelmente para impressionar e aumentar a parada negocial, diziam representar “800 pessoas de sua família”, então acampadas a sul do Cunene (entraria na Humpata cerca de 1/3, isto é 277). Pediam *para lhe serem concedidos terrenos na Humpata, concelho da Huila, na proporção de 200 hectares para cada familia, terrenos que eles já viram e que muito lhe agradaram.* As negociações foram demoradas (*mais de 8 horas*) e é interessante ver como a comunicação oficial do governador, que a resumiu, antecipou desde logo dois pontos de litúgio recorrentes durante as décadas seguintes: a autoridade

25 Ver no glossário a entrada *Bochimanes*.

26 Uma “guerrilha era de gente de boers que vinham á descoberta”, composta de “90 homens dos quaes 30 bem armados”. Relatório do Governador de Moçâmedes, 15-08-1880 (Oliveira, 1968: 435-36). Um outro grupo, que não seria já exploratório porque incluía crianças, estava em Setembro do mesmo ano de 1880 no Jau (Epifânio, 2023:33).

27 Os “trinta homens armados dos bueres, acompanhados de mais de sessenta muximbas das margens do rio Cunene, não trazem nada para vender. Esta gente é da raça dos macoagalas que provavelmente vivem com os verdadeiros Boeres, são fulos e de carapinha mais enroscada que os negros communs, falam com estalos da lingoa no ceu da boca como os mucoagalas, percebe-se algumas palavras inglezas, dizem elles que veem conhecer os brancos d’aquí para commerciar, tambem dizem que lá onde habitam tem brancos de ca(va)los (sic) corrido e que veem mandados por elles; o que desconfio é que vieram por aqui e que o destino é para irem aos covaes”. Leia-se: apesar das declarações, o governador desconfiava tratar-se de uma incursão para roubar gado dos Mucubais, população pastoril da área do Curoca. Governador de Moçâmedes, 10-08-1880 (Oliveira, 1968, I, 444).

28 Governador de Moçâmedes, 26-12-1885 (Oliveira, Couto 1971, II, 880-882).

política e a língua de contacto. Nunes da Mata explicou que não era o pedido de concessão de terras que oferecia dificuldades burocráticas de maior (o governo até assumia as despesas dos emolumentos e da agrimensura) mas – e vale a pena citar:

tive porem algumas duvidas sobre a condição 5ª e pedindo maiores explicações sobre o que se entendia por conservarem eles os seus officios, tendo coligido que pretendem ter um comandante ou director seu, que responda por todos perante a autoridade portugueza, e apesar de demorada conferencia, ainda não podemos chegar a um acordo porque no ponto mais melindroso do objecto, alega-se, de parte a parte, a falta de um interprete que possa bem explicar o assunto²⁹

No final chegou-se a um Termo de Apresentação que, depois de garantir a concessão de terras pedida (200 ha por família), redigia assim o articulado político:

Que obtida a concessão que pedem e se lhe promete, eles ficarão em tudo sujeitos aos preceitos das leis portuguezas, embora se continuem a considerar estrangeiros.

– 3º Que lhes será tolerado o culto da sua religião na conformidade do artigo 6º e 145º § 4º da carta constitucional;

– 4º Que não pagarão décimas nem fôro durante dez anos a contar da concessão como é facultado pelo decreto de 4 de dezembro de 1861;

– 5º Que lhe será permitido contratar serviçais nas condições da lei de 29 de abril de 1875 e respectivo regulamento, ficando certos de que os serviços e condições do contrato será fiscalizado pelas autoridades competentes;

– 6º Que se por acaso forem atacados pelos pretos indigenas teem o direito de defeza participando logo o facto á auctoridade administrativa, mas nunca poderão ir a atacar ou por qualquer forma hostilizar os mesmos indigenas e que quando haja motivos fortes, como roubos de gado ou de outros haveres e assassinatos, de-

29 Governo do Distrito de Moçâmedes, 17-09-1880 (Felner, 1940: III, 189-191).

verão representar ás autoridades para providenciar como fôr conveniente. – Que aos mesmos indigenas não será nunca por forma alguma, tirado o terreno em que costumam fazer as suas plantações.³⁰

Justifica-se também esta longa citação por o articulado das cláusulas 3^a a 6^a se focar nos pontos axiais da trajetória bóer em Angola: “questão” religiosa, saldo fiscal, contratos de trabalho e a chamada “política indígena”.

Validado o acordo pelas autoridades de Luanda e do Ministério foi autorizada a instalação de 55 famílias³¹ *nos campos baldios da Humpata* (isto para manter a ficção de que não haveria expropriações a indígenas). Muito provavelmente para minimizar potenciais conflitos, as instâncias superiores decidiram que a área concessionada ficasse reduzida a 3 mil hectares.³² Os boers constituiriam a colónia de S. Januário³³, *não podendo içar outra bandeira que não seja a portuguesa*.³⁴

Um mês depois, uma cerimónia fazia a inauguração dos trabalhos para o primeiro canal de irrigação da colónia. Em discurso oficial um dos dirigentes boers lembrou que os trabalhos se iniciavam na presença *de um chefe estrangeiro e de uma bandeira estrangeira* embora ele estivesse convicto de que *o futuro nos tornará irmãos e que obrigados á sombra da sua bandeira, tenhamos tudo a esperar da sua protecção e da sua justiça*.³⁵ Antecipando esse futuro – e sem

30 Termo de Apresentação, 18-09-1880, (Felner, 1940, 192-94).

31 O Termo de Declarações de Acordo com os Colonos Boers, de 28/12/1880, menciona 55 famílias mas a Relação de Pessoal de 1880 conta um total de 277 colonos (Felner, 1940: III, 196-197). Para a entrada inicial, Stassen dá 57 famílias e um total de 270 pessoas (Stassen, 2011: 105). Como a instalação na Humpata se fez em varias levas desde os acampamentos no Caoco, em Julho de 1883 o total já era de 325 colonos (Almeida, 1912: 93).

32 Correspondente a 52 ou 54 ha por área média de terreno concessionado a cada família. Como se verá, as matrizes prediais nunca foram motivo de conflito – nem para a administração nem para os boers – visto que até 1928 seriam muito raros os registos de propriedade detidos por estes.

33 Homenagem ao então ministro da Marinha e Ultramar, Januário Correia de Almeida (visconde de S. Januário).

34 Termo de Declarações, 28-12-1880 (Felner, 1940: III, 194-195).

35 Auto de inauguração dos trabalhos do canal (...), 19-01-1881. Felner, 1940: III, 198-200).

que nele os boers fossem parte ativa – o governo português rapidamente anulou o carácter *estrangeiro* de S. Januário: por portaria de novembro desse ano naturalizou a colónia em massa (depois de um arrolamento sumário).³⁶

2.2.2. A dispersão e os últimos Treks da Sede (1881-1905)

Em fevereiro de 1881, o alferes Artur de Paiva ficou na Humpata como representante do governo junto dos boers.³⁷ Oito meses depois, estes já officiavam por causa de *várias razões de queixa das autoridades* (não de Artur da Paiva mas do administrador da Huila, concelho a que pertencia a Humpata) a propósito do *procedimento injusto dos indigenas para comnosco*.³⁸ A cláusula 6ª do articulado começava a dar que falar, como não poderia deixar de ser tratando-se da instalação de uma colónia rodeada por uma população africana expropriada que em 1900, por estimativa, deveria ser, no mínimo, 15 vezes mais numerosa.³⁹ A Humpata justificava bem o seu nome.⁴⁰

Os problemas de coexistência incluíam também a relação conflitual dos boers com os missionários⁴¹ e com o colonato oficial, isto é, com as coló-

36 Governo-geral de Angola, Portaria n.º 344 de 23-11-1882. O interesse do governo na “nacionalização” era suprimir o pretexto que a presença de súbditos britânicos (na sequencia das anexações das republicas do Orange e Transvaal) poderia dar ao governo do Cabo para ingerências em Angola. Governador de Angola, 15/12/1882 (Oliveira, I: 559-560).

37 Os boers recusaram nomear entre si um “diretor” da colónia, como pretendia o governador Nunes da Mata: reflexo igualitário ou recusa de responsabilidade perante eventuais conflitos? Governo do distrito de Moçâmedes, Alocução, 10-02-1881 (Felner, 1940: III, 201).

38 J. F. Botha, Outubro de 1882 (Felner, 1940: III, 214).

39 População do districto segundo as raças e fogos, em 1900 (Almeida, 1912: 99). O rácio de 15: 1 refere-se à relação entre a população africana da Humpata e a população “branca”. Considerando apenas os boers, o rácio é de 26:1.

40 Humpata resulta da corruptela do nhaneca *Ompatha* = “terra de conflitos” (Azevedo, 2014: 215, nota 116 – citando Jorge Arrimar).

41 A instalação da missão espirítana da Huila, “conseguindo demarcar cerca de 1 500 hectares” já se teria feito em litígio com os boers (Azevedo, 2014: 225).

nias portuguesas subsidiadas pelo governo no planalto. Cerca de vinte anos antes da chegada dos boers à Humpata, o concelho da Huila contava apenas 57 colonos (29 portugueses e 28 libertos)⁴². Em 1881, antes da chegada dos trekkers, o total de colonos não tinha ainda duplicado.⁴³ Mas a instalação dos boers na Humpata que, como se verá no ponto seguinte fez correr muita tinta burocrática na ponderação dos prós e contras, apressou os esquemas de emigração para o planalto.⁴⁴ Nos anos de 1883-84, o governo transferiu para a Humpata mais 83 europeus em duas levadas avulsas e no final de 1884 embarcava o primeiro contingente de madeirenses que em janeiro seguinte iria formar a colónia do Lubango, depois Sá da Bandeira (Almeida, 1912:93-94).

A ideia de que a dispersão da colónia de S. Januário se deveu à intensificação do povoamento europeu na Huila – que incluía os sucessivos *treks* que chegavam – tornou-se um lugar-comum na literatura tanto pró como anti-boer das décadas seguintes. Segundo João de Almeida, a chegada dos madeirenses teria levado logo à primeira grande cisão nas famílias boers da Humpata, cuja maioria se fixou um pouco mais para leste, na Palanca.⁴⁵ A tendência para o “isolamento” dos boers, *bem mais civilizados em geral do que a gente branca exportada da metrópole*⁴⁶, explicar-se-ia pelo “desacerto”

42 Estes primeiros colonos cohabitavam com uma população indígena 61 vezes superior: 3 500 africanos “avassalados” Na Humpata propriamente dita, haveria dois portugueses à data da chegada dos boers (Almeida, 1912: 85; 92-93).

43 Contando com europeus e “brancos coloniais”, o concelho da Huila contava com 97 colonos. Nesta altura a população africana do concelho da Huila era de cerca de 20 mil, isto é, 206 vezes superior. (Azevedo, 2014: 213-214).

44 Uma relação direta comprovada por esta tirada parlamentar: “Cito a s. Exa. (...) um ponto que é necessario colonisar, a Umpata, no interior de Mossamedes. Essa região é fertilissima e precisa hoje mais que nunca ser colonisada, por forma que mais tarde possamos suffocar qualquer tentativa de independencia por parte dos boers, tentativa que nas condições actuaes prejudicaria o nosso dominio n’aquelle districto.” Barbosa Centeno, 30-06-1882, Diário da Câmara, n.º120, p. 1973 (sublinhado não original).

45 “Os boers descontentes com tal visinhança, amantes do isolamento e habituados a viverem em terrenos que consideravam seus e sem as menores peias, mudaram-se em grande parte para a Palanca, ficando além (nota: na Humpata) apenas umas 12 famílias.” (Almeida, 1912: 94-95).

46 Governador-geral de Angola, 19-03-1881 (Oliveira, 1968: I, 255).

havido no recrutamento do colonato oficial, especialmente do madeirense. Não se encontram, mesmo em relatórios oficiais, grandes eufemismos para caracterizar esses “erros” de seleção: “matéria-prima de refugo”, “nossos apoucados patrícios”, “dos de mais baixa classe”, “vadios do calhau”, etc..⁴⁷ Salta aos olhos que a explicação da mobilidade dos boers, cujo modo de vida tradicional se baseava, como se viu, na itinerância (*para a qual precisam realmente de largas extensões de terreno para pastagens, mas propendem para imaginariamente precisar muito mais do que o bastante*)⁴⁸, dispensa os preconceitos de classe da casta aristocrática militar relativamente aos pobres colonos madeirenses. Na verdade, os boers começaram por discutir a migração para fora da Huila *antes* da chegada dos madeirenses ao planalto. Fizeram-no em parte por anteciparem a chegada de novos migrantes do Transval, onde sabiam que aumentava a procura de terra e a oposição à legislação agrária.⁴⁹ Mas talvez o fator com mais peso fosse a dificuldade que crescentemente encontravam na Humpata *para a propagação do gado cavallar, cabrum e ovelhum industria a que de envolta com a agricola desejam dedicar-se*.⁵⁰ A mortalidade dos cavalos, o animal mais valorizado na cultura bóer (Viegas Guerreiro diz no Relatório* que *era, neles, um facto de civilização*) esteve precisamente no centro das divisões entre a comunidade boer.⁵¹

47 Expressões usadas respetivamente por Couceiro, 1910:170 e Machado, 1919: 29. Citadas em parte por Cerviño Padrão, um dos poucos autores pró-boer (Padrão, 1998:121-122). É de notar que o preconceito de classe chegou também aos académicos: para o geógrafo Ferreira de Almeida, antes dos madeirenses, os colonos eram “de medíocre qualidade”. Brito, 1977: 302.

48 Couceiro acrescentava a necessidade objetivo de manter grandes manadas de gado bovino, devido à “indústria dos transportes” (Couceiro, 1958:176-178).

49 “Os boers da Humpata vieram cumprimentar-me e pedir-me o meu auxílio para uma expedição que intentavam para o Nordeste da Colonia S. Jannuario no sertão do Bailundo onde contam encontrar terrenos que cheguem para serem distribuidos aos que esperem emigram do Transvaal onde um forte espirito de reacção contra a forma de concessões de terrenos se tem produzido”. Governador-geral de Angola, 03-05-1884 (Oliveira, Couto,1971:185). No Transvaal, a legislação permitia a evicção dos concessionários sem indemnizações se houvesse vendas em hasta pública.

50 Governador-geral de Angola, 19-03-1884 (Oliveira, Couto, 1971: II, 118-120).

51 Relatório*, (fl 12.) Para a discussão sobre a morte dos cavalos, o que “mais veio animar esse fermento” de dissidência, Governador-geral de Angola, 03-05-1884 1884 (Oliveira, Couto, 1971: II, 185-186).

Nas migrações de 1884 a partir da Huila, uma das rotas levou parte significativa da colónia a participar no projeto da Upingtonia* e constituiu o primeiro grande projeto de êxodo de Angola. A insatisfação dos que da Humpata queriam regressar ao Transvaal tinha levado ao seu aliciamento pelos emissários de W.W. Jordan, súbdito britânico responsável pela nova república boer. O governo do Cabo estava nela diretamente implicado (embora pouco a financiasse) porque servia para contrariar a instalação da administração alemã no Sudoeste Africano. Para o governo português, era a primeira vez em que os “seus” boers estavam deliberadamente a ser usados na geopolítica da região e pior ainda, dando-lhes ideias sobre como participar numa república autónoma. Foi também a primeira vez em que Lisboa se viu na obrigação de prestar atenção à imprensa sul-africana por causa dos boers de Angola.⁵² A morte de Jordan em 1886 pôs termo à experiência da Upingtonia e parte do contingente dissidente regressou à Humpata (Stassen, 2011: 316).

Mas o regresso ao Transvaal ou a Upingtonia não eram as únicas saídas da Humpata discutidas no início de 1884. O Bailundo era agora visto como a terra prometida dos pastos e como na divisão do trabalho entre os boers, as tarefas da pecuária e da caça eram masculinas e as agrícolas femininas, a diferença de opiniões pode ter incluído uma discussão de género:

Os boers da Humpata têm visto que os gados, principalmente o cavallar, não encontram ali uma facil propagação, sem cuidados que elles no character da vida errante que lhes é mais habitual e mais grata, estão longe de querer usar: esta circumstancia e o modo de ser aventureiro e irrequieto dos boers, fal-os desejar uma vida mais cheia de peripecias, e de accidentes, do que o deslizar monotono da existencia da Humpata adstrictos simplesmente á lavoura dos seus campos, cuidado que entregam ás mulheres, que pelo seu lado, e principalmente as velhas, declaram terminantemente não quererem sahir da Humpata.⁵³

52 “os jornaes inglezes, que nunca viram com bons olhos a emigração transvaalina, que se seguiu a annexação, têm no Cabo reproduzido as mais extraordinarias phantasias contra o nosso governo, contra nós e contra tudo”. Governador-geral de Angola, 03-05-1884, (Oliveira, Couto, 1971: II, 186-187). De notar como nesta altura Luanda ainda considerava negativo travar a emigração bóer para o planalto da Huila.

53 Governador-geral de Angola, 03-05-1884 (Oliveira, Couto, 1971: II, 185-186).

Aparentemente esta divisão do trabalho manteve-se durante os quarenta anos seguintes, o que explica o tipo de presença sazonal que os boers mantinham na fronteira sul de Angola, no Otchinjau.⁵⁴ Mas em 1884, para evitar cisões na comunidade, a decisão final dos repetidos “meetings” da Humpata foi o envio de uma missão exploratória ao distrito do Bié que, não só com a autorização mas com a plena aprovação do governo português, preparasse uma migração com famílias inteiras.⁵⁵

Como contabilizar a dispersão bóer em Angola nos quarenta anos seguintes?

No estado atual dos conhecimentos, a imprecisão é grande. Em 1887 restavam 35 famílias na Humpata, num total de 136 pessoas (nele se incluindo o saldo natural, os eventuais regressados da *Upingtonia* e os colonos portugueses entretanto lá radicados)⁵⁶, o que significa que mais de metade dos boers instalados em 1880 já tinham saído.⁵⁷ Em 1900 o núcleo da Humpata (incluindo a Palanca) tinha uma população inferior à que tinha dez anos antes, confirmando que a diáspora continuava apesar de terem entretanto entrado novos *treks*. Stassen refere a chegada de mais três nos

54 Os “Boers que vivem na Humpata mas que teem os seus gados na região do Otchinjau e que, com autorização, ali vão frequentemente ver as suas manadas. (...) É este o maior movimento de boers. Dá-se principalmente na epoca seca do ano. O pretexto é visitar os seus gados, mas é claro que a caça não lhes é estranha.” AHD-MNE, 3º P.A. 9, maço 22, Ernesto Machado, Relatório. Da minha missão no sul de Angola em Julho-Outubro de 1925, p. 72-75.

55 Como explicitamente relatou o governador Ferreira do Amaral: “A ideia a principio excitou por parte do governador de Mossamedes algumas duvidas e receios, por parecer que um largo estabelecimento de boers no interior prejudicaria o nosso prestigio, (...) Pensou-se que uma mais larga população boer exigiria a formação d’um districto no sertão de Mossamedes, e n’este ponto estou eu d’acordo, mas logo que tal necessidade se apresente, o que representa ella? O engrandecimento e civilização da nossa Africa, e portanto a realização do nosso objectivo, como não colonisadora, que devemos e podemos ter; Feliz contratempo será este, e se vier a realisar-se durante a minha vida, por ditoso me julgarei de poder ufanar-me de ter para elle concorrido.” Governador-geral de Angola, 03-05-1884 (Oliveira, Couto, 1971: II, 189-91).

56 Arouca, Frederico de Gusmão Correia (Ministro das Obras Publicas), Relatório – Diario da Câmara, 21-07-1890, n.º81, p. 1485-86.

57 João de Almeida dá um total de 472 colonos em 1891 mas retirou os dados de um relatório que junta a Humpata ao núcleo da Palanca (Almeida, 1912: 96).

anos 1892-1893, totalizando 87 famílias. Teria havido um último em 1905, com mais 11 ou 12 famílias, que seguiu diretamente para o Bié (Stassen, 2011:107-108). A julgar pelo mapa da distribuição bóer em 1928, a maioria dos novos migrantes, mesmo tendo chegado à Humpata, não se fixou lá: nesse ano, as 100 famílias da Humpata representavam apenas 19 % dos boers de Angola. Ainda assim, em 1928 o núcleo da Humpata/ Palanca representava, a par do de Mombolo (Cuanza-Sul) a maior concentração bóer em Angola. O relatório de Couceiro, que calculava em dois mil o total de boers de Angola, confirma a importância desse agregado.⁵⁸

Contudo, mais importante do que os números da dispersão, para o governo de Luanda o que contava era sua geografia: em particular, dos 8 % que residiam na fronteira sul. Para compreender assim como evoluiu a “questão” bóer, impõe-se um balanço do que foi o seu quase meio século de permanência em Angola, de acordo com a perspectiva “oficial”.

2.3. O balanço dos boers em Angola, segundo o Estado colonial

Entre a instalação de 1880 e a conclusão com que em 1958 Viegas Guerreiro fechou o seu relatório (*Deixá-los ir livremente e sem atropelos (...)* *Trabalhos demais já nos têm dado até hoje*) – que resumia o juízo maioritário do funcionalismo colonial – como e porquê se alteraram as expectativas oficiais sobre os boers?

Para simplificar, retome-se o que o ponto 2.1.1. resumiu como sendo os objetivos orçamentais do colonato patrocinado pelo Estado: acrescentar receita e poupar despesa. No caso dos boers da Huila, onde a presença mi-

58 “Embora sem estatística exacta, podemos todavia dizer, em aproximado, segundo uma informação de 1908, que a colónia boer nos Distritos da Huila e de Benguela (para onde alastrou depois das operações do Bié, em 1890) conta para cima de 2 000 almas com centros na Humpata, Caconda, rio Quê, nascentes dos rios Catumbela e Cubal, etc.” (Couceiro, 1958: 173).

litar portuguesa era particularmente fraca, os efeitos esperados começaram do lado esquerdo da conta de ganhos e perdas – a da despesa, visto que dos *treks* se esperavam grandes “economias” nos gastos militares.

2.3.1. Os boers: balanço político-militar

É óbvio e consensual, tanto entre os contemporâneos como os historiadores posteriores, que a chegada dos boers alterou a correlação de forças entre o estado colonial e os poderes políticos africanos. Antes de tudo, porque em 1880 as forças de que o distrito de Moçâmedes dispunha eram de tal modo reduzidas que, como se viu atrás, se duvidava mesmo que houvesse possibilidade de impedir a chegada dos *treks*.⁵⁹ Seis anos depois da instalação da colónia de S. Januário, a capacidade militar portuguesa no distrito continuava praticamente igual.⁶⁰ Ninguém, pelo menos antes de 1893, imaginava o governo a passar sem “o braço desses seus colonos estrangeiros”.⁶¹ Seria apenas no auge da tensão diplomática com a África do Sul (ver ponto 2.4.1.) que se tentou propagandear o contrário relativamente

59 O governador do distrito oficiava que “de 100 homens que hoje aqui temos, só 50 estão armados”. Governador do distrito de Moçâmedes, 17-009-1880 (Felner, 1940: vol. III, 189-191).

60 “A força de que Mossamedes actualmente dispõe, limita-se a uma ala de Batalhão de Caçadores número quatro, as fortalezas estão incapazes de sustentarem um ataque serio, os soldados em geral desmoralizados pelo vício da bebedeira, mal adestrados e sem instrução (...) uma força por maior que seja o número de praças n’estas circunstâncias pode ser facilmente derrotada pelos hottentotes.” Governador do distrito de Moçâmedes, 06-11-1886 (Oliveira, Couto, 1971: II, 899).

61 Sobre a força pública da época, Paiva Couceiro também era esclarecedor: “formada, como era então naquelas paragens, de praças indígenas com recrutamento ao acaso das rusgas, ou, por alternativa de cadeia, dentre malfeitores, vadios, feiticeiros ou gatunos, guerrilha mais que tropa, embriagosa, rapinante, falha de instrução, disciplina ou coragem, conforme em diversas ocorrências demonstraram.” (Couceiro, 1958: 171-172).

ao *statu quo* das décadas de 1880-90.⁶² Não é portanto de estranhar que os militares tenham inicialmente considerado que os boers seriam *uma barreira aos excessos do gentio e ao mesmo tempo um meio de colonização barato*.⁶³ Foi aliás por isso que se preconizou a dispersão do contingente da Humpata para regiões onde pudesse servir de força tampão.⁶⁴ Contrariamente ao que a geração militar seguinte diria⁶⁵, a diáspora interna bóer em Angola não foi apenas facilitada – foi em muitos casos induzida e até planeada. Como se viu coluna bóer que foi ao Bié explorar o terreno para instalar um núcleo de povoamento discutiu o projeto com uma comissão do governo e seguiu *com a bandeira portuguesa á frente*.⁶⁶ Quase quarenta anos depois, os militares continuavam a falar na canalização “útil” das migrações bóer.⁶⁷

Como se compreende, dado o seu modo de produção, as 22 campanhas militares em que os boers participaram como auxiliares do exército colo-

62 Como a de Sousa Dias em 1928: “diremos apenas que à entrada dos Boers já os estabelecimentos do litoral, certamente de Mossâmedes, em cuja linha os Boers vieram a estabelecer-se, já se achavam devidamente protegidos. A colónia Boer chegou à Humpata aem 4 de Janeiro de 1881 e nesse tempo Mossâmedes era já um centro relativamente importante com mais de 200 fogos, protegido contra o “gentio do interior” por 100 quilómetros de deserto e pelos estabelecimentos da Huíla, Gambos, Humbe, devidamente guarnecidos e fortificados” (Dias, 1927: 222-226). Nada a objetar à proteção dada pelos 100 quilómetros de deserto.

63 Governador-geral de Angola, 19-03-1884 (Oliveira, Couto, 1971: II, 118-120).

64 No caso da fronteira sul, dizia o Intendente da colonização: “Tenho actualmente em vista o estabelecimento de boers na fronteira sul do Districto de Mossamedes que é evidentemente a mais ameaçada e em perigo constante de incursões diversas.” O problema nesta altura era mesmo o inverso: convencer os boers porque o “clima é porém pouco benigno e por enquanto limitar-se-hão elles a requerer os terrenos para pastagens de gado, para o que são eminentemente aptos”. Artur de Paiva, 08-09-1892 (Padrão, 1998: 110-11).

65 “Perante a inepcia das nossas autoridades, debandam em número cada vez maior do local previamente escolhido para a sua fixação. (...) Em 1892, doze anos depois (nota: da sua instalação na Humpata, os 1 500 boers já se distribuíam a esmo pelos Distritos de Benguela e Mossamedes, a maior parte dos quais longe de qualquer controle.” Machado, 1919: 29.

66 Governador-geral de Angola, 03-05-1908 (Oliveira, Couto, 1971: II, 189).

67 “É preciso olhar a serio para este facto e adoptar a politica de expansão que melhor nos convém, isto é, desviar para o interior da Provincia, nomeadamente para os distritos de Benguela e Bié, a corrente que se estabeleceu no sentido do Otchinjau.” AHD-MNE, 3º P, A. 9, maço 22. Ernesto Machado, Relatório, 10-02-1925, cap.VI.

nial (Stassen, 2011: 181) não podiam deixar de lhes potenciar a mobilidade, mostrando onde havia pastos, caça e gado... fácil. O processo começou logo em 1881, quando durante a expedição aos Gambos os boers tiveram a sua primeira baixa (Pélissier, 1986: 149).

Alguma historiografia, em sentido inverso, chegou mesmo a hipertrofiar a contribuição militar bóer. Stassen, por exemplo, diz – convictamente! – que os boers ensinaram aos portugueses a criação de gado, o transporte em carros de bois e... a pontaria (Stassen, 2011:124). No entanto, vários fatores impediriam que os boers se tornassem para o Estado colonial no tal *meio de colonização barato*.

Antes de mais porque as complicações internacionais da fronteira sul de Angola foram de tal ordem que o contributo bóer, se bem que importante, nunca poderia evitar os grandes orçamentos militares inerentes ao envio de tropa metropolitana (que culminaram nas operações da I Guerra). Assim, a participação militar bóer nos contingentes de guerra foi decrescendo de importância: de máxima na campanha do Bié em 1890 (218 auxiliares) a mínima na do Cuamato em 1907 (25 auxiliares e “por deferência”). Paiva Couceiro indicou as duas principais etapas na “desintoxicação” bóer do sul de Angola militar: 1893, com a criação de um esquadrão de dragões em Moçâmedes; 1907, com o estabelecimento de cinco unidades “compreendendo artilharia, cavalaria e infantaria” em permanência no distrito da Huila (Couceiro, 1958: 171-172).

Em segundo lugar, há que considerar que os auxiliares boers, se bem que poupassem despesa relativamente ao envio de um corpo expedicionário europeu, também não ficavam ao custo da tropa africana de 2ª linha. Na campanha do Bié, Artur de Paiva arregimentou cada boer a uma libra por dia (Pélissier, 1986: 72). E, como lembraram vários militares na fase de liquidação de contas, em todas as campanhas os boers *receberam no fim forte espólio de gado* (Dias, 1927: 222-226), confisco que de outro modo entraria imediatamente na fazenda pública.

Em terceiro lugar, devem considerar-se os efeitos secundários da presença bóer na conflitualidade local. Sabe-se que a nomeação de Artur de Paiva como Intendente da colonização do planalto tinha como instruções explícitas a *resolução das questões locais dos indígenas entre si e a defesa dos*

*interesses d'estes em tudo o que se relacione com o estabelecimento da colonização branca.*⁶⁸ Quatro meses depois, nova tarefa para o Intendente: não apenas conciliar o quase inconciliável (a relação entre a colónia de S. Januário e as populações africanas) mas evitar a contínua apropriação de novos terrenos que os boers que, fieis ao seu modo de vida, iam fazendo sem considerações de agrimensura.⁶⁹ A capacidade militar que possuíam e a fraqueza dos governos distritais levava também os boers a não esperarem pelas campanhas militares oficiais para a *pingue distribuição dos gados apreendidos ao gentio.*⁷⁰ Os conflitos derivados das expedições punitivas para raziar gado, que começaram ainda antes da instalação na Huila estão, na atual fase dos conhecimentos, muito longe da sua inventariação total.⁷¹ Devem ter-se acentuado à medida que morria o gado que tinham trazido, que não se adaptava às condições da Huila (Smith, 1979: 84) e podem ter tido um pico durante a epizootia dos anos 1896-98, que rarefez o gado em toda a colónia. Em todo o caso, seria apenas nos anos subsequentes que a administração distrital, agora com mais recursos militares, começou a levantar processos por roubos e assassinatos cometidos em épocas passadas, alguns envolvendo mesmo figuras importantes da comunidade bóer e com o risco da *sublevação geral dos boers do planalto.*⁷²

68 Instruções Geraes, 20-4-1892 (Felner, 1940:III, 286-287).

69 “Que entre as zonas do terreno distribuido aos immigrantes, se deixem outras de reserva, sufficientemente espaçosas. ferteis e salubres para que mais tarde n’ellas se possam estabelecer e prosperar colonias portuguezas”. Governador-geral de Angola, 13-08-1892 (Felner, 1940:III, 290-291).

70 S.B. – Os boers de Angola (Jornal do Comercio e das Colonias, Lisboa, 14 e 31-10-1928).

71 O relatório anti-boer divulgado pela imprensa incluía: “Em 1888, por exemplo, foram frequentes as razias à mão armada para roubar gado aos indígenas. Anos depois, a pretexto de que um negro havia roubado duas vacas a um boer, arma-se uma verdadeira expedição, sem o consentimento da autoridade, e tanto basta para applicarem aos indígenas a pena de Talião, agravada ainda com os seus instintos impiedosos. Assaltam o gentio a quem roubam perto de mil cabeças de gado, que entre si distribuem como boa e legítima presa de guerra. Em 1897, fazem idêntica presa, chegando o seu arrojo a roubar e matar indígenas junto mesmo do quartel de dragões, no Lubango”. S.B. – Os boers de Angola, Jornal do Comercio e das Colonias, Lisboa, 14-10-1928.

72 Um dos implicados num processo relativo a 1889 era o sogro, bóer, de Artur de Paiva. AHU – maço 804. Governo-geral, de Angola, 20 e 24-09-1900.

Este risco, muitas vezes invocado, constitui um quarto fator negativo no sentido de se conseguirem as tais “economias”. Por causa dele, tanto o governo de Luanda como o poder central foram muitas vezes pressionados para colocar no terreno forças *exclusivamente* para controlo militar dos boers, transformando, portanto, estes em potenciais causas de aumento (!) da despesa.⁷³ A ideia de que *elles, vendo-se em grande numero e conhecedores das nossas necessidades, que se podem classificar fraquezas*,⁷⁴ pudessem repetir no interior da Angola uma replica da Upingtonia* tornou-se um lugar comum das esferas oficiais. Na Câmara dos Pares, Tomás Ribeiro notabilizou-se como orador da retórica *Delenda Boer*, interpelando variadas vezes o governo sobre *estes homens não aceitam por fôrma nenhuma governo que não seja exercido por gente que não seja da sua raça*.⁷⁵

Combinando custos e benefícios, o ponto de viragem entre o acolhimento favorável e a rejeição de novos *treks* parece ter-se dado definitivamente durante o governo de Paiva Couceiro, precisamente quando o governo colonial foi obrigado a tornar-se militarmente auto-suficiente.⁷⁶

Mas ao passivo militar bóer deve acrescentar-se que o fator do risco político permaneceu mesmo já depois de completamente neutralizada qualquer capacidade militar da tal *raça*. Não sendo aqui o local para descrever os detalhes das difíceis relações diplomáticas entre o governo de Lisboa e a União Sul-Africana é impossível não ter presente que estas, durante a década seguinte (1917-1926) se faziam em dois tabuleiros: o sul de Angola e o sul de Moçambique.

73 A possibilidade da chegada de novos *treks* “faz-me receiar pela ordem pública. O batalhão de caçador n.º4 composto de soldados pretos e deportados não pode servir de garantia á nossa tranquillidade”. Governador-geral de Angola, 13-10-1893 (Felner, 1940; III, 292-93).

74 Governo do distrito de Moçâmedes, 26-12-1885 (Oliveira, Couto, 1971:II, 885).

75 Tomas Ribeiro, 07-03-1892. Camara dos Pares do Reino, n.º 23, p. 2. Tomás Ribeiro faria mais uma intervenção anti-boer no mesmo mês, outra em 1893 e uma 4ª em 1897.

76 “Conclui-se, deste estado de coisas, não convir a entrada de novos imigrantes boeres na área de colonização do distrito da Huíla, devendo por consequência o Governo proibi-la e tomar as providências para efectivar a proibição.” Couceiro, 1958: 177.

A fronteira sul de Angola, estabelecida pelo tratado de dezembro de 1886 com a Alemanha, ficou nos 40 anos seguintes por delimitar no terreno. Durante a década de 1890 o governo alemão foi recusando a localização proposta por Lisboa para o ponto do rio Cunene onde deveria traçar-se o paralelo de separação. Em 1910 Berlim propôs a neutralização da zona em litígio, que a Comissão de Cartografia induziu o governo português a aceitar como um mal menor, provisório.⁷⁷ O pior estava para vir: ainda durante a I Guerra, mas já com as forças alemãs derrotadas no Sudoeste, o governo de Lisboa, inicialmente convencido de que o problema estava resolvido, viu com espanto a Inglaterra retomar o dispositivo da “zona neutra”. Mas, para desespero do Ministério português, era agora com o governo de Pretoria – e não com o seu “aliado” britânico – que as negociações deveriam prosseguir.⁷⁸ E nelas, claro, continuava a velha questão da administração do porto e dos caminhos-de-ferro de Lourenço Marques, vitais para a economia mineira do Rand.⁷⁹

Com tudo em aberto com a África do Sul, com os debates parlamentares e a imprensa a falarem recorrentemente de um possível golpe de força de Pretoria contra a *Delagoa Bay*⁸⁰ ou a fronteira do Cunene, qualquer movimentação bóer para as áreas estratégicas do sul de Angola se tornava numa questão de Estado. O relatório final de Ernesto Machado concluía que deveria ser terminantemente *proibida a fixação de novos boers nas circunscrições do Baixo Cunene, do Humbe e dos Gambos*, isto é, praticamente em todo o território angolano a sul do planalto.⁸¹

77 AHD-MNE, 3º P.A. 9, maço 21. Comissão de Cartografia, 10-03-1910.

78 Ministério dos Negócios Estrangeiros, 06-11-1917. AHD-MNE 3º P.A. 9, maço 21.

79 A última convenção bilateral (os acordos do *modus vivendi*) fora negociada em 1909 com a validade de 10 anos e tinha entretanto expirado. Sobre as convenções do *modus-vivendi*, Ferreira: 1963; Bouene; Santos: 2006.

80 Expressão anglófona em uso na África do Sul para a baía de Lourenço Marques, hoje Maputo.

81 AHD-MNE, 3º P.A. 9, maço 22. Ernesto Machado, Da minha missão no sul de Angola em Julho-Outubro de 1925, 06-10-1925.

Acabando assim a sua carreira de “auxiliares” não a poupar despesa militar mas a contribuir para a inflacionar, a utilidade marginal da “pontaria” boer foi naturalmente decrescendo. Falta ver o que do lado da receita registavam os orçamentos coloniais com a sua presença.

2.3.2. Os boers: balanço fiscal e social

Para se cobrarem taxas e impostos é preciso haver rendimentos. O que faziam os boers que pudesse servir de receita ao estado colonial tornar-se-ia outro ponto forte do libelo anti-boer.

O contingente que entrou na Humpata em 1880 apresentava-se como uma colónia agrícola, trazia milhares de cabeças de gado e a predisposição de colaborar em obras públicas, como canais e estradas. As expectativas sobre a massa fiscal de uma futura agricultura comercial bóer eram portanto elevadas e passaram para os discursos oficiais, tanto dos governos distritais e provinciais como do Ministério.⁸² Mas como se viu no ponto 2.2.1. o modo de vida das comunidades *afrikander* – ainda na ZAR e depois durante os *treks* – já as tinha afastado da produção de mercadorias. O seu estabelecimento no planalto (sem ligação por estrada ou caminho de ferro com o litoral, as dificuldades de irrigação que encontraram⁸³, as epizootias e sobretudo a falta de uma procura local acentuaram o modo de vida patriarcal, sem monetarização. Uma estatística de 1887 sobre o produto agrícola da colónia de S. Januário mostrava que as percentagens comercializadas do

82 Um dos muitos exemplos: “Tendes aqui vasto campo para o emprego da vossa actividade. – Quatro mananciaes de água corrente circundam o terreno que vos concedo em nome do governo de Sua Magestado. – As pastagens para os vossos rebanhos e manadas são excellentes. – O clima deste bello paiz não difere quasi nada do meu querido Portugal. Com taes elementos não poso duvidar nem por um momento que a Colonia S. Januario, fundada por vós, prosperará”. Governo do distrito de Moçamedes, Auto de inauguração (...), 19-01-1881 (Felner, 1940: vol. III, 198-200).

83 Raquel Soeiro de Brito fala do “clima enganador” do planalto: “as chuvas abundantes, de ritmo tropical e muito irregulares” que tornavam difíceis também as “culturas “europeias”. Brito, 1977: 298.

produto eram de 25 no milho e no feijão, de 13 na batata e de 5 no cará.⁸⁴ Não se tratava de uma exclusividade boer porque as percentagens eram semelhantes nas outras colónias do planalto, as do Lubango e da Chibia. A evolução posterior confirmaria esta tendência.⁸⁵ Além disso, mesmo com as ligações comerciais e de transporte asseguradas, o planalto da Huila não oferecia condições para a agricultura lucrativa dos chamados géneros coloniais (Almeida, 1912:84), a que se dedicavam as firmas acionistas um pouco por todos os trópicos. Num quadro destes, sem artigos de exportação⁸⁶, dificilmente pequenas explorações poderiam acumular capital suficiente para passar à agricultura intensiva.

Em contrapartida, o clima e a ausência de tripanossomiase no planalto favoreciam a criação de gado. O recenseamento pecuário de 1931 mostra que o distrito da Huila concentrava quase metade (48 %) de todo o gado bovino de Angola. Mas a circunscrição da Humpata, bastião bóer que incluía também o núcleo da Palanca, registava menos de 3 % do gado do distrito da Huila (Colónia de Angola 1935: 132-134). Eram os pastores africanos, não os boers, quem possuía agora mais riqueza móvel. A regressão da pequena exploração bóer avançou rapidamente, quando comparada com a dos outros colonos europeus e mesmo com a das famílias camponesas africanas (que em breve adotariam no planalto o cultivo comercial do milho).

Dispondo de cada vez menos rendimentos monetários as famílias *afrikaander* praticamente não empregavam trabalho assalariado. Não por-

84 *Dioscorea bulbifera*, um inhame vulgar nas regiões tropicais. Nesta estatística, apenas as ervilhas, produto de baixo peso específico, tinham uma percentagem significativa de vendas (43 %). Ministro das Obras Publicas, *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 24-07-1890, n.º85, p. 1485-86 (a partir do relatório do governador Capelo).

85 Apesar da visão optimista sobre a agricultura comercial do Sul de Angola, contavam-se apenas 26 fazendas agrícolas (isto é, cadastradas) nos concelhos da Huila e Humpata, em confronto com as 78 de Moçamedes. Frederico de Gusmão Correia Arouca, (Ministro das Obras Publicas), *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 1890-07-21, n.º81, p. 1428. Em 1964, já praticamente sem boers no planalto, apenas 9 % da Huila estava ocupada pela "agricultura empresarial". Brito, 1977: 304.

86 Só beneficiando da receita trazida pelos transportes ocasionados pelas grandes operações militares de 1914 é que a receita do C.F. de Moçamedes atingiu 0,5 contos/km. Pereira, 2018: 172.

que o nível salarial fosse alto na Huíla – precisamente devido à falta de empregos, a média salarial dos trabalhadores rurais do distrito da Huila era a mais baixa de Angola⁸⁷ – mas simplesmente porque as famílias boer não conseguiam igualar a oferta salarial da pouca agricultura comercial que havia no distrito e, sobretudo, dos “contratos” da emigração para as zonas cafeeiras.⁸⁸ Sem poder político, também não podiam contar com os “contractos com intervenção das autoridades”, o expediente que as empresas usavam para levar a administração a angariar-lhes uma força de trabalho. O relatório de V. Guerreiro recolheu, entre as famílias bóer, *frequentes queixas* sobre esse ponto (Relatório*, fl. 108-109; 117). Acresce que, sem mercadorias nem lucros também não poderia desenvolver-se uma diferenciação social suficiente que levasse à formação de *kulaks*⁸⁹ e, simultaneamente, de assalariados na própria comunidade. Como não podia deixar de ser, as explorações agrícolas boers dependiam *exclusivamente* do agregado familiar. Isto significa que mesmo nas menos desfavorecidas o trabalho infantil se tornava indispensável, o que explica os baixos níveis de escolaridade registados (Stassen, 2011: 171).

Em resumo, para todas as famílias que, sem dinheiro para equipamentos, fertilizantes ou força de trabalho, contavam apenas com a agricultura de subsistência o caminho para os níveis de pobreza absoluta podia ser rápido. Como sintetizou um dos informadores de V. Guerreiro: *A agricultura é morrer, devagar* (Relatório*, fl. 110).

Esta trajetória apanhou de surpresa as autoridades portuguesas, que inicialmente consideravam os boers agricultores modelares. De povo *nobilita-*

87 Na década de 1960, o salário diário médio dos trabalhadores “sem contrato escrito”, isto é, dos locais, era na Huila praticamente metade do oferecido nos distritos do Zaire ou de Luanda. (Mendes, s/d: 199).

88 No distrito da Huila registavam-se as maiores diferenças negativas de toda a colónia de Angola entre o salário pago localmente (dos chamados “voluntários”) e o dos “contratos”: -7\$54/dia (Mendes, s/d: 199).

89 Expressão russa que na sociologia agrária se usa para designar as famílias de agricultores suficientemente ricos para acumular terras e assalariar trabalhadores.

do pelo trabalho aos mais indesejáveis de todos os colonos⁹⁰, a comunidade bóer começou a ser associada à tradicional “preguiça” dos africanos, independentemente de ter havido casos de sucesso na agricultura comercial por parte de algumas famílias (mas todos fora da Huila).⁹¹ O relatório de Guerreiro limitou-se assim repetir o estereótipo corrente: *o bóer é branco, fidalgo, o trabalho, se pesado, é grosseiro, humilhante, próprio do preto* (Relatório*, fl. 109).

Para aceder a rendimentos monetários, os bóers dispuseram no entanto de outros recursos, pelo menos durante algum tempo. O principal deles era os seus préstimos nos serviços de transporte, que revolucionaram em Angola com a introdução do seu modelo de carro. Tratava-se de um veículo pesado, tirado por cerca de vinte bois, capaz de transportar perto de duas toneladas por terreno sem estrada. Antes da chegada desta tracção bovina, as ligações do planalto com Moçâmedes eram feitas pelo chamado carro alentejano, muito mais leve (tirado por uma junta de mulas ou burros) ou simplesmente por carregadores africanos. Contudo, para que com o carro bóer se fizesse receita era necessário haver um fluxo de mercadorias para transportar e, como se viu, a agricultura do planalto não as produzia. Seria a borracha⁹² a permitir o período áureo dos boers como transportadores comerciais visto que durante os *booms* deste ciclo (os anos 1897-1900, 1904-06 e 1909-10) se generalizava a falta de carregadores e, consequentemente, aumentava exponencialmente a procura do carro boer. Essa foi sem dúvida um dos fatores a levar os boers para as áreas de Caconda, do Moxico e do Bié e talvez o único que autoriza, mas efemeramente, a associa-los uma “relativa prosperidade” (Freudhental, 2001: 389). Na Lunda e no Katanga, o transporte por carro bóer também foi usado na logística das áreas mineiras.

90 Governo do distrito de Moçâmedes, Alocação, 10-02-1881 (Felner, 1940: III, 201; Dias, 1927, Vol. 22, 222-226.

91 Os exemplos dados por Stassen são dos boers com plantações de café e sisal (Stassen, 2011:174).

92 Quando a borracha começou a ser cotada no mercado mundial a melhor qualidade era obtida a partir da *Hévea Braziliensis* e o Brasil dominava essa oferta. Contudo, a partir do final da década de 1880, variedades africanas do género *Ficus* e *Landolphia* começaram a ter grande procura. As regiões do Moxico e do Cuando-Cubango exportavam-na para os portos da área de Benguela.

Na falta de ferrovias, o mesmo tipo de carro também se tornou indispensável para os transportes do exército, tanto das operações militares da I Guerra como das guerras contra os Ovambos. Os “auxiliares” boers podiam já não ser precisos nas expedições como efetivos mas de modo algum se prescindia dos seus carros e mesmo do seu trabalho na construção de estradas. Em contrapartida, não é líquido que os boers recebessem a tempo e na totalidade os pagamentos devidos pelos serviços prestados ao governo: pelo menos, queixas a esse respeito ainda foram invocadas como razões do êxodo de 1928 (Stassen, 2011:128;176-177).

O recurso dos transportes durou pouco. Depois da conclusão dos troços finais dos caminhos-de-ferro de Benguela (ligação com a fronteira do Congo em 1928) e de Moçâmedes (ligação com Sá da Bandeira em 1923)⁹³ o carro bóer foi perdendo o nicho de mercado mas a cronologia do seu desaparecimento não está ainda clara. As tarifas ferroviárias começaram por ser demasiado altas para que tenha havido uma substituição imediata, o que só deve ter acontecido com a generalização do transporte por camiões. Em 1912, por exemplo, o governo de Moçâmedes ainda *proibiu a circulação dos carros boers para Mossamedes que transportassem mercadorias, cujos fretes são muito mais baratos que as tarifas do caminho de ferro*.⁹⁴ Mas infelizmente para os boers, nesta altura o transporte por carro de bois já não era um exclusivo seu. Precisamente nesse ano, João de Almeida escrevia que a falta dos boers em nada prejudicaria o planalto *visto a industria dos transportes, a unica que lhe era devida, estar já arriegada nos outros colonos* (Almeida, 1912: 95).

93 Um dos resultados esperados da chegada do c.f. de ferro à Humpata era precisamente o de favorecer a integração dos boers no mercado (“trazer o boer para a claridade do dia”, isto é: cortando os rendimentos do carro bóer mas obrigando-os à agricultura comercial): “E lembrarmo-nos nós que, pesando a questão boer, o ex-Alto Comissário Sua Ex.^a o General Norton de Matos, muito propositadamente por lá fez passar o Caminho de Ferro” AHD-MNE, 3º P.A. 9, maço 22. Ernesto Machado, *Da minha missão no sul de Angola em Julho-Outubro de 1925, 06-10-1925*.

94 Caminho de ferro de Mossamedes a Chella, Jornal do Comercio e das Colonias, 06-11-1912, p. 1.

Progressivamente arredados dos fretes⁹⁵, os boers ainda contavam com a sua atividade favorita quase como monopólio: a caça, um fator decisivo na diáspora a partir da Humpata (nomeadamente para o Bié, Moxico e o Cunene).⁹⁶ Não se pode dizer que com ela não conseguissem receitas que, embora sazonais, entraram duraram décadas. Praticada na maioria das vezes por desporto e iniciação militar, permitia-lhes vender tiras de carne seca (conhecidas como *biltong*) ao pequeno comércio local. Os caçadores boers faziam dinheiro abatendo antílopes, elefantes, crocodilos⁹⁷ e também com a preparação de peixe salgado. Contudo é muito duvidoso que a atividade recoletora continuasse lucrativa depois que as autoridades coloniais começaram a taxar as espingardas (5 £ por unidade), a limitar o porte de arma e a dificultar as licenças de caça (por exemplo, tornou-se necessária uma especial para os elefantes). Escusado será dizer que a recusa bóer em pagar tudo isso não ajudou à sua reputação.⁹⁸

Se o trabalho por conta própria era cada vez menos remunerado, a auto-suficiência manufatureira de uma sociedade camponesa como era a bóer poderia ter derivado para o trabalho assalariado. A recusa bóer em se assalariar, mesmo que à custa de um progressivo empobrecimento, enfurecia a administração e todo o *establishment* provincial. Está neste ponto uma das chaves para a progressiva hostilidade a que eram votados:

95 Stassen mostra que a conclusão das linhas ferroviárias do Transvaal teve o mesmo efeito de perda de rendimentos dos seus “brancos pobres” (Stassen: 2011:178).

96 E também de alguns dos treks de chegada: no início da década de 1890 caçadores boers empobrecidos do Transvaal foram persuadidos a migrar para Angola para vender marfim a Robberts, um bóer de sucesso no ramo. Smith (1979): 52.

97 N. Stassen recolheu testemunhos orais que referem boers vendendo peles de 75 a 100 crocodilos no Cuvelai (Stassen, 2011-185).

98 O lugar-comum era: “os boers esquivaram-se sempre á vida e actividade municipal e nunca quizeram familiarisar-se com as leis / e costumes portugueses, as suas condições de prosperidade não são nenhuma, fazem sempre o possível por se subtraírem ás determinações e autoridades portuguesas, o seu comportamento tem estado muito longe de irrepreensível e digno de louvor”. AHD-MNE, 3º P, A. 9, maço 22. Ernesto Machado, *Da minha missão no sul de Angola em Julho-Outubro de 1925*, 06-10-1925.

O boer, posto que tenha muitas aptidões, que seja “au besoin”, carpinteiro, criador de gado, ferreiro, sapateiro e curtidor, é incapaz de estabelecer uma indústria, na acepção lata do termo; pratica aquelas artes e exerce aqueles mesteres em casa, com a família e são transmitidos de pais a filhos. A sua actividade a êste respeito não ultrapassa os limites da indústria doméstica. O boer é industrioso mas não é industrial.

Em resumo, o modo de vida não mercantil dos boers não encaixava – e cada vez mais assim era – no papel de contribuintes líquidos para a fazenda que deles se esperava:

A tradição fazia dos boers um povo agrícola, afeiçoado à terra, trabalhando-a com amor e tenacidade. E afinal em vez das boas farms e das fartas colheitas que deles se esperavam, o seu trabalho agrícola foi sempre escasso, bastante, quando muito, para as necessidades de cada família, e da maioria dos homens entregues sempre de preferência à vida errática de caçadores da selva, de criadores de gado, e aos transportes nos seus carros característicos.⁹⁹

Sem produzir mercadorias, sem vender a força de trabalho e levando uma vida “ociosa”, tinha-se a “cafrealização” de brancos que, como se viu já vinha do Transvaal com um vocábulo específico: *kafferised*. Para designar a “degradação” dos colonos alemães do Sudoeste, em parte sujeitos ao mesmo tipo de evolução, as expressões: *verkarffern* (tornar-se cafre) ou *verburen* (tornar-se bóer) já eram aí sinónimos. (Stassen, 2011:192).

Mas para as autoridades portuguesas isto ainda não era o pior. Fossem quais fossem as suas características culturais, os boers eram “estrangeiros brancos”. Como tal, e por mais que se assemelhassem aos camponeses africanos, não podiam ser sujeitos ao imposto indígena, o principal imposto direto da colónia.

99 S.B. – Os boers de Angola (Jornal do Comercio e das Colonias, Lisboa, 31/10/1928 (sublinhado não original).

A conclusão impunha-se: *esses Boers não podem ser desejados em Angola nem em parte alguma, pois na sua vida nomada e selvagem não produzem trabalho nem riqueza* (Dias, 1927:24). Onde está “trabalho” deve ler-se, claro, trabalho assalariado e onde está “riqueza”, mercadoria.

2.4. As “repatriações”

Sendo os boers caracterizados pela itinerância, a sua movimentação para dentro ou fora de Angola não era em si uma novidade. Apesar de o último grande *trek* de chegada ser o de 1905, muitas entradas e saídas avulsas se continuaram a registar nos anos seguintes. Mas quanto a grandes saídas coletivas, depois da experiência da Upingtonia, só tinha havido ameaças não concretizadas. Dois grandes movimentos, ambos seguidos novamente por sequências de reentradas e saídas avulsas, caracterizaram a história bóer de Angola entre a I Guerra e a descolonização de 1975.

O primeiro aconteceria em 1928 e o segundo em 1958, sendo este último antecipado e discutido no Relatório* de V. Guerreiro. O ponto seguinte tenta resumir algumas características da movimentação de 1928, tanto mais que entre esta e a que se lhe seguiu trinta anos depois o modo de vida bóer pouco se alterou em Angola.

2.4.1. A “repatriação” de 1928

Stassen calcula que em 1926 haveria em Angola cerca de 435 famílias boers totalizando 1850 indivíduos (Stassen, 2011:110). Considerando a esperança média de vida da época, em especial de populações carenciadas como esta, poucos sobreviventes dos *Treks* da Sede deveriam estar ainda vivos.¹⁰⁰ É portanto inadequado falar de repatriação tanto mais porque a

100 Os dados de Epifanio sobre os cemitérios da Humpata sugerem que 37 pc. da população boer falecia antes dos 41 anos (Epifanio, 2023:177).

maior parte dos que em 1928 saíram de Angola se dirigiu para o Sudoeste Africano e não para o Transvaal, foco inicial dos *voortrekkers**.

Deve notar-se que a migração de 1928 teve maior importância política que a de 1958. Em primeiro lugar, porque ocorreu numa fase ainda crítica das relações diplomáticas entre Portugal e a União Sul-Africana. As negociações para a delimitação da fronteira sul já tinham terminado em 1926 mas continuavam outras questões pendentes, tanto do lado de Angola como de Moçambique. O *modus-vivendi*, por exemplo, também já tinha expirado sem renovação à vista.¹⁰¹ Trinta anos depois, o contraste era grande: Portugal e a África do Sul encontravam-se em plena convergência face à conjuntura onusiana da descolonização. Para citar apenas um indicador simbólico dessa aproximação: em 1964, o *afrikaans*, outrora um dos focos da “dissidência” dos boers de Angola, entrou no curriculum escolar da província (Stassen, 2011:364).

Uma outra diferença importante é a que resulta do contraste entre os agentes operacionais dos dois movimentos. O de 1928 resultou de uma intervenção direta do governo sul-africano enquanto que o segundo, independentemente dos números envolvidos na movimentação serem menores, foi basicamente uma iniciativa da sociedade civil sul-africana (igreja, universidades, imprensa). Só tardiamente, já com a migração em marcha, se deu a intervenção governamental e no plano exclusivamente administrativo. Viegas Guerreiro teve portanto pela frente um processo aparentemente mais inócuo ainda que com alguma repercussão internacional.

O governo que custeou e organizou o movimento em 1928 era presidido pelo general J. B.M. Hertzog, chefe do partido nacionalista. Embora para o governo português, qualquer das forças do então bi-partidarismo sul-africano (o partido unionista de um outro general, Smuts, e o nacionalista) *nos sejam estruturalmente adversas, pois ambas entendem que nós somos um entrave impertinente ao seu progredimento, o facto é que, das duas correntes, a mais perigosa para nós é a nacionalista*. Não é difícil entender porquê. A independência total da União Sul-Africana relativamente à Inglaterra daria livre curso a futuras reivindicações territoriais face aos vizinhos do norte – leia-se: as

101 Angola e os colonos Boers”, Telegraf, Amsterdam, citado em BGA, 1927, Vol. 33, pp. 257-258.

questões da zona neutra e dos *modus-vivendi* moçambicanos por resolver com Portugal. Por outro lado, aqui tocava-se outra corda muito sensível para Lisboa: a vitória do partido nacionalista equivalia a um governo de colonos, um pesadelo para uma metrópole colonial como era Portugal. Para mais, estes colonos tinham um ramo escondido em Angola, os boers, a quem se atribuía agora agitação subversiva:

Á medida que se acentuam as tendências de independência na União Sul-Africana, os Boers do Planalto da Huíla manifestam também uma pronunciada excitação, reunindo-se, agitando-se, deixando-se perturbar por media dúzia de maus elementos que de lá lhes trazem as novas doutrinas. (Dias, 1927:222-26)

Neste contexto, as queixas do tratamento dado aos boers em Angola – *país onde são tratados como párias* – publicadas pela imprensa sul-africana foram tratadas como uma ameaça direta. Que acusações eram essas?

Podem agrupar-se em duas grandes categorias: as decorrentes do estatuto de “brancos estrangeiros” e as que derivavam da degradação do seu nível de vida.

No primeiro grupo salientava-se a falta dos títulos de cidadania, o que autorizava a administração colonial a aplicar-lhes legislação discriminatória. Como se viu no ponto 2.2.1. em 1882 o governo de Angola tinha-os nacionalizado em massa mas a portaria respeitava apenas aos chegados no primeiro *trek*. Mesmo a esses, a medida não se aplicava automaticamente porque para a efetivar, a lei portuguesa exigia diligências administrativas que os boers dificilmente satisfaziam (as dificuldades com a língua não eram das menores).¹⁰² Sendo “brancos estrangeiros” em Angola¹⁰³, também

102 “As cartas de naturalização só produzirão o seu efeito, depois de serem registadas no arquivo da câmara municipal do concelho, onde o estrangeiro estabelecer o seu domicílio.” Código Civil de 1927, artigo 21.º

103 O que a imprensa portuguesa negava, insistindo na portaria de 1882 e dizendo que a isto se deviam acrescentar *certas regalias especiais, como seja a isenção do serviço militar*. S.B. – *Os boers de Angola* Jornal do Comercio e das Colonias, Lisboa, 14 /10/1928.

não eram reconhecidos como cidadãos da ZAR (antes de 1901) ou como súbditos britânicos, depois da anexação. Estavam assim expostos a todo o tipo de novas portarias *ad hoc* (interditando-lhes o corte de madeiras, o comércio indígena, etc.) sendo a mais vexatória de todas a das guias de circulação: passes exigidos para viajar entre circunscrições. É evidente que a administração só começou a impô-las *depois* de a correlação de forças com as comunidades bóer se ter alterado a seu favor. Para os boers da Humpata, a exigência contrariava especialmente as deslocações sazonais ao Otchinjau (Cunene) mas nem sempre. Segundo Ernesto Machado, encarregado tal como V. Guerreiro trinta anos depois, de relatar sobre a “questão bóer”, verificava-se em 1925 uma tendência das famílias da Humpata para se fixarem *ao longo da linha de penetração do Otchinjau*, região estratégica.¹⁰⁴ É de notar, como sintoma da tensão política com a África do Sul de que os boers pagavam a fatura, que Machado descobria essa orientação estratégica através da migração, entre fevereiro e Outubro desse ano, apenas de *cinco famílias boers*. E o que mais o exasperava era que os boers se deslocavam *com permissão da autoridade local*, isto é, com as devidas guias!

Ainda entre as dificuldades burocráticas, inerentes ao seu estatuto apátrida, mas desta vez com efeitos na atividade produtiva, estão as queixas sobre a falta de registo de propriedade. As concessões de terrenos feitas em 1880 não se tinham materializado em títulos individuais que, tal como os de cidadania, obrigavam a procedimentos administrativos com emolumentos. Stassen diz que na Humpata apenas uma família tinha a propriedade registada (Stassen, 2011:127). O modo como os porta-vozes da administração portuguesa responderam a este quesito da imprensa sul-africana confirma que poucas matrizes prediais deveria haver nas vésperas da repatriação. Em 1927 a imprensa portuguesa falava da missão de quatro agrimensores do

104 “A continuar assim, dentro em pouco a colonia boer ter-se-ha mudado em peso da Humpata para a região entre o Otchinjau e o Cunene, sem que disso o Governo Geral (s)e aperceba. E pouco falta. Permanecem hoje na Humpata apenas as famílias mais modestas, de menores recursos. A Humpata tomou o aspecto de uma coisa abandonada”. AHD-MNE, 3º P, A. 9, maço 22. Ernesto Machado, Da minha missão no sul de Angola em Julho-Outubro de 1925, 06-10-1925.

governo que na Huíla, *obedecendo certamente a instruções superiores, tem atribuído, em regra, aos boeres, quatro vezes mais terreno do que aquele que se acha cultivado ou mesmo que apresente vestígios de cultura.*¹⁰⁵

Apesar de durante quase meio século as famílias boers terem feito o seu modo de vida sem títulos de propriedade, não é seguro que assim pudesse continuar nas décadas seguintes, especialmente depois de 1945. Como se sabe, no pós-guerra a alta das cotações coloniais trouxe uma apetência acrescida pelos terrenos tropicais. Com a chegada de mais capital e de novas vagas de migrantes metropolitanos¹⁰⁶ as explorações boers, não registadas, estariam certamente em risco.

Como “brancos estrangeiros”, os boers queixavam-se ainda da falta de escolas públicas. Só em 1910 se fundou a primeira na Humpata, funcionando antes disso duas delas mantidas pelos boers (Padrão: 1998:124). Mas uma pouco discreta *Kulturkampf* estava ainda para vir. Se em 1926 o governo de Angola já tinha mandado construir *duas escolas modelares* (uma na Palanca e outra no Otchinjau – a região para onde não queria deixar ir os boers!), era porque também tinha já recusado autorização a pedidos de instalação de outras geridas pela comunidade e mandado até encerrar duas (onde lecionavam os pastores da Igreja Reformada). A pretensão não frequência das escolas portuguesas pelos boers tornou-se também um campo de batalha: a imprensa sul-africana dizendo que o governo português obrigava as crianças boers a frequentar o ensino “em companhia de crianças pretas”, a imprensa portuguesa rejubilando com mais uma prova de maus colonizadores (*Cá está o ódio ao Negro*, etc.). Na verdade, como Sousa Dias reconhecia, as crianças boers iam à escola do Lubango, que era mista (Dias, 1927:222-26).

105 Naturalmente que se acrescentava: “Nessa generosa orientação patenteia mais uma vez o Estado quanto desejaria promover a fixação definitiva do boer à terra de Angola, desviando-o por meios indirectos da vida errática a que êle é tão propenso por natureza”. S.B. – Os boers de Angola (Jornal do Comercio e das Colonias, Lisboa, 31/10/1928), Boletim da Agencia Geral das Colónias, 1928, Vol.42, pp. 219-25.

106 Entre 1940 e 1970 os colonos portugueses no planalto da Huíla passaram de 7 150 a 25 000. Brito: 1977, 303.

A falta de escolaridade dos boers tinha razões mais profundas, relacionadas com a mobilidade sazonal dos pais e com o trabalho infantil a que a pobreza dos seus agregados obrigava.

Para além das queixas políticas, ficava a pobreza bóer. No final de 1928, um artigo que fazia o balanço do êxodo referia que os Serviços Agrícolas tinham avaliado em apenas 300 contos o património fundiário da Palanca, o *principal centro bóer*. Era a própria imprensa portuguesa a explicar tão pequena quantia: devia-se ao facto de que *os únicos direitos que esta gente tinha sobre as terras eram os de ocupação, o que quer dizer que (só) pode vender as edificações em que vivia*. A pobreza fez com que a comunidade bóer se assegurasse, antes de sair de Angola, de que haveria apoio direto na chegada às fronteiras do governo da União Sul-Africana. Em junho de 1928, responsáveis boers teriam conseguido que o governo de Pretória atribuísse terras no Sudoeste Africano a cada família (um total de 8 mil hectares). O custo da operação foi estimado em 500 mil libras, para o que se iria contrair um empréstimo público de 350 mil libras.¹⁰⁷ Contudo, o envolvimento do governo Hertzog no “resgate” dos boers de Angola não era consensual nem na União nem no Sudoeste Africano. O partido nacionalista fazia-o por razões eleitorais mas tanto a imprensa anglófona como os interesses dos colonos do Sudoeste estavam contra, *preferindo um entendimento amigável entre os governos de Portugal e da união, graças ao qual não se faria, com vai fazer-se, um tão considerável dispêndio de dinheiro*.¹⁰⁸

Quantos saíram? A imprensa começou por falar de um número de 1 842 (314 homens, 322 mulheres e 1 206 crianças), cifra que parece exagerada porque corresponderia aproximadamente ao total da população bóer de Angola.¹⁰⁹ Mais uma vez, não estão disponíveis números precisos. A partir dos certificados emitidos, Stassen fala na emigração de 373 famílias, o que

107 “Os “Bóers em Angola” (A Província de Angola, 27 e 31/12/1928), Boletim da Agencia Geral das Colónias, 1929, Vol.44, pp.260-62; “Saída dos Boers da Angola”, Boletim da Agencia Geral das Colónias, 1927, Vol. 38, pp. 175-176.

108 “Saída dos Boers da Angola”, Boletim da Agencia Geral das Colónias, 1927, Vol. 38, pp. 175-176.

109 “O êxodo dos Boers em Angola”, Boletim da Agencia Geral das Colónias, 1928, Vol.39, p.129.

corresponderia a uma saída de 86 % da população bóer. Mas calculando diretamente os efetivos que ficaram, aproximadamente 430 pessoas, conclui que teria saído 77 % da população (Stassen, 2011:124; 143).

Um êxodo correspondente a mais de três quartas partes da comunidade justifica a impressão das memórias coletivas. Tanto para a cosmologia Himba como para a historiografia *afrikander*, a migração de 1928 foi o grande êxodo.¹¹⁰

2.4.2. A “repatriação” de 1958

Depois da migração de 1928 a população bóer de Angola teria ficado reduzida a apenas 430 pessoas. Uma geração depois seriam cerca de 600, dispersas entre 85 agregados familiares (Viegas Guerreiro, Relatório★, fl. 102) ou 138 (Stassen, 2011: 155). A população teria assim crescido a uma taxa anual de 1 %. A este ritmo uma população necessita de 70 anos para duplicar. Estava-se portanto longe das elevadas taxas de fecundidade associadas aos primeiros tempos da sua presença em Angola: 4,6 crianças por família em 1880. Ainda no período imediatamente anterior à “repatriação”, em 1925, se tinha registado a média de 3,5.¹¹¹ A comunidade bóer tornara-se uma população envelhecida e endogâmica. Para muitos deles, as causas eram a falta de expectativas: “Não há futuro para nós, aqui.” O Relatório★ (fl 121) regista a resposta de *um rapaz bóer de dezoito anos à pergunta que lhe fez sobre que mais gostaria de ter neste mundo. Hesitou e acabou por dizer: Não sei, os velhos é que sabem.*

110 Os Himba designam o ano 1928-29 como *Ozomburu* (de bóer) e na história afrikaner o período terminado em 1928 fechava o “Nosso meio século em Angola” (Stassen, 2011:124-125).

111 Relação do pessoal de que se compõe a Colónia (...) (Felner, 1940: pg. 196- 197; AHD-MNE, 3º P.A. 9, maço 22. Ernesto Machado, *Da minha missão no sul de Angola em Julho-Outubro de 1925, 06-10-1925*).

A “falta de futuro” vinha, sem qualquer dúvida, da crescente degradação do seu nível de vida. Em 1958 Viegas Guerreiro (Relatório*, fl. 112) dividiu os agregados familiares quanto ao rendimento em dois grupos: incluiu 4 dentro dos “remediados” e todos os restantes nos “pobres”: 95%! Deve notar-se que, por esta altura, dois terços dos boers já tinha cidadania portuguesa e que as causas políticas da insatisfação de 1928 pareciam ultrapassadas. Agora, embora agravada de tempos a tempos por alguma legislação adicional (como a de 1957, que praticamente proibiu a venda da manteiga bóer) era simplesmente... a pobreza.

A ideia de que esta era irreversível explica porque já em 1935 se tinha pensado num outro *trek* de saída. A atitude hostil das autoridades do Sudoeste Africano, que em 1928 tinham hostilizado os esquemas de instalação, fizeram abortar o movimento. Em 1953 circulou entre os boers a norte da Huila uma petição para a migração para o Sudoeste. Os boers tinham que ser ajudados a sair da pobreza. Mas, ao contrário do que sucedera em 1928, não havia consenso sobre o que esperar da África do Sul: nem entre os próprios boers de Angola nem nas instituições sul-africanas.

Para a Igreja Reformada e parte dos boers (da Humpata e do Sul) a melhor solução seria receber subsídios sul-africanos em Angola, que poderiam pagar esquemas de implantação na região do Cunene (região favorável à pecuária). Uma população pobre e desqualificada ficaria ainda pior se migrasse para a África do Sul, onde, sem recursos, entraria na indigência total. Por outro lado, parece ter havido mais entusiasmo por uma nova saída por parte das famílias instaladas a norte do planalto da Huila, posição que a seca de 1955 veio reforçar (Stassen, 2011:321-323). O Relatório* (fl. 128-129) descreve com algum detalhe as diferentes posições, nas quais as omnipresentes querelas religiosas também entravam.

Entretanto, a imprensa sul-africana ia recomeçando a ecoar testemunhos da pobreza bóer de Angola. As cartas de J. Pienaar, que não poderiam

passar despercebidas a V. Guerreiro (Relatório*, fl. 125),¹¹², foram das primeiras nesta fase a reavivar a “questão bóer” na opinião pública sul-africana.

Um acontecimento comemorativo funcionou como detonador. Em julho de 1957, uma comissão de retornados bóer de Angola, agora a viver no Sudoeste organizou um festival na Humpata (Relatório*, fl. 124): *uma romagem de saudade, com a devida licença oficial*). Inaugurou-se uma estela comemorativa dos *Treks* da Sede mas nos três dias que duraram as cerimónias o futuro esteve talvez mais presente que o passado. Stassen diz que o reencontro, ou na maioria dos casos, a descoberta mútua de realidades diferentes que foi proporcionada a todos os presentes – da Humpata, do Sudoeste e da União – alterou irreversivelmente a opinião sul-africana a respeito dos boers e, sobretudo, destes, a propósito de uma nova saída. *Os olhos dos Afrikanders de Angola abriram-se quando viram os que tinham saído em 1928 chegar no seu automóvel.*

Em agosto formou-se na África do Sul o *People's Committee for Angolan Boers* que no Relatório*, (fl. 127), aparece prudentemente traduzido por *Comissão de Auxílio aos Boers de Angola*. Fora constituído por académicos e, como o nome indica, inicialmente destinava-se apenas a enviar auxílio para Angola. Mas a pressão interna e externa fez com que em novembro tivesse decidido que se deveria trabalhar para uma nova “repatriação”. Formaram-se delegações do Comité por várias localidades da África do Sul e do Sudoeste. Em maio do ano seguinte já havia boers de Angola a vender as suas propriedades para sair. Em setembro de 1958 governo português deu o seu aval ao movimento e a 25 desse mês o primeiro grupo de 11 pessoas atravessou a fronteira do Cunene. A igreja *Nederduitsch Hervormde*,

112 Pienaar é um dos nomes apocalípticos da retórica anti-boer portuguesa, que ainda não teve uma merecida monografia. O pai do viajante referido por V. Guerreiro, F. Joubert Pienaar, fora um general bóer exilado em Moçambique, depois da guerra anglo-boer de 1899-1901, e depois na Humpata. Integrou expedições portuguesas em Angola mas cortou com o governo de Luanda e regressou ao Cabo. Aí começou a falar publicamente contra a administração colonial de Angola, que em resposta o acusava de fomentar uma nova *Uppingtonia**. AHD_MNE, M. 772-778, Consulado de Portugal no Cabo, 15-010-1906. Seria ainda mais embaraçosa para o governo de Lisboa a sua campanha de imprensa nos Estados Unidos. AHD-MNE, Legação de Portugal em Washington, 20/12/1907.

agora maioritária entre os boers de Angola, nada podia fazer para evitar um novo êxodo (e com ele, perder a sua missão na Humpata). Aceitou por isso integrar-se no *People's Committee* que, dada o rumo tomado pelo movimento de apoio, passou a chamar-se *Central Liaison for Angolan Immigrants* (Stassen, 2011:327-339).

A maioria das famílias boer saiu de Angola pelo Sudoeste e, de Win-dhoek, seguiu por comboio até ao Transvaal. Ao contrário do que tinha acontecido em 1928, desta vez o “retorno” maioritário fez-se mesmo para a África do Sul, embora parte das famílias se tivesse radicado no Sudoeste. Os números finais do movimento migratório entre 1958-63 (que resultam da compensação entre os boers que nesse intervalo saíram de Angola, dos que decidiram regressar e dos que voltaram a sair mais uma vez) foram estabelecidos pelo Comité do seguinte modo: de um total de 456 retornos, 339 ficaram na União e 117 no Sudoeste. (Stassen, 2011:357).

2.5. Os boers no Relatório de Viegas Guerreiro

Os pontos anteriores abusaram de números e citações apenas com um propósito: enquadrar as informações do Relatório* com o que se sabe hoje e se pensava então em Angola sobre a “questão bóer”.

O Relatório* está datado de fevereiro de 1958 e resulta de uma recolha no terreno feito no ano anterior, em Outubro 1957.¹¹³ É portanto o último testemunho sobre a comunidade bóer de Angola. Esta afirmação parece contrariada pela circunstância de em 1958 não terem emigrado todos os boers de Angola; deverão ter permanecido cerca de 140. Contudo, trata-se de um juízo qualitativo e não quantitativo: o modo de vida boer terminou, com toda a probabilidade, em 1958. Os que ficaram entre 1958 e 1975 devem assim, com muito mais propriedade, ser designados por *afrikander* e não *boers*. Na falta de estudos monográficos sobre mais este período final, três indicadores apontam nessa direção:

113 A legenda das fotografias tiradas por V. Guerreiro aponta para outubro. Ver capítulo 1, p. 3.

– as informações de Stassen sobre as famílias que não partiram em 1958 – descreve-as como sendo as que no sul estavam “relativamente prósperas com grandes manadas de gado”, as que tinham “grandes interesses agrícolas”, a que era dona de cinco hotéis, etc. A estes devem juntar-se outros, menos ricos, que tinham constituído família com portugueses ou africanos (e que o governo sul-africano não autorizava a entrar por serem *coloured*).¹¹⁴

– as novas entradas – nas décadas de 1960 e 1970, à medida que aumentavam os investimentos sul-africanos em Angola, entraram cidadãos da União sem qualquer relação com os chamados boers. Curiosamente, parte deles dedicou-se também à agropecuária na região do Cunene mas neste caso tratava-se de *farms* concessionadas pelo governo português para a atividade “empresarial”. No Cunene, construía-se também, com capitais em parte sul-africanos, uma central hidro-elétrica.

– o crescimento demográfico, tanto quanto se pode deduzir das informações disponíveis.¹¹⁵ O quadro seguinte dá a seguinte estimativa do crescimento da população bóer/afrikaner entre 1928 e 1958:

Ano	Existentes	Saíram	Ficaram	Período	Taxa de crescimento anual
1928	1850	1422	429		
1958	600	456	144	1928-1958	1,1
1975		554		1958-1975	5,8 ⁽¹⁾

¹Taxa de crescimento calculada considerando as repatriações avulsas até 1963 (Stassen, 2011:357)

114 Aos que tinham ficado devem acrescentar-se os *ovi-womui*, os descendentes dos escravos ou libertos entrados em Angola com os boers e os adquiridos depois. Uma excelente dissertação de mestrado traz nova informação sobre a formação deste grupo clientelar que os agregados boers usavam como “auxiliares” militares e força de trabalho. Poderá inicialmente ter sido constituído por San (Bosquimanos*) mas terá integrado depois todos os africanos na dependência imediata da cultura boer (Epifânio, 2023: 68-75). Terão sido estes os herdeiros diretos do *boer way of life* em Angola depois de 1958 embora evidentemente sem muitas das suas características.

115 O Relatório * (fl. 104) informa que os seus números não vinham da administração (*que não sabem quantos são os seus boers*) mas sim da própria comunidade.

É evidente que a multiplicação por seis da taxa de crescimento entre 1958-75 não mede um saldo natural, como se depreende do que fica descrito sobre as novas entradas. Mas é impossível não a correlacionar com a diferença abissal de rendimento e de expectativas entre os que ficaram em 1958 (proprietários, quadros de empresas, etc.), que experienciavam uma conjuntura de crescimento da economia angolana da ordem dos dois dígitos¹¹⁶ e os que saíram (os boers da agricultura de auto-subsistência).

As informações do Relatório* são portanto relativas a uma população diferente: melhor ainda, a uma classe social diferente com uma cultura diferente, que ia desaparecer de Angola e que já não existia na África do Sul. Se a esse respeito houvesse dúvidas, a recolha oral feita aos boers de 1958 sobre a sua integração no Transvaal e no Sudoeste é esclarecedora. Como dizia resumidamente um dos bóeres recém-chegados: *Esta gente pensa que nós não somos pessoas civilizadas. Pouco tempo depois de chegarmos vieram pessoas ver-nos achando que tínhamos crinas de lã e cauda como os babuínos* (Stassen, 2011.341).

O que traz então de novo o relatório de Viegas Guerreiro sobre os últimos boers?

A sua organização reflete o objetivo de transmitir informação assimilável por leitores não académicos. Das suas 37 páginas de texto, apenas 8 fazem um pequeno contexto histórico e portanto mais de 80 % focam a comunidade através de observações e testemunhos recolhidos diretamente, sem qualquer outra fonte. Na sequência das monografias etnográficas que tanto V. Guerreiro como o seu chefe de missão, Jorge Dias, estavam profissionalmente treinados a fazer, seguem-se curtas sínteses da sua cultura material e imaterial.

Como foi explicado no ponto 1, o pequeno Relatório sobre os boers fez parte do *Relatório da Missão de Estudos das Minorias Étnicas – campanha de 1957* (daí a sua numeração iniciar-se na fl. 90). A missão fora organizada pelo Centro de Estudos Político Sociais, uma instituição governamental e

116 O crescimento anual das exportações, principal variável do PIB angolano, foi, entre 1960-70, de 13,1 %. Banco de Angola, 1959-71.

os destinatários dos seus resultados eram altos funcionários administrativos. Os relatórios elaborados neste quadro tinham apenas circulação interna e serviam para inspirar ações preventivas relativamente a segmentos societários potencialmente perturbadores da ordem colonial. Em geral, os relatores cumpriram o que se lhes pedia: aliam a observação objetiva e a facilidade de contacto (como bons etnólogos) à subjetividade de programas governamentais específicos.

Este pequeno lembrete serve para limitar o que se pode esperar das suas análises. Se Viegas Guerreiro não estivesse sintonizado com o ponto de vista segundo o qual os boers faziam parte da “questão bóer”, não estaria encarregado de os observar por conta do Centro de Estudos. O pano de fundo das suas observações foi portanto funcional e orientado. Não surpreende assim que muitas das suas conclusões confirmem o que administração colonial pensava, pelo menos desde 1908 (relatório de Paiva Couceiro). A mesma ordem de razões explica a autorização dada à publicação integral deste relatório, que não trazia informação confidencial nova, numa revista científica do mesmo ano (Guerreiro, 1958). A seleção que segue abaixo, juntamente com as citações do Relatório* já feitas nos pontos anteriores bem como a sua conclusão geral favorável à saída dos boers, confirmam o esperado conformismo político. Como se verá, algumas destas citações aparecem – com uma inegável honestidade intelectual – também contraditadas pelas suas próprias observações:

– desde a origem que para os boers, o trabalho *é indecoroso* porque no Cabo *se habituaram a fazer trabalhar o negro como escravo* (e daí o Grande Trek de 1837) – fl. 97;

– depois da instalação de 1880, *queriam para si toda a terra da Humpata* e por isso se dispersaram – fl. 99;

– as queixas sobre a falta de escolas em 1928 não tinham fundamento *porquanto os Afrikander não mandavam para lá os seus filhos* (isto sobre a do Otchinjau – fl. 101; NOTA: em sentido contrário, V. Guerreiro dá como explicação para a falta de frequência das escolas a distancia a que se encontram das habitações – fl. 115;

– as restrições colocadas à caça pelo governo português tinham como fim *impedir o escandaloso contrabando de despojos de caça mas avessos a toda a burocracia e relutantes na solvência dos impostos*, quiseram sair de Angola (“re-patriação de 1928) – fl. 101;

– os que regressaram depois de terem saído em 1928 reconheciam as vantagens da administração portuguesa porque lá *pesavam-lhes muito as obrigações legais: “Lá há mais chatice”* – fl. 103;

– total nomadismo boer: *vivem em inteira liberdade no solo por distribuir, quase tão isentos de impostos como os bochimanos, e, se não são tão nómadas como estes, mudam de estância ainda mais que os negros* – fl. 103. NOTA: em sentido contrário, V. Guerreiro enquadra o nomadismo bóer em razões climáticas e agronómicas – fl. 112;

– queixas sem fundamento de não terem sido devidamente recompensados como auxiliares militares: *E as crónicas portuguesas desses acontecimentos a rezarem que lhes pagámos generosamente todo o auxilio e algum dele reticente, cauteloso e contaminado de traição!* – fl. 116;

– queixas sem fundamento sobre a discriminação das autoridades administrativas: *A actuação das nossas autoridades é, contudo, no geral benevolente, e talvez em excesso, em determinadas circunstâncias. Na rebeldia que nasce da brandura não há lugar para uma justa apreciação da bondade ou do favor recebido* – fl. 117-118.

Pode perguntar-se como um etnólogo profissional como V. Guerreiro, mesmo sabendo que não estava a escrever para os seus pares, utilizou uma linguagem tão valorativa. Vejam-se as diferenças, quer formais quer na análise para superar as aparências sociais, entre o relatório sobre os bóeres e qualquer dos seus artigos sobre os bosquímanos.¹¹⁷ A diferença entre o tempo de observação passado entre uns (entre os boers deve ter estado pouco mais de uma semana) e outros pode justificar a cedência a alguns dos lu-

117 Veja-se por exemplo, como V. Guerreiro contraria o lugar comum da escravatura dos San pelos Cuanhama. Guerreiro, 1960: 532-534.

gares comuns anti-boer mas pode haver um pouco mais do que isso. Uma hipótese plausível é incluir aqui uma repulsa “instintiva” pelo modo de vida anti-capitalista dos boers, desculpável em “povos menos ricos” mas imperdoável em europeus. A repulsa seria tanto maior quanto se lhe assemelhava a uma queda (um pecado num fundo católico como o seu?): “brancos” caídos num *anti*-capitalismo que era afinal um regresso ao *pré*-capitalismo. Para um académico formado no quadro do evolucionismo teórico, a falta de empatia também pode estar associada ao horror pela regressão.

Mas em sentido contrário, há também no Relatório* indicadores contraditórios:

– elogio da indiferença bóer perante convenções políticas, como as cidadanias nacionais: *De uma maneira ou de outra o que todos afirmam orgulhosamente é que são boers, chegando um mesmo a dizer que “Um bóer não é uma coisa nem outra, é só bóer* – fl. 103;

– admiração pela recusa da submissão ao assalariamento: *Trabalhar para patrão não está no código desta nobreza ativa e miserável, mas obstinadamente ciosa da sua independência* – fl 110;

– inveja pelo grau de liberdade: *São mais livres que os livres bochimanes e nesse privilégio talvez só os ciganos se lhes comparem* – fl. 114;

– indignação pelo mau juízo que os portugueses fazem deles: *E nisso falam verdade. Ouvem-nos dizer: “Os boers são piores do que os negros”* – fl. 116;

– quando afinal os boers não se comparam (com os negros) em padrões morais: – *Se desceram, na miséria económica que os esmaga, em nada se lhes podem comparar (Nota: aos negros) no que toca ao seu comportamento ético e religioso, ao alto padrão de vida espiritual cristão que conservam* – fl. 117.

Vestígios de um anti-materialismo romântico, que na primeira metade do século contagiou o mandarinato universitário saído de uma pequena burguesia ameaçada? Löwi mostrou-o para muitos dos autores de língua alemã que certamente V. Guerreiro e Jorge Dias admiravam: sociólogos como Tönnies, Max Weber, E. Troeltsch, etc. As origens rurais de V. Guer-

reiros podiam facilitar afinidades deste tipo contra o “espectro de uma era moderna sem alma”. (Löwi, 54-55). A admiração pelos boers, heróis brancos em “terra de pretos” encontra-se também noutra sociologia, nomeadamente a dos militares literatos.¹¹⁸ Em todo o caso, se alguma empatia pela queda dos boers de Angola aparece redigida cripticamente – e como poderia ser de outro modo num Relatório deste tipo? – V. Guerreiro entroncava, momentaneamente, na sequência de uma já longa tradição filo-boer em Portugal. Para finalizar, apenas algumas notas sobre a evolução histórica da relação cultural entre Portugal e a África do Sul, na qual o relatório de V. Guerreiro surge num ponto de viragem.

2.5.1. Da “questão bóer” à nova relação com a África do Sul: o relatório de Viegas Guerreiro numa encruzilhada

Em Portugal, a África do Sul entrou na memória coletiva e mais especificamente na das classes trabalhadoras em grande parte através da imprensa operária. O ponto de partida foi a guerra de 1899-1901 na qual o movimento operário viu imediatamente uma guerra de classes.

Em Inglaterra os animos estão exaltados, com os sucessivos chamamentos de reservas, originados pela guerra da África do Sul. Essas reservas são compostas, na sua grande maioria, de operários ingleses, que protestam contra a partida de sucessivos contingentes para a África, a defenderem ali os interesses dos capitalistas ingleses.¹¹⁹

Em 1902, esta reação popular fez passar, como se sabe, a identificação entre a resistência boer e o anti-imperialismo para a teoria política, através

¹¹⁸ De que é um bom exemplo o capítulo “Mulheres Boers” em Henrique Galvão (Galvão, 1929a: 109-118).

¹¹⁹ Voz do Proletário, 03-12-1899, p. 1.

do livro de Hobson, *Imperialism – a Study*. Mas à data dessa publicação, o movimento socialista já tinha quase quatro anos de agitação neste sentido.

Não usamos fallar contra a classe dominante ingleza por antipathia para com a Inglaterra, a favor da qual temos dito muito vez que é a nação que melhor sabe comprehender praticamente o valor da liberdade e da tolerancia. Nos costumes da vida ingleza ha muita coisa com que nós sympathizamos, mas este acto sanguinario d’ir ao coração d’Africa com um enorme exercito conduzido da Europa para sumbetter á sua soberania um paiz de tão nobres tradições, doi realmente a toda a humanidade que pensa e sente. É sabido quaes os motivos e quaes os fomentadores d’esta guerra: o egoismo, o egoismo, sempre o egoismo capitalista.¹²⁰

Em Portugal, país cujo governo tinha uma intervenção indireta mas crucial na “guerra bóer” através de Lourenço Marques, os centros socialistas e republicanos celebravam cada vitória do Transvaal como se fosse sua. Artigos deste teor sucederam-se durante anos na imprensa operária do Porto e de Lisboa:

Apesar dos telegrammas estarem sujeitos á mais odiosa censura, nas entrelinhas, porém, pode-se lêr que os boers, povo pequeno mas aguerrido, teem infligido aos inglezes duas derrotas. Em todo o mundo, a corrente de sympathia é pelos boers. (...) Acompanhamos essa corrente. Hurrah pelo valoroso povo que, com as armas na mão, defende a sua liberdade, a sua autonomia, contra a pirataria ingleza.¹²¹

O apoio popular aos boers manifestou-se em manifestos, comícios e manifestações populares. Passou também para o terreno através de deserções militares em Moçambique:

120 *Na África do Sul*, Eco Socialista, 09-12-1900.

121 *Chronica da Capital*, Voz do Proletário, 29-10-1899, p. 2.

Notícias chegadas do Transvaal dizem-nos estarem em Pretoria alguns artilheiros portugueses, que desertaram do Adamastor, surto no porto de Lourenço Marques. Não se sabe ao certo o numero de desertores; ha quem affirme, porém, que esse numero se eleva a 32. Os artilheiros portugueses foram contractados por agentes boers; receberam, no acto do contracto, 15 libras cada um, e ficaram vencendo 1 libra por dia, enquanto estiverem ao serviço do Transvaal. Tambem alli se encontra, combatendo pela independencia da pequena republica sul-africana, o ex-capitão Leitão, que tomou parte importante, no Porto, em a revolta de 31 de janeiro¹²²

No plano político, o apoio do partido socialista foi diretamente comunicado ao presidente do Transvaal quando de uma sua visita à Europa:

foi no domingo expedido a Kruger, para a capital da Hollanda, o seguinte tellegamma: “Kruger, presidente da republica do Transvaal – Haya – Hollanda. Os socialistas portugueses fazem votos porque em resultado da sua missão á Europa os boers consigam a luberdade. (a) Redacção do “Ecco Socialista”. Este telegramma foi redigido em francez e representa, como disemos, um protesto contra a velhacaria hypocrita dos governos para com o heroico povo que tão valentemente lucha pela sua independencia, e tambem contra a visita da esquadra ingleza, que consideramos uma humilhação e um escarneo feito ao povo portuguez.¹²³

Kruger respondeu:

Quando nós já suppunhamos que o telegramma que aqui inserimos e que os socialistas portuenses resolveram enviar a Kruger não havia chegado ao seu destino por ter sido interceptado pelas auctoridades portuguezas, visto que o telegrapho está nas mãos do governo, eis que nos chega, por via do consulado parisiense da Republica Sul Africana, a resposta de Kruger ao alludido telegramma. Eis essa resposta (..) Senhores. Agradeço-vos o testemunho de cordeal sympathia que me desteis.

122 *Chronica da Capital*, Voz do Proletário, 24-12-1899, p. 3.

123 *Partido Socialista*, Eco Socialista, 16-12-1900, p. 1.

Estas provas calorosas de interesse são-me particularmente preciosas, e reconfortam-me bem como ao meu povo, na luta suprema que sustentamos em nome do direito e da humanidade. Accetae, senhores, com a expressão da minha gratidão a segurança dos meus particulares sentimentos. O presidente da Republica Sul Africana, Paulo Kruger. Redacção do “Ecco Socialista” *Porto – Portugal.¹²⁴

Para além do apoio total da constelação operaria (associações de classe, imprensa socialista, etc.) havia o importante canal dos *media* republicanos, que desde o Ultimatum de 1890 cresciam à sombra do nacionalismo anti-britânico. Na falta de uma inventariação sistemática da literatura filo-boer, apenas um pequeno exemplo publicado em homenagem ao Transvaal vencido: o *Florilégio Os Boers em Portugal*. Com a colaboração de nomes sonantes da literatura da época (Gomes Leal, Guerra Junqueiro, João de Deus, etc.), publicava dois prefácios e cinco poemas dedicados “Aos Bons”.¹²⁵

Depois da I Guerra Mundial, na mesma altura em que subia a tensão entre os governos português e da União Sul Africana (ver ponto 2.3.1), o movimento operário português voltava a estreitar relações com o sul africano. A revolta do Rand em 1922 e as greves ferroviárias em Moçambique, especialmente a de 1926, foram momentos altos desta relação (Silva; Santos, 2016).

Depois da II Guerra a divergência entre a opinião “progressista” e o *establishment* português manteve-se mas começou lentamente a mudar de pólos. Na África do Sul, a vitória do Partido Nacionalista de 1948 e a legislação segregacionista que se seguiu fizeram regressar a atualidade sul-africana à discussão política mas naturalmente afastando a admiração dos círculos que habitualmente valorizavam o “espírito bóer”. O movimento inverso, o da aproximação dos governos, demorou um pouco mais a concretizar-se.

124 *Kruger e os socialistas*, *Eco Socialista*, 27-01-1901, p. 1. (sublinhado não original).

125 Um dos prefácios fazia uma alusão direta à passividade portuguesa: *Vejam os povos mortos como morrem os povos vivos!* Os poemas *A Kruger* (Gomes Leal) e a *Nau Soturna* (Guerra Junqueiro) mantinham o mesmo tom inflamado. *Florilégio* (1901).

Do ponto de vista político, não convinha a Lisboa aproximar-se de um governo condenado pelo *apartheid*, tal como ao governo de Pretória, ainda na órbita da *Commonwealth*, não convinha aliar-se formalmente a um país “colonial”. Depois de 1955, os acontecimentos precipitaram-se e aceleraram a convergência: o movimento dos não alinhados, a crise do Suez e a guerra da Argélia levaram a uma *entente* cujos passos foram relativamente rápidos.

Dois anos antes de Viegas Guerreiro entregar o seu Relatório* no Centro de Estudos Políticos e Sociais já a África do Sul, depois de ter convidado o governo português para um “convénio” de países coloniais, insistia em elevar os contactos bilaterais a nível de embaixada (assim aconteceria a partir de 1959). Em 1957 começaram os contactos bilaterais no sentido de harmonizar as votações na ONU, o que as conversações entre o embaixador nomeado por Lisboa e o primeiro-ministro Verwoerd acertaram dois anos depois. Com a independência do Congo e o crescente isolamento do governo sul-africano na sequência do massacre de Sharpeville, as conversações diplomáticas entre Lisboa e Pretória já corriam todos os assuntos africanos, desde o Gana ao Botsuana. Em 1961, no mesmo ano em que a União saiu da *Commonwealth* e se tornou a República Sul-Africana (re) começaram as guerras coloniais portuguesas. Estavam criadas as condições para uma verdadeira aliança táctica que envolveu investimentos cruzados, acordos militares (inicialmente negados mas que acabaram no ALCORA em 1970) e programas governamentais comuns, dos quais se destacam os hidroeléctricos do Cunene (acordo de 1968) e de Cabora Bassa (Brandão, 2020).

Deste modo, o Relatório* não reflete apenas o fim dos boers e a dissolução desta cultura entre os modernos *Afrikander*. Tem igualmente as marcas de um período no qual a visão da África do Sul em Portugal rodava 180 graus: para uma certa opinião pública, de positiva para negativa e para o governo de “ameaça” para “aliado”.

Um eco simbólico desta rotação talvez seja a passagem da fl. 131, na qual Viegas louva a ação do pastor Paul van der Walt ensinando às crianças bóer a *Bíblia*, o *africaans*, enfim, a ser bons cidadãos sul-africanos e tem igualmente sobre as carteiras a *Cartilha Maternal de João de Deus*, e problemas de aritmética na língua nacional.

Maciel Santos (CEAUP)*

* Na pesquisa dos materiais usados no ponto 2 participaram duas estudantes da licenciatura de História da FLUP:

- Cláudia Isabel Pinheiro Martins, que coligiu os debates parlamentares durante a Monarquia Constitucional.
- Catarina Fonseca Martins Lima, que reviu os sumários do Boletim da Agência Geral das Colónias.

II. DOCUMENTOS

- 1. Boers de Angola**
- 2. Fotografias**

1. Boers de Angola

BOERS DE ANGOLA

- 90 -

BOERS DE ANGOLA

Relatório

de

Manuel Viegas Guerreiro

1.º Assistente da Missão de Estudos

das Minorias Étnicas do Ultramar

Português.

Lisboa, Fevereiro de 1958.

BOERS DE ANGOLA

- 91 -

ÍNDICE

I - Boers ou afrikanners	94
II - Boers de Angola no passado e no presente:	
A - NO PASSADO	97
B - NO PRESENTE:	
Relação numérica. Áreas. Origem os Chefes de família	102
Condição política	103
Situação económica:	
Habitação e suas dependências	104
Mobiliário e utensílios domésticos. Vestu- ário	105
Modos de vida	107
Criação de gado	107
Agricultura	108
Ofícios	110
Transportes	111
Nomadismo boer	112
O baixo nível de vida dos boers	112
Vida social:	
Dos boers entre si	114
Boers e portugueses	115
Boers e negros	120
Situação religiosa	122

BOERS DE ANGOLA

- 92 -

Homenagens de saudade a Angola:

- 1 - A PASSAGEM DO CHITLDO, em 1954 124
- 2 - A HUMILDADE E FALTA DE JULHO
DE 1957 124

Prepara-se um novo êxodo para a África do Sul?
..... 125

- 94 -

BOERS DE ANGOLA.

I - BOERS OU FRIKJNERS.

Em 1652 a Companhia Holandesa das Índias Orientais encarregava Jan van Riebeeck de fundar na Baía da Mesa, no extremo sul da África, uma base para reabastecer de água e víveres os navios que mandava às Índias Orientais. Seria um ponto de apoio de escala obrigatória a meio do caminho entre a Europa e as Índias preferível ao de Santa Helena, antes utilizado. Pouco tempo depois de instalados em redor da Baía iniciaram os colonos holandeses um movimento migratório para leste e norte, ampliando, assim, com novos estabelecimentos rurais a reduzida exploração agrícola dos primeiros anos. Em 1688 uma outra leva de emigrantes se lhes vem juntar: cerca de três centenas de huguenotes franceses expulsos da sua pátria pela revogação do edicto de Nantes. Agricultores de origem os huguenotes introduziram na África do Sul o cultivo da vinha. Nos começos do século XVIII nova e grande deslocação se inicia para o interior e para o litoral oeste e leste, agora de fazendeiros mais aplicados à criação do gado do que aos trabalhos de exploração da terra. Esgotadas as pastagens em uma zona logo se passavam a outra, deste modo cada vez mais afastados do domínio da Companhia, de cuja sujeição acabaram por libertar-se. Eram os trekboers¹ ou fazendeiros migradores (boer-camponês, agricultor, fazendeiro; trek - migração). Não se fez a penetração em solo africano sem a viva oposição dos bochimans; com os ho-

1 Deve ler-se trekboers.

- 95 -

tentotes, pacíficos, cãdo se estabeleceram boas relações de comércio e de trabalho. Nos fins do Século XVIII tinham estes grupos populacionais semi-nómadas atingido o Grande Rio do Peixe,² a 800 quilómetros a leste da Baía da Nesa e aqui se tinham detido sob a pressão dos negros bantos que lhes disputavam os espaços na sua progressão para o sul. Independentes e isolados na imensidade do solo africano, criaram eles próprios suas instituições políticas e sociais, modos de vida adequados às condições naturais, costumes correspondentes, em suma, uma língua e até um folclore original. A orientar-lhes todos os passos, guia e mostra da vida, lá estava a sua Bíblia, porventura o único livro que consigo levavam nas suas repetidas migrações: código rígido e austero, quando literalmente interpretado, que tal era e é o caso destes seus obstinados discípulos e fiéis crentes.

Em 1795 os Países-Baixos ficaram sob o domínio da França. O príncipe que os governava refugiou-se em Inglaterra e autorizou este país a ocupar o Cabo. Após efetuada restituição em 1803 esta região passou definitivamente à posse da Grã-Bretanha que a converteu em colónia da Coroa em 1814. Ingleses e boers jamais se puderam entender: aqueles anglicanos, estes da Igreja Reformada; os primeiros pondo em prática uma política liberal em relação aos negros, os segundos advogando uma doutrina de severa sujeição das massas indígenas. A abolição da escravatura em 1836 fez explodir o descontentamento boer contra a governação inglesa. Não podendo mais submeter-se

² Rio de 644 km na atual Africa do Sul, onde tem a designação de Great Fish River. A foz deste rio foi atingida pela primeira vez pela expedição de Bartolomeu Dias (1488) que lhe deu o nome de Rio do Infante.

- 96 -

a uma concepção colonizadora que punha tórno à sua orgulhosa independência e concedia aos negros direitos que os prejudicavam materialmente, iniciaram mais de 7.000 boers o grande trek ou êxodo para os imensos e áridos planaltos do leste e do norte. Aqui fundaram os estados do Natal, de Orange e do Transvaal, o primeiro dos quais logo passou ao poder dos ingleses. O Estado Livre de Orange e a República do Transvaal chegaram a ser reconhecidos pela Inglaterra, em 1852. Mas essa independência feliz foi de pouca duração. Em 1870 descobrem-se, no sul do Transvaal, as minas de diamantes. A constrangedora presença britânica, que já os cercava em tôda a volta, instala-se na região diamantífera. Depois dos diamantes vêm os riquíssimos jazigos de ouro, em 1886. O conflito entre a civilização afrikanner e a britânica faz eclodir a guerra anglo-boer de 1899, que terminou com a vitória dos ingleses em 1902 e conseqüente anexação das duas repúblicas. Em 1910 a Inglaterra concedeu o estatuto de Domínio à África do Sul sob a designação de União da África do Sul. Os afrikanners passam a usufruir dos mesmos direitos e liberdades que os ingleses. Falam o seu dialecto afrikans, resultante da evolução da sua primitiva língua holandesa, que é reconhecido também como idioma oficial a par com o inglês e mantém religião e costumes. Constituinte 60% da população branca foi-lhes possível assumir a direcção política da União, que ainda hoje seguem nas suas mãos.

- 97 -

II - BOERS DE ANGOLA NO P.S.S.DO E NO PRESENTENO P.S.S.DO:

Os "voortrekkers" ou boers colonizadores do Alto-Veld dispuseram, a principio, de extensões quase ilimitadas para apascentarem os seus rebanhos. Novas famílias iam, porém, continuamente chegando e a repartição igual das terras reduzia a pouco e pouco os limites das áreas ocupadas. O solo era pobre, e os boers, habituados a viver de uma pastorícia extensiva, que requeria periódicas deslocações, não praticando senão uma agricultura itinerante, de tipo semelhante à indígena, viam-se a braços com graves problemas económicos. Acostumados a fazer trabalhar o negro como escravo, a dar ordens e não a executá-los, reputavam como indecoroso para a sua raça e com todo o trabalho muscular que em tais circunstâncias a terra exigia para se desentranhar em frutos. Com a descoberta, em 1870, dos jazigos diamantíferos de Kimberley, viam, por outro lado, situar-se de novo entre a sua concepção de uma vida pastoral sóbria e conservadora a autoridade opressiva de uma civilização urbana e liberal. Para fugir a dificuldades económicas e simultaneamente à opressão britânica alguns grupos com elas inconformados lançam-se mais uma vez, em 1875, na penosa e arriscada penetração dos sertões desconhecidos de África. A estes outros se juntaram pouco depois, todos a caminho do norte, através das terras cuentes e do norte do Calaari. Eram cerca de 1.000 indivíduos, em caravana de mais de duzentos carros puxados a bois, à frente dos quais seguia a única riqueza que possuíam - o seu gado. Morre-se de cansaço, de sede, de fome e de doença, logo nos primeiros meses. Um terço da gente

- 98 -

não aguenta e regressa ao Transvaal. A restante, sob o firme comando de Jacobus Frederic Botha, prossegue na sua espantosa odisseia. Atingidas as margens do Cubango, cruzaram o Damacalândia indo fixar-se na região insalubre de Caoco. Aqui os encontrou o Rev. Padre Carlos Dupreux que os aconselhou a irem fixar-se nas boas terras da Huila ou da Humpata. Informados, no Humpata, de que o Governo Português tinha o propósito de instalar no sul de Angola uma colónia europeia, seguros do bom acolhimento do Governador do Distrito, nomearam uma comissão que, na companhia de um emissário deste último, percorreu a Huila e a Humpata e se dirigiu, em seguida, a Moçamedes, onde contratou com o governador Nunes da Mata o seu estabelecimento na Humpata. O tratamento recebido das autoridades e da colónia portuguesa foi generoso, a área a ocupar pareceu-lhe mais do que prometedor, de modo que, transmitidas estas notícias aos seus companheiros, e todos alvoroçados de esperanças, meteram-se a caminho de Huila, onde chegaram em 22 de Dezembro de 1880. Em 4 de Janeiro de 1881 entraram na Humpata 55 famílias afrikanners, num total de 295 indivíduos: a morte tinha aniquilado, durante os cinco anos de tormentosa travessia, mais de metade dos heróicos expedicionários. Deu-se assim início à fundação da colónia de S. Januário, nome que lhe foi dado em lembrança do Visconde de S. Januário, então governador da Província.

Era intenção do Governo Português promover a fusão desta população estrangeira com os nossos colonos, no desejo de que daí resultasse uma nova e robusta gente

- 99 -

portuguesa. Não se sentiu se promulgou a portaria do Governo Geral, de 4 de Setembro de 1882, que facilitava a naturalização dos afrikanners. E em 1883 e 1884 chegavam à Hungata os primeiros grupos de colonos portugueses.

Parece que aos afrikanners não agradava tal política nem semelhante vizinhança, uma vez que queriam para si toda a terra da Hungata. Logo surgiram conflitos entre uns e outros, com manifesto apoio dos representantes do Governo aos colonos portugueses, originados, segundo alguns, na inveja e malquerença dos últimos e na ignorância das autoridades que de longe mandavam, sem o conhecimento exacto dos problemas, e, na opinião de outros, nascidos da indisciplina e dos abusos da gente sul-africana. A estas crises de intranquilidade outras se somavam. Viera misturar-se com a colónia acabada de fundar o súbdito britânico W. Jordan, que com intriga e promessas incitava os boers a emigrar para a Dinara, na execução de um plano concebido pelo residente inglês em Walpoleboey. Chegou, entretanto, também do Cabo, um ministro protestante encarregado de fornecer o apoio financeiro indispensável a esta deserção. Contra tais maquinções e nascentes desejos se levantou Artur de Paiva, nessa altura administrador do concelho de Hungata. Formaram-se duas facções, não sendo inferior em número a que preferia ficar em território nacional e de que era chefe Jacobus F. Botha. As libras do emissário inglês Polser venceram as últimas hesitações de que se dispunham a abalar.

Perto de metade das famílias afrikanners puseram-se novamente em marcha para a aridez das planuras do Sudoeste. Lá fundaram uma pequena república, que por sugestão de

3 Deve ler-se: "dos".

- 100 -

Jordan recebeu o nome de Upingtonia, em homenagem ao governador da Província do Cabo. Ao mesmo tempo, questões e porventura erros de administração provocaram a saída para a Palanca da maior parte dos que se mantinham entre nós. Conservaram residência na Hunga apenas doze famílias boers; isto por 1885. Para evitar que abandonassem a província os restantes africaners conjuvou o Governô, em 1884, uma comissão por eles constituída, que percorreu, entre outras, as regiões de Croanda, Humbo e Bié em busca de lugares próprios para a colonização branca. Fazendo alarde de grande proveito que das terras percorridas poderia obter, por lá começaram a deslocar-se alguns dos agregados familiares.

Não durou além de dois anos, por outro lado, a paragem da nova républica. As pedras de Danacelândia não se converteram nos pães que sófregamente se procuravam. Abatido de desilusões e enganos, o povo errante transpô mais uma vez a fronteira da indulgente e acolhedora Angola: uma parte regressa à Hunga, outra encaminha-se para Croanda, Humbo e Bié. Estes factos davam-se pelos anos de 1887 e 1888. De então por diante a vida não correu melhor nos irrequietos colonos boers, apesar de alguns benefícios e medidas favoráveis com que os ajudámos. No intento de os aproximar da civilização portuguesa, abrimos-lhes duas escolas: uma, na Hunga, em 1910, e outra na Palanca, tempos depois. Na primeira a frequência foi diminuta; na segunda a princípio, numerosa, logo rarcou para quase desaparecer nas proximidades

- 101 -

do ano de 1925, não obstante a construção de um edificio novo. A anunciada passagem do caminho de ferro pela Palanca teria desgastado estes obstinados perseguidores da solidão, que, por isso, fiz-se, puseram a rodar os seus carros para o sul, indo acampar, com gados e bagagens, na região de Otchinjau. Não se desinteressou do seu destino, no entanto, a governação portuguesa, por ordem da qual se inaugurou no Otchinjau uma outra escola para boers. Esforços vãos e despesa inútil, porquanto os afrikaners não mandaram para lá os filhos. Sua intenção era outra: desertar definitivamente de Angola. Um e mais artigos, com frisa exhibição de dificuldades que lhes eram criadas, publicados na imprensa da União, deram-nos a conhecer toda a extensão de sua ingrate e involúncia. Para impedir o escandaloso contrabando de despojos de caça e outras irregularidades foram-lhes, então, exigidos, como a qualquer nacional, o cumprimento do estatuto de caça, a licença de porte de armas e a observância das disposições publicadas sobre o corte de madeiras. Livessos a toda a burocracia e relutantes na solvência dos impostos, tê-los-fo esperada estas medidas, depois das quais se lançaram com gados, armas e bagagens numa desenfreada corrida para a região de Croco, no Sudeste. Foi necessário empregar a força para os deter. Expulsos os agitadores, continuaram, todavia, os outros a preparar o seu êxodo. Em 26 de agosto de 1928 pela nossa fronteira do sul passava a primeira leva deles, depois de acordo firmado entre o Governo Português e o da União. O exílio voluntário prolongou-se até 1931; poucos ficaram conosco. Mes logo em 1929 - veja-se que estranha in-

- 102 -

constância a esta gente - já um grupo destes impenitentes andadores se aprestava para entrar no nosso território, queixando-se de que não tinham sido cumpridas as vantajosas promessas feitas e de que os obrigavam a trabalhar nas estradas como a negros e lembrando o bom tratamento recebido entre nós. Tal desejo foi, porém, contrariado pelas autoridades portuguesas e pelo governo da União que os repuxou para uma zona distante da nossa fronteira mais de 600 quilómetros.

NO PRESENTE:Relação numérica da população boer de Angola. áreas que ocupa. Origem dos chefes de família.

Os boers, em número de cerca de 85 famílias e num total de perto de 500 indivíduos, estão dispersos pelos cinco distritos da Huila, Nambo, Bié-Cuanhama, Namibe e Lunda, conforme a seguir se indica:

Cunham	... 2 famílias.	Chicoma	...14 famílias
Curoca	... 3 famílias	Ganda	... 2 famílias
Ochinjau	... 1 família	Longoio	... 2 famílias
Chinanga(Tunda)	... 6 famílias	Quipeio	... 6 famílias
Pocolo	... 1 família	Chingar	... 1 família
Mulondo	... 2 famílias	Castro(S:Porto)	10 famílias
Dongo	... 2 famílias	Quilanda (Vouga)	... 3 famílias
Vila Artur de Paiva	3 famílias	Silva Porto	2 famílias
Cuvelai	... 2 famílias	Cuaba	... 1 família
Caluquembe	... 11 famílias	Vila Lusca	... 3 famílias
		Saurino	... 8 famílias

- 133 -

Os chefes das actuais famílias boers ou nasceram em Angola - a maior parte, ou, como é óbvio, na África do Sul. Alguns deles emigraram em 1928 e depois para o Sudoeste Africano, tendo regressado ao nosso território de 1939 a 1949. Ven a propósito mencionar os motivos que são para explicar o seu retorno: não lhes foram distribuídas terras onde instalassem o gado, pelo que tinham de pagar o aluguer das pastagens com dinheiro ou com trabalho e daí um magro proveito que alguns casos não dava para viver. Pesavam-lhes muito as obrigações legais: "Lá há mais chatice", que tal foi a frase com que Zacarias van der Merwe resumiu o referido empeço burocrático. Houve quem se queixasse da desagradável presença inglesa e também quem invocasse saudades da sua terra angolana.

Condição política -

Os afrikaners de Angola não têm os seus pais da Pátria oficial; os outros ou são cidadãos portugueses ou sul-africanos. Acontece até que, entre vários irmãos, há os que estão naturalizados portugueses e os que o não estão. De uma maneira ou de outra e que todos afirmam e orgulhosamente é que são boers, chegando um mesmo a dizer que "Um boer não é uma coisa nem outra, é só boer". Vivem em inteira liberdade no solo por distribuir, quase são isentos de impostos como os bochimanes, e, se não são nômades como estes, auferindo de estância ainda mais que os negros. Não encontrei nenhuma família que habitasse um lugar além de oito anos, sendo a permanência de dois muito vulgar. O Estado, que, em outro tempo, se importou com eles, perdeu-os quase de vista de 1928 por diante, não

- 104 -

poucos foram os que se deixaram ficar em Angola. A partir, porém, de 1939 obtiveram algumas famílias autorização de ali se fixarem e são prolíficos são - em dez agregações familiares que visitei o número de filhos vai de 4 a 9 - que já hoje se sobem a cerca de 500, como acima se disse. Nenhum censo populacional está elaborado, havendo só funcionários administrativos responsáveis que não sabem quantos são os seus boers e as áreas que ocupam. As nossas estimativas dão números aproximados e resultam principalmente de informações colhidas entre os boers.

Situação económica.

Habituação e seus dependentes . -

O tipo normal de habituação propriamente dita é de planta rectangular com uma porta de entrada lateral ou não de duas pequenas janelas e duas ou três divisões: sala de entrada (de estar e de jantar) e um ou dois quartos contíguos; se dois, um de cada lado conforme o presente esquema:



Na sala de sala, a cozinha, redonda ou rectangular, com fôrnilha de barro; o celeiro ou casa de arruação, com a mesma forma; e, como construções menores, o pequeno forno de barro, o galinheiro, agarrado ao beiral do telhado da residência, com uma escada de acesso, o ninheiro, fora, improvisado sobre plataforma de xous e formado de adobes ou à moda indígena - fragmentos de barro de salalé de que se

- 105 -

aproveitam os buracos, a impermeabilidade e a dureza, o curral do gado ovino e o pocilgo, que são duas sobes circulares de varas, a primeira das quais pequena e com cobertura de capim. As paredes das casas são de pau a piçue e barro, o telhado de paus com cobertura de capim, o chão de terra batida. O beiral do telhado da habitação prolonga-se às vezes e apoia-se em prumos, de modo a formar um abrigo para a chuva e para o sol, um espécie de alpendre corrido. Instalações assaz primitivas, semelhantes na forma e robustez às cubetas indígenas, edificadas com as mesmas técnicas, não resultam tanto da pobreza em que se vive, como da utilização transitória para que são destinadas. Ao cabo de dois, três ou poucos mais anos as famílias boers quãam de lugar, em seu forçoso nomadismo e abandonam as casas. Testemunhos solenes da presença humana no meio do mato faz pena vê-las, ainda em bom estado, ao desaparecer.

Mobiliário e utensílios domésticos. Vestuário. -

O mobiliário é pobre em número, qualidade e estilo, velho e em mau estado. Na sala de entrada: mesa, cadeiras vulgares, sempre poucas, um banco; às vezes armário ou escaqueto e máquina de costura. Num caso ou noutro os assentos são cadeiras e canapés antigos, com entrançado de couro. No quarto de dormir: cama de ferro e sobretudo catre improvisado de varas ou tábuas de caixote, mesa de cabeceira, cómoda ou não, e mala de roupa. Na cozinha: cuboças como recipientes, se a pobreza é muito, panelas de barro, alguma louça de esmalte, pilão e almofariz de madeira, como os negros. No celeiro ou casa de arrumação: uma charrua velha, uma roda de carro, trastes a monte.

- 106 -

O afanado asseio holandês ainda está presente na maioria destes lares empobrecidos, embora um tanto descolorido. Mas a marca de mais grave degenerescência está à vista em algumas destas casas, onde a indigência anda já de mãos dadas com a inuidência.

O vestuário é simples, atípico, e, insuficiente. Os homens usam calças ou calção vulgares, camisa de bolsos, chapéu incharacterístico. Calçam botas grosseiras que, em regra, eles próprios fabricam das peles que curtem; não usam luvas ou meias. As mulheres trazem vestidos simples de riscado ou estamperia barata. Calçam chinelos, sandálias ou sapatos de couro da mesma origem que os dos homens; não põem meias. As crianças andam, em geral, descalças.

Os homens pareciam não importar-se com a mesquinhez da sua indumentária, ao aproximar-se deles; mas as mulheres e sobretudo as raparigas ficavam desagradavelmente surpreendidas; olhavam-se muito, em alguns casos ruborizavam, e corriam a comportar-se com a decência de quem recebe uma visita. Dá a nãda apreciar penteados e vestidas de traje garrido e coningueiro, muito em contraste com o ar andrajoso e desalinhado do primeiro contacto. Mantêm ainda, como se vê, costumes e pudor próprios de gente de cultura superior.

- 107 -

Modos de vida. - Se exceptuarmos João Diedriks (1), unico caso que conheci de comerciante boer, e diga-se que dispendo de algum desáfago económico, os outros, ao ser-lhes perguntado de que viviam, respondiam invariavelmente: - De um pouco de gado, de um pouco de agricultura. Não aludiam à caça, embora ainda a pratiquem, porque essa actividade está hoje sujeita a várias limitações que eles respeitam o menos que podem: zonas interditas, espécies protegidas, licenças e proibição de vender carne. É claro que a progressiva ocupação portuguesa vai destruindo as espécies, e se é propositado falar de caça no distrito da Huila já assim não acontece nas planuras de Caluquembe, Chicuma ou nas proximidades de Silva Porto onde mal se encontra a inquieta e alertada cabra do mato. Caçar foi sempre uma das principais actividades dos boers. Com a supressão dela, depois do abandono do carro como meio de transporte, a economia d'este pequeno grupo étnico ficou profundamente abalada. A outros modos de vida subsidiários como o dos officios exercidos por encomenda de estranhos ou a serviço de assalariados só se referem quando a prática de conversação a isso ocasionalmente os conduz.

Ocupar-nos-emos, agora, com algum desenvolvimento, de cada uma destas actividades pela ordem de sua maior importância.

Criação de gado (2). - Os boers são hoje muito pequenos criadores de gado. Além três famílias do sul, cada uma das

(1) - Residente na povoação de Capala, área de Chicuma.

(2) - Entenda-se que se trata de gado bovino.

quais possui mais de uma centena de animais, as restantes somam toda a sua riqueza com números reduzidos que não ultrapassam a vintena. A despeito disto, é-nos bois que tem a sua única fortuna. Bebem o leite, fabricam alguma manteiga e vendem de longe em longe uma cabeça de gado, se a carência de vestuário ou a fome apertam. Aos de Crluquebe, Chicuna, Bié, Moxico e Lunda não falta a água, mas os pastos são pouco nutritivos e frequentes as epizootias dizimadoras; no sul, estas são mais raras, o capim melhor, mas a sede bastante para lhes ninguar e enagrecer os bois. Com estas razões explicam o insucesso, e nós sabemos que, de facto, muito para ele contribuem. Ouvi-lhes repetidamente a súplica de que as autoridades administrativas lhes não fornecessem pastores indígenas e, sempre que isso aconteceu, pais e filhos se mantinham ociosos na sombra acolhedora da casa. Pastorear o gado conta-se, sem dúvida, entre os trabalhos que consideram humilhantes.

Agricultura. - A agricultura ocupa um segundo plano nas actividades económicas dos afrikanners - já que os seus cuidados vão quase todos para a pastorícia. Cada família amanha apenas o solo em que julga colher o bastante para o seu consumo. Semeariam principalmente milho, feijão e um pouco de trigo. Junto da casa ou perto dela prospera a pequena horta que lhe há-de fornecer a hortaliça. Não será difícil conjecturar os motivos deste apagado interesse pelo cultivo da terra. Os solos tropicais são pobres e não se lhes pode acudir com as necessárias adubações. E, sobre isso, mal servidos de chuvas irregulares e torrenciais. Depois de um ano de grandes canseiras o rendimento é fraco ou nulo. A exploração de

um solo assim pouco fértil exige, para ser compensadora, que os braços que dele vivem o fecundem com o próprio esforço. Se, em vez disso, eles ficam cruzados e se vão a pagar serviços indígenas, posto que em dura condição servil, a colheita desluz-se de mês em mês, e não chega para nada, que tal é o exemplo dos boers. E pior ainda: os negros, contentando-se com pouco, não carecem grandemente de trabalhar e só obrigados o fazem nas mais das vezes. O seu potencial produtivo é a todo o momento reclamado pelas grandes empresas agrícolas e industriais que lhes pagam salários altíssimos em confronto com a penúria dos que lhes são oferecidos pelos boers. De modo que se torna cada vez mais difícil terem-nos ao seu serviço. E daí as frequentes queixas contra as autoridades administrativas que lhes não recrutam os imprescindíveis auxiliares indígenas.⁴ Em presença de tão grave situação parece que se deviam lançar ao trabalho todas as forças disponíveis da casa. E tal não sucede. Pais e filhos permanecem ociosos, indolentes, sujeitando-se a todas as privações, incluindo a de passar fome, resignados, cínicos, cépticos em relação a um futuro que lhes é dia a dia mais incerto. Curvam-se sobre a charrua ou caelejar as mãos com a enxada, de modo nenhum, ainda que arruinados e pedintes. O boer é branco, fidalgo, senhor, e o trabalho, se pesado, é grosseiro, humilhante, indigno, próprio de preto.

A um tal juízo de valores, tão perigoso como insensato, revelador de profunda e não sabemos se de incurável degenerescência, os devo ter conduzido, além de uma mal enten-

4 O art.º 96.º do Código de Trabalho dos Indígenas (Decreto nº 16199 de 6/12/1928) autorizava os contratos com "intervenção da autoridade", isto é, o recrutamento forçado a pedido das entidades patronais. Era a este tipo de "intervenção" que o entrevistado de V. Guerreiro se referia. No Código do Trabalho Rural de 1962 ficava proibido aos funcionários administrativos qualquer intervenção no recrutamento (artigo 154º), sob pena de demissão em caso de transgressão (artigo 155º).

- 110 -

dida prosápia nobilitrquica a escravidão e servidão sob que tiveram os negros durante mais de dois séculos. Falamos, é claro, de modo geral, visto que nun ou noutro caso esta desprestigiante rotina se não observa. Wellen Abraam De Klerk, que vive com dignidade e suficiencia na sua casa de Chicuma, chamava-me a atençã, não sem amargo desêspero, para o facto de ser ele e os seus filhos que revolvem a terra, afirmando: "A agricultura é morrer, devagar".

Offícios -

Hábeis, mas sem cuidada aprendizagem, os afrikanners são mais ou menos remediões nos officios a que se applicam: ferreiros, carpinteiros, abegões e sapateiros de sua casa, com avimento que elles próprios curtem. Consertam carroças, portas, charruas, machados e espingardas nos negros, em troca de milho, feijão, de dinheiro e de trabalho; e também prestam serviços semelhantes aos brancos. Raramente praticam estes officios fóra de portas, como assalariados. Só em extremo apuro o fazem. Trabalhar para patrão não está no código desta nobreza altiva e miserável, mas obstinadamente ciosa da sua independência. Três séculos de inteira liberdade, sem peias fiscaes, obrigações burocráticas ou militares, com espaços sem limites no seu dispor, deram-lhes a feição que têm. Trabalhar para os outros é para si já, uma forma de escravidão.

- 111 -

Transportes. - O carro boer. - O carro boer foi, antes do comboio e da camionagem, o único meio de transporte de tracção utilizado em terras angolanas; com ele só concorriam pelos caminhos ínvios e acidentados do sertão, os milhares de carregadores pretos. Constituiu durante muito tempo o principal modo de vida da população boer de Ocoinda, Bié e Moxico: traziam-se de Benguela mercadorias para o interior e na volta carregavam-se borracha e cêra. Actualmente o carro boer quase se pode considerar um objecto de museu. Só uma ou outra família o utiliza e mais em serviço seu do que alheio. A ruína deste meio de transporte constituiu um dos mais duros golpes que sofreu a economia afrikaner.

A zorra indígema - Embora usada pelos indígenas o carro deve-se a invenção boer. É uma espécie de gniola sem tampa, de forma triangular, sem rodas, feita de pau e puxada por bois. Todos os caminhos lhe servem e até sem eles por toda a parte se roja.

O cavalo - Animal difficilmente adaptável nos climas tropicais é noles, sómente, um facto de civilização. Só a teimosia afrikaner o ponde manter em ambiente tão adverso. É hoje uma prenda rara e vestígio dos bons tempos antigos. Um Duplessy, da Tunda, possui um. Magro, escanzelado, é, em tudo, um vivo sinal da decadência afrikaner.

O burro. - Vi-o a servir duns famílias. Pode dizer-se com propriedade, que passaram de cavalo para burro. O Sr. Dawenago, todavia, arreava o seu com uma velha sela de cavalo.

- 112 -

Nomadismo boer - O boer não se passa de um a outro lugar só por vício ou inconstância de temperamento; levam-nos sobretudo a isso as suas condições de vida. As pastagens dos países tropicais, constituídas exclusivamente por gramíneas, pobres de fósforo, são de fraco valor alimentar. Cortadas pelo gado e queimadas tornam-se, em pouco tempo, duras e intragáveis. É forçoso, por essa razão, levá-lo a outros espaços. Com esta carência de pastagens concorre o rápido esgotamento dos solos aráveis. Nas regiões secas e chuvosas estes são ácidos, lateríticos, com pouco húmus. Arroçados, despidos de erva, de bosque arbustivo ou arborescente cedo se esterilizam, sob a acção do calor e das chuvas, da secura e da humidade da estação estival. O húmus e o solo móvel são arrastados para os rios, ficando a descoberto a ossatura morta das formações lateríticas, nas quais nem a erva se arrisca a crescer. É inútil continuar a lavoura e urge mudar de estância. São estas as causas por que as famílias boers se põem constantemente em marcha, em busca de novos estabelecimentos. É, afinal, o nomadismo típico da pastorícia extensiva e da agricultura itinerante secularmente praticada pelos negros nas regiões tropicais da África.

O baixo nível de vida dos boers - Se tivéssemos de escalar as famílias boers segundo as suas posses, agrupá-las-faríamos em dois grupos: o das ricas, apenas 4, e o das pobres. Pobres que passam fome e alguns até que só da caridade pública vivem. Estão neste último caso duas famílias e um velho isolado que habitam com os pretos em duas senzalas dos

- 113 -

arredores de Silva Porto e aí renovam as forças graças à sopa que diariamente recebem da Mansão dos Velhos Colonos. E no extremo limite de indigência apontam-se um ou dois casais que vivem quase exclusivamente da prostituição de suas filhas.

Para se fazer ideia da pobreza alimentar dos boers dá-se aqui notícia do tipo normal de suas refeições.

Pequeno almoço - Pirão de milho, às mais das vezes sem conduto, ou com café.

Almoço - Restos de milho triturados (luco-uo) cozidos ou pirão de milho, acompanhados de feijão cozido à parte. O tempero é azeite de palma ou banha ou nenhum.

Jantar - A carenta do almoço.

O pirão de milho é comido de quando em quando com carne de caça, de porco ou de galinha. Cozem igualmente hortaliças com feijão e carne. O milho e o feijão constituem a base da sua dieta alimentar. O milho come-se também torrado na maçaneta, à maneira dos bantos. O leite é pouco, e a manteiga, rara.

Usam o pilão e o almofariz indígenas para farinar o milho. O som grave e cadenciado e o pilão levantado no ar pelas mulheres ou sua prole não sugeririam nunca ao viajante desprevenido a proximidade de um lar de brancos. Se não se soubesse a quem diz respeito este quadro alimentar, não hesitaria o leitor em atribuí-lo a qualquer tribu banta. Para uns como para outros o pirão de milho constitui, com efeito, o alimento essencial, acrescente-se, contudo, que já não são poucas as famílias de negros que se alimentam melhor que os boers.

- 114 -

VIII. SOCIAL

Dos boers entre si. -- Os boers são individualistas, caseiros, amantes da doce tranquilidade do lar. Ensinam em casa os filhos a ler e a escrever o Afrikaans, leem a Bíblia, seu manual enciclopédico, bússola política, religiosa e moral. Amam profundamente a liberdade e não há ninguém que a possua tão inteiramente. Nenhum estatuto oficial por que se regulem, nenhuma autoridade sua a que se submetam. São mais livres que os livres bochimanas e nêsse privilégio talvez só os ciganos se lhes comparem. Pai, mãe e filhos formam uma monarquia, cujo chefe absoluto é o pai. E nos limites territoriais lhes constrangem os movimentos: são estados que estão sempre mudando de fronteiras. Fundamentalmente são à natureza obedecem. Sem força nem arte para a dominar, ela que nos trópicos é mais madrastra do que mãe, tiveram fatalmente que se lhe submeter, que cumprir o errante destino que esta lhes impõe. Mas, como a natureza se não exprime por palavras, eles não se sentem humilhados por ela, e, embora lhe obedeçam como escravos, podem aparentemente manter a sua quixotesca arrogância. Devotos do Velho Testamento, buscam em vós, como os judeus, uma nova terra de promissão.

O cumprimento de disposições legais aborrece-os, e, se lhes põem embargo àquilo que querem fazer, odeiam-nos. Sentem-se bem no isolamento do mato, acorrentados às suas formas

- 115 -

tradicionais de vida e preferem suportar todas as faltas a virem para o convívio e regulamentação da cidade.

Côr, raça, língua, religião e costumes dão-lhes a consciéncia de formarem uma comunidade. Conhecem-se todos uns aos outros, posto que vivam em regiões entre si muito afastadas. O auxílio mútuo é virtude que quase não praticam e em presença de uma dificuldade comum acham sempre meio de se dividirem.

Boers e Portugueses - Os boers não estimam os portugueses e evitam o seu convívio. O isolamento em que se fecham, língua, religião e tradições favorecem, aliás, essa separação. Entre os homens velhos uns falam com desembaraço o português, outros mal e alguns há que quase o desconhecem; os menos idosos ou o falam mal ou o não falam. Mulheres de qualquer idade e crianças situam-se, neste ponto, no mesmo plano: ou dizem apenas umas palavras ou ficam mudas. Isto na generalidade, já se sabe. As causas desta ignorância, mais vergonhosa para nós do que para eles, são múltiplas: seu viver arreado, pouca vontade de aprender o nosso idioma, esquecimento a que os votamos... Na maior parte dos casos a escola portuguesa fica tão longe que só instalando os filhos junto dela, estes a poderiam frequentar; e a precária situação material não dá para tais despesas. Mas mesmo quando a escola está à mão, são raras as crianças boers que a frequentam. Repugna-lhes que os filhos se misturem, na sala de aula, com mulatos e pretos, que tal foi a razão que um deles invocou. Este racismo tradicional é avivado dia a dia pelos jornais sul-africanos. No "Volksgenot" de 3 de Outubro, da Rodésia, por

- 116 -

exemplo, em artigo sobre os afrikaners de Angola e como motivo de escândalo sensacional publica-se uma fotografia em que figura uma criança afrikaner ao lado de uma rapariga mulata.

Um dos pergaminhos que desenrolam sempre em seu favor e, de certo modo, contra nós -- eles que não sabem ser gratos -- é o nosso pouco reconhecimento pelos serviços que nos prestaram nas campanhas do sul de Angola. Combateram, entregaram os seus carros ao Governo -- sua única fortuna! E as crónicas portuguesas dêsses acontecimentos a rezarem que lhes pagámos generosamente todo o auxílio e algum dele reticente, cauteloso e contaminado de traição! É possível que o balanço integral dêsse esforço ainda se não tenha feito, mas quantos mais benefícios não têm recebido, quanta mais condescendência não tem havido para eles? Condescendência excessiva, injusta, senão até injuriosa para nós. E tudo isso não conta para o seu espírito desagradecido.

Um outro fundamento que alegam para a sua insociabilidade é o de que os portugueses os humilham com o seu desprezo e troça. E nisso falam verdade. Ouvem-nos dizer: "Os boers são piores do que os negros". "Os boers podem-se ir embora, que não fazem cá falta!" Um velho contou-me que um português, apontando para uma matilha de cães, exclamou: "Aqueles cães valem mais do que os boers". O juízo que os portugueses fazem dos boers, carece, evidentemente, de correcção. Consideram-nos iguais aos negros tanto

- 117 -

no domínio material como no espiritual, o que é notoriamente errado e injusto, como atrás se demonstra. Se descerem, na miséria económica que os esmaga, até ao baixo nível de vida dos indígenas, em nada se lhes podem comparar no que toca ao seu comportamento ético e religioso, ao alto padrão de vida espiritual cristão que conservam. Nem os exemplos extremos de degradação de que ainda havemos de falar têm mais força do que para pôr em realce a sua robustez moral - que, claudicando aqui e além pelo poder da vizinhança indígena e da decadência material, apesar de tudo se eleva muito acima da opinião que o português vulgar de Angola tem a seu respeito.

Também não são boas as relações dos afrikaners com as autoridades administrativas. Queixam-se os primeiros de que estas lhes não concedem as mesmas facilidades que aos portugueses e de que lhes não fornecem os serventúrios indígenas de que têm necessidade. Informou-me um deles que, ao pedir a um chefe de posto serviços negros, que o ajudassem na ceifa, este lhe respondeu: "Eu vou lá cortar o trigo". E que o mesmo indivíduo em outra ocasião lhe disse num tom de zombaria que, se não tomassem cuidado, ainda os havia de contratar. Assimilar, igualmente, que os tratam mal nas repartições administrativas. A situação é compreensível: de um lado os executores da lei, de outro os executados, mas negligentes, indisciplinados, por todos os meios buscando eximir-se ao respeito das disposições legais a que estão obrigados. A actuação das nossas autoridades é, contudo,

- 118 -

no geral benevolente, e talvez em excesso, em determinadas circunstâncias. Na rebelião que nasce da branquura não há lugar para justa apreciação da bondade ou do favor recebido. Parece-me, no entanto, que faria bem um ou outro dos nossos funcionários administrativos em estudar melhor os seus boers, para deles poder fazer ideia diferente da que o vulgo irresponsável faz. Causa pena ouvir dizer, sem rebuço, a homens com funções oficiais que os boers em nada se distinguem dos negros. E eu até já li isto em um escrito de um antigo governador de Província.

Apesar da patente insociabilidade dos boers e do confessado desprezo que os portugueses têm por eles, são frequentes as ligações amorosas entre estes e as mulheres boers, uma boa parte das quais acabam no casamento. Mulheres brancas, belas, educadas: ora como é que o amor português, que não conhece fronteiras de cor nem de educação, se havia de deter em tais circunstâncias? A penúria material não é obstáculo bastante para o nosso sentimentalismo romântico. Ven a propósito contar que o moço motorista que me acompanhou em parte desta viagem se sentiu muito impressionado com a graça de uma rapariga afrikanner. E pelos caminhos que se seguiram não se cansava de repetir que era capaz de casar com ela, apesar da sua muita pobreza. Esta, a nossa disposição de ânimo em relação à mulher boera. A delas quanto a nós não será completamente igual. Prefeririam casar com homens da sua raça, que lhes proporcionassem uma vida livre e de abundância e professassem a mesma religião.

- 119 -

A filha do velho Michel Prinsloo, moça de vinte e poucos anos, casada com um jovem alemão, afirmava-se convicta: "Eu nunca deixaria a minha religião para casar com um católico. A extrema indigência em que se vêem, a pouca probabilidade de casarem com rapazes da sua raça, por poucos e miseráveis, a poderosa solicitação do instinto, fizeram-nos vencer todas essas inibições e entregar-se aos portugueses. É caso verdadeiramente estranho e aberrante dentro do mundo afrikaner: encontrei uma linda mulher boer casada com um mulato, de quem tinha um filhinho de neses.

São, por outro lado, extremamente raros os casamentos de boers com portuguesas. E isso entende-se. Vivem isolados, pouco contacto têm com portuguesas. Não estão eles na situação de quem espera por fúfaro como quase única solução de vida. E, além de tudo, ainda a rapariga portuguesa, mais presa a crenças e preconceitos, sujeita a disciplina paterna, teria muito menos probabilidade de se decidir pela união com um boer nómada e pobre. E tanto assim é que só pude saber de uma ligação deste género e essa talvez pouco significativa: o boer Guilherme Hayes casou com uma portuguesa da Chibia.⁵ Se a rapariga era branca chicronha, portanto de uma classe decaída, o exemplo perderá o valor.

5 Deve ler-se "chicronha" (ver Glossário).

- 120 -

Boers e negros - Os negros são considerados pelos boers como seres inferiores por natureza, de mentalidade inferior. Herdam, em sua opinião, com a cor que lhes vem na pele uma incapacidade absoluta de se igualarem aos brancos... " São pretos e nós brancos...", dizia-se um deles, como se esta frase contivesse toda a evidência que tornava inútil sugerir outro modo de os apreciar. Informam que os não admitem à sua mesa, os não querem em casa, e que nem os utilizam nos serviços domésticos. Esta doutrina de segregação racial leva-os até a impedir, como já se disse, que os filhos frequentem as escolas portuguesas, onde acaso se podem encontrar com crianças mestiças ou negras. Viver com uma preta é a maior desonra que pode cair sobre um boer.

Os negros são-lhes, entretanto, indispensáveis nas tarefas pesadas e havidas como grosseiras da sua actividade material. Precisam deles como pastores, cavadores, desbravadores de matos e para outros duros trabalhos quotidianos. Usá-los-iam como escravos ou como servos, se pudessem, mas nem como assalariados os logram ter ao seu serviço, não nenhuma é a sua situação económica. Desesperam-se com a liberdade que lhes concedemos e é vulgar o dizerem que os nossos pretos "passam boa vida". Um boer com grande níngua de trabalho braçal, dizia-se, muito aflito, que os negros já pediam quinze e vinte angolares por dia.

A progressiva ruína material que vai atingindo extremos incredíveis, não pode deixar de ter influência na sua forma de tratar os indígenas. Se a fome aperta, não há força moral que não se ressinta, orgulho que se não quebre, princípios que não afrouxem, humilhação que não se receba. De início, não

- 121 -

sofre quebra a doutrina, embora a acção seja contraditória dela, mas, depois, nos poucos vem a perversão das próprias ideias e o total afundamento da personalidade. A esta última fase ainda não chegaram os nossos afrikaners, mas na primeira já deram a sua entrada e com passos mais largos e perigosos do que se imagina. Viven alguns, como se escreveu, de concertos que fazem em utensílios indígenas. E senhora afrikaner de respeito garantiu-me que há entre eles quem se curve a aceitar a escola de pirfo que lhe é dada pela mão dos negros. E em perfeita conjugação com estes factos os seguintes: vi sair de uma casa boer do grupo dos de C. tone (Silva Porto) uma preta com um filhinho no colo, acompanhada de dois petizes brancos. Encontrei no lugar de Capuca, a 17 quilómetros ao norte de Dongo, um rapaz afrikaner de vinte e poucos anos amigado com uma negra. E uma iraf d'este, a quem já me referi, vive casada com um mulato, perto d'ele. Nas anharas escondidas de Quê, na área de Crluquembe, vive também um outro com um preta, e o mesmo acontece ao octogenário Jacobus van der Walt, em uma senzala de Silva Porto. No domínio das ideias parece-me significativo da influência da mentalidade indígena a resposta que me deu um rapaz boer de dezoito anos à pergunta que lhe fiz sobre o que mais desejava de ter neste mundo. Hesitou e acabou por dizer: "Não sei, os velhos é que sabem".

Os pretos designam-nos por nuhona e vnhona, rico e ricos, vocábulo evocador de bons tempos idos. Guardam dos boers viva lembrança do passado: "Andavam no mato com o carro, traziam armas e atiravam longe", dizem. Sabe-se que os boers os tratavam, então, com muita crueldade. Afirma-se que os castigavam, amarrando-os às rodas dos seus carros, que punham em marcha; e sobre isso chicoteavam-nos barbara-

n. 122

mente,

Os pretos reconhecem que estão pobres, que não têm terras nem casas nas cidades, como os portugueses, que têm menos importância do que estes, mas não os desprezam. Garantem que os boers os não procuram, havendo-se, pior ou melhor, com as suas dificuldades.

SITUAÇÃO RELIGIOSA

Os boers são protestantes e quase todos filiados na Ned. Hervormd. Kerk., de que é representante em Angola o pastor Paulo van der Walt, residente no lugar de Tunda, da circunscrição dos Gombos. Só duas ou três famílias se acham ligadas à Igreja Reformad., que não tem sacerdote em Angola e estas, segundo creio, por litígio com Walt, accusam-no de sequestrar a discórdia entre os boers, falando muita coisa mal da outra e de não distribuir equitativamente os auxílios recebidos da África do Sul. O pastor Walt tem consigo, na Tunda, um grupo de cerca de 50 crianças africanas. Abriga-as em dois barracões em que estão separadas segundo os sexos. Dê-lhes de comer e ensina-lhes religião, africana e portuguesa. Também nesta missão acham que maliciam os seus detractores: que protege crianças de famílias reconhecidas em desfavor de outras de famílias muito pobres.

BOERS DE ANGOLA

4 123 -

Diz-se que o boer cumpre exemplarmente os preceitos da sua religião em que é intransigente e fanático. Graças a ela, porém, pode manter e em elevado nível, ainda que no isolamento dos matos, a sua superior cultura cristã.

BOERS DE ANGOLA

- 124 -

ROMAGENS DE SAUDADE DE AFRICAÑES A ANGOLA

1 - À PASSAGEM DO CHITATO, em 1954:

Sabe-se que um grupo de boers realizou em 1954 uma excursão à passagem do Chitato, no Cunene, lugar por onde, pela primeira vez, entraram em Angola, no ano de 1830. Consta que baptisaram algumas crianças nas águas do rio, do nosso lado, e outras com água da Humpata, que amigos lhes enviaram em garrafas.

2 - À HUMPATA E PALANCA, em JULHO DE 1957:

Uma comissão de sul-africanos, o Dorsland trekkonitee,⁶ com sede em Outjo, no Sudoeste Africano, nascidos na Humpata ou que aí viveram, ou com ascendentes oriundos de território angolano, organizou uma romagem de saudades à Humpata e Palanca, que com a devida licença oficial aqui chegou em 4 de Julho de 1957. Era uma caravana de 90 automóveis em que viajavam cerca de 400 pessoas. A expedição assinalava como único objectivo o de prestar homenagem aos heroicos pioneiros do grande trek de 1875-1860 e trazer no seu programa restaurar algumas sepulturas e erigir um monumento comemorativo da referida travessia e seguinte permanência em Angola. Tudo isso se executou de 5 a 8 de Julho de 1957. Em um cemitério boer da Humpata - campo raso, cercado de arame farpado, foram montados de pedras a cobrir a superfície dos sepulcros - foi levantada uma pirâmide de ferro e cimento, de 7 metros de altura e de 4 faces, na base de cada uma das quais se insculpiu: a) - a legenda: "Um comemoração de boers sul-africanos. Do Transvaal a Angola desde 1875 e depois. Festa de honra em 5-8

6 À letra, Comité das Viagens da Sede.

- 125 -

de Julho de 1957". b) - A mesma legenda em afrikans.
c) Uma roda de carro boer. d) - O mapa com o itinerário do
grande trek.

A celebração foi longa e ruidosa. Cantou-se e dançou-se de dia e de noite e em dias consecutivos, à sombra das frondosas árvores da Humpate. Homens e mulheres aqui nascidos falaram português e confraternizaram efusivamente com amigos portugueses seus contemporâneos: uma saudade alegre de outros tempos sem amargores ou azedumes que a distância de decénios apagara por completo.

FRANZ PIENAR UM NOVO EXODO PARA A AFRICA DO SUL?

Antes de Julho de 1957 percorreu Angola, devidamente documentado, e visitou os seus irmãos de raça aqui fixados um boer rico da África do Sul. Pelo mesmo tempo, um outro aventureiro viajante afrikaner cruzava clandestinamente a nossa fronteira do sul, detinha-se aqui e além em convívio íntimo com os boers, tirava fotografias e tomava apontamentos sobre as suas condições económicas - era o já conhecido Johan Pienaar, filho do general Frans Joubert Pienaar. Vale a pena mencionar o que se conhece da crónica destes dois personagens. O general Frans J. Pienaar viera de Moçambique, onde se tinha acolhido com um grupo de compatriotas, para a Metrópole e daqui se dirigiu para a Humpate, em 1905. Recebido com honras de grande senhor logo foi subido pelos colonos seus patrícios à dignidade de chefe. O general João de Almeida, refere-se-lhe nestes

BOERS DE ANGOLA

- 126 -

têrmos: (1) - " Quando em 1905 se efectuaram as operações do Malondo, o grupo de auxiliares constituído por eles (os boers) ficou na expectativa, não se empenhando na luta por não ter chegado o tempo e na esperança de que as nossas forças ficassem derrotadas; e neste caso eles terminariam com as restantes ou com os Portugueses que se lhes opussem e levantariam as populações nativas contra a nossa autoridade e, regressando ao planalto, proclamariam com elas a independência. Tal era o plano do escravo Joubert Pienaar... Mas falhando os seus projectos, devido à riqueza das nossas armas, desapareceu, não sem que ludibriasse a maior parte dos seus abrigine (ad patres) e de outros incultos e imbecis..." O filho Johan ficou em Angola, depois do desaparecimento do pai. Casou com uma viúva, no Bié, que tinha carro e gado e andou fazendo fretes por algum tempo, vivendo, em parte, à custa da viúva e acabou por vender carro e bois e por suicidar-se em Angola, tendo deixado na miséria a mulher e um filho. Publicou este fanigorado intruso, pela pena pouco escrupulosa do Sr. C. D. Boshof, no Die Burger de 8 de Julho de 1957, uma longa e caluniosa reportagem da sua oculta peregrinação. Nela atribui, segundo se afirma, às nossas autoridades administrativas a culpa da extrema penúria a que chegaram os boers do território angolano pelas muitas dificuldades que continuamente lhes levantan e clama, por exemplo, contra uma exorbitante carestia de vida, o proibitivo custo dos passaportes para a África do Sul e a ímpia crueldade de não se ter consentido que um pobre casal afrikaner enterrasse um filho nascido morto, sem o pagamento de uma taxa onerosa demais para as suas posses.(2)

(1) - Sul d'Angola, Lisboa, 1912, p. 288.

(2) - O escrito é iluminado com fotografias das residências miseráveis de Zaccarias van der Merwe (Vila Artur de Paiva) e da viúva Hayes (Capuca, Dongo).

7 Pienaar esteve longe de desaparecer para a administração portuguesa. Sobre as campanhas que, nos anos 1907-08, levantou na imprensa norte-americana a propósito da escravatura em Angola e S. Tomé, a diplomacia portuguesa em Washington produziu considerável documentação.

- 127 -

Tal acervo de mentiras provocou até indignação em alguns dos
nossos afrikaners e dela é viva expressão a carta - desmentido que no mesmo jornal e no seu número de 6 de Setembro último publicou a Sra. Murthie Veigh, boer da melhor cepa das que vivem em Angola. Mas segundo informou a Redacção do periódico nfo foi permitido que se publicasse uma parte dessa carta.

Veio em seguida à Huampta e Palanca, como já referimos, uma volumosa rolagem de saudade. Assinalámos o louvável e inócuo objectivo invocado pela Comissão organizadora e até o aspecto festivo, atraente e simpático que tornaram essas comemorações. A verdade, todavia, é que falaram os de cá com os de lá, que traziam, sem dúvida, mais algum desígnio do que o da apregoadá celebração. Vieram, naturalmente, as costumadas queixas com consequente sonegação de culpas próprias. Vários escritos para nós ora torpemente ofensivos, ora atemadamente laudatórios e justos, mas todos requerendo inadiável ajuda para os indigentes boers de Angola se publicaram a seguir nos periódicos da África do Sul (1). Foi de todos estes novimentos e campanhas que, certamente nasceu a Comissão de Auxílio aos Boers de Angola.⁸

(1) - Artigos publicados sobre o assunto:

"Die Burger" de 8/6/1957 e de 25/7/1957 (dois) e de 6/9/1957.

"Die Suidwester" de 15/6/1957 e de 28/8/1957.

"Courrier d'Afrique", Leopoldville, de 17/8/1957

"Volksgenoot" Rodésia, de 3/10/1957.

⁸ O Volkskomitee vir Angola-Boere (Comité Popular para os Boers de Angola) foi fundado a 9/8/1957 por iniciativa do Dr. Albert Coetzee, um professor e membro do Partido Nacional.

BOERS DE ANGOLA

- 128 -

Informam-se que esta Comissão está oficialmente reconhecida e registrada no Departamento de Saúde do Povo e é constituída por representantes de Igrejas protestantes, por professores universitários e outras altas individualidades, num total de 11 membros. Destina-se a angariar fundos para os boers do nosso território. A lista dos beneméritos, um dos quais se inscreveu com 1.000 libras, vem em jornais da União.

Este fraterno movimento de generosidade tem mais a virtude de pôr em evidência o difícil problema dos afrikanners de Angola do que poder para bem o resolver... Surgem já as dificuldades de como e de onde se deve aplicar o dinheiro reunido. Uns e principalmente os que vivem no distrito da Huila, sob a influência do pastor Paulo vander Walt, desejam ser socorridos em Angola. Seriam requeridas, no sul, concessões de terrenos onde a colónia boer se fixaria para se dedicar à criação de gado e à agricultura. Outros e porventura os mais numerosos, residente nas regiões de Caluquembe, Chicuna e Bié e Saurimo, por conselho e propaganda activa do comerciante boer Jean Diedriks, morador na povoação da Capala (Chicuna), querem receber a mencionada ajuda na África do Sul. Este Diedriks, a quem correram, até à pouco, de feição os ventos da fortuna está hoje a braços com a ruína económica, provocada pela grave crise que atravessam a indústria e o comércio do sisal. Daí, já se vê, o seu grande empenho no regresso à União. É um homem culto e inteligente, cortês e obsequioso, que fala e escreve correctamente o português, o inglês e o afrikans e se entende,

- 129 -

com alguma suficiência, com o alemão.

E com estas duas facções uma terceira e uma quarta se registam: os componentes daquela preferem ficar onde estão, no Dongo ou nos arredores de Vila Artur de Paiva a ir para as terras da Huila, onde, dizem, o gado não pode prosperar por falta de água; os desta, noídos de privações, não manifestam já qualquer opção; abrem os braços para o auxílio, venha donde vier e seja dado onde for.

Divergências de opinião e de interesses produzem viva dissensão entre os dois grupos mais numerosos de Walt e de Diedrika. E com o desastre económico concorre divisão religiosa: alguns dos partidários de Diedrika seguem igreja diferente da de Walt, a Gerofoneera,⁹ sem pastor permanente em Angola. No presente, como no passado, a mesma falta de unidade, o mesmo desentendimento na indisciplinada e improgressiva família boer.

Afigura-se-me que se está processando um novo e quase total êxodo para a União Sul-Africana. É o que se pode prever com fundamento nos factos relatados e na solução preconizada pela maior parte dos articulistas dos diários da União. E, se se fosse dado emitir opinião neste pequeno-grande problema político-social da nossa Província Ultramarina, arrisaria a seguinte: Deixá-los ir livremente e sem atropélos em demanda de mais um Eldorado, com os olhos cegos a todas as realidades que os esperam. Trabalhos de mais já nos têm dado até hoje.

9 No Glossario, ver "Igreja Reformada".

- 130 -

Esperá-los-ão de outro lado do Cunene as pedras da Damara-
lândia ou os seixos escaldantes do deserto. As terras boas
da União há muito foram distribuídas e não faltam lá afrika-
ners pobres a quem o Governo tem de proteger e que dão
aguardar a todos os momentos a solução ideal que os nossos
boers em vão procuram.

Se viesse, porém, a prevalecer o ponto de vista de
Walt de os instalar a todos no sul de Angola, parece-me que se
teria de tomar então, muito bem o peso a tal consentimento.
As terras do sul de Angola, embora ideais para o desenvolvimento
da pecuária, não têm ainda à vista a água que lhe é indispensá-
vel. Colocar aí os boers com gados que as libras sul-africa-
nes podem adquirir, sem a remoção de tal obstáculo, é, segundo
penso, condená-los a inevitável insucesso. E ainda que a água
jorrasse abundantemente do solo se me afigura que não conviria
à nossa soberania a ocupação dos espaços, que formam a frontei-
ra com o Sudoeste, por uma população que não quis e não quer
ser portuguesa e sempre que pode nos foi mais ou menos hostil.
E se não fosse caso de pensarmos em problemas de política
internacional nem em carência de água ainda assim poucas garan-
tias de êxito nos poderiam dar, neste novo empreendimento, os
indolentes afrikaners actuais. Será possível recorrer o gado
pelo trabalho em naturezas tão mortas para a acção como são
as suas? Será admissível mesmo esperar que se volte do
avesso a mentalidade de uma gente tão decida que despreza, por

- 131 -

indigno, o honroso trabalho manual?

Entretanto uma tarefa se nos antolha urgente, inadiável: é a de acudir às numerosas crianças boers que definham e se pervertem no ambiente miserável que vivem os seus pais. Com exacta visão do perigo moral que as ameaça tornou a Igreja de Van der Walt à sua conta o amparo espiritual dessas irresponsáveis quanto infelizes crianças. Walt tem reunida sob os seus telhados, no Chiango, uma noia centena deães. Outras tantas e mais reclamam igual protecção. Walt ensina-lhes a Bíblia, o africanas,¹⁰ enfim, a ser bons cidadãos sul-africanos e tem igualmente sobre os carteiros a Certilha Maternal de João de Deus, e problemas de aritmética na língua nacional. Urge, a meu ver, abrir imediatamente uma escola portuguesa que lhes ensine a nossa língua e a amar a Nação Lusitana. É, aliás, esse o voto já formulado no Governo Geral pelo do distrito de Hulla, com o qual se confessou de acordo o Sr. Paulo van der Walt. Poderá dizer-se que a despesa resultará inútil como tantas outras, lembrar-se a má sorte das escolas de Hungato, Palanca e Otchinjou, mas nem por isso se deve renunciar a essa obra ou adiá-la por mais tempo.

Mesmo que os boers insociáveis retirassem seus filhos da nossa escola, não deixava ela, por esse motivo, de ser útil, numa povoação que é testa de caminho de ferro, onde há umas poucas de crianças portuguesas em idade escolar e centenas de indígenas a reclamarem a nossa instrução.

10 No Glossario, ver "Afrikaans".

2. Fotografias

2.1. Anexo fotográfico 1

2.2. Anexo fotográfico 2

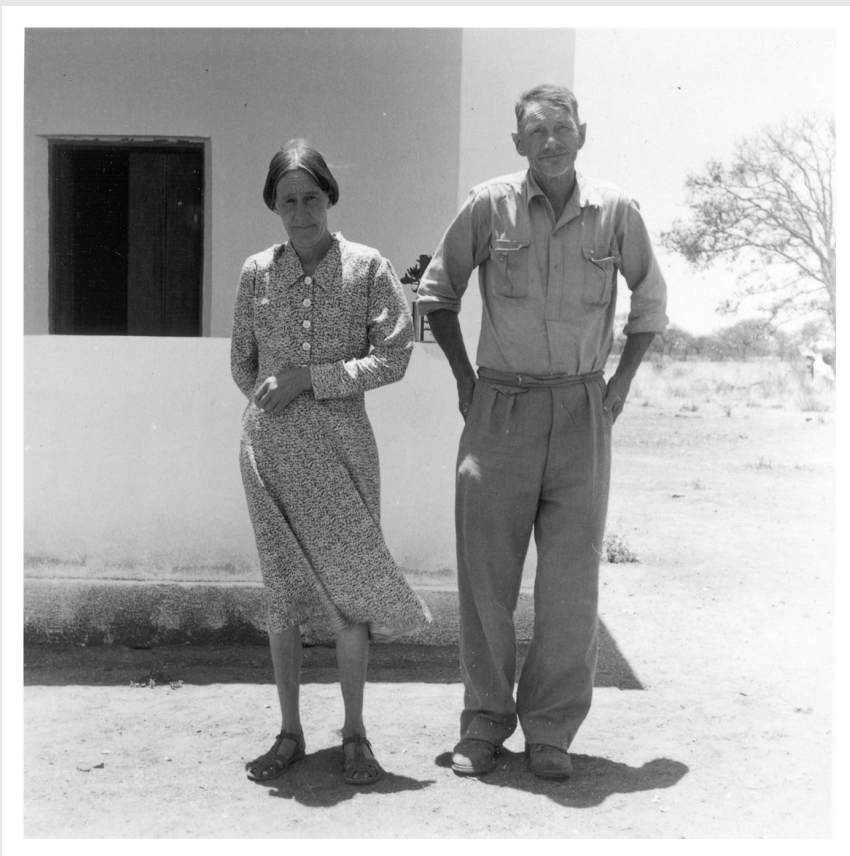
2.1. Anexo fotográfico 1

O anexo fotográfico 1 foi escolhido a partir do espólio de Viegas Guerreiro, depositado na Fundação Viegas Guerreiro. Todas as fotografias estão datadas de outubro de 1957. As legendas são as originais do autor.

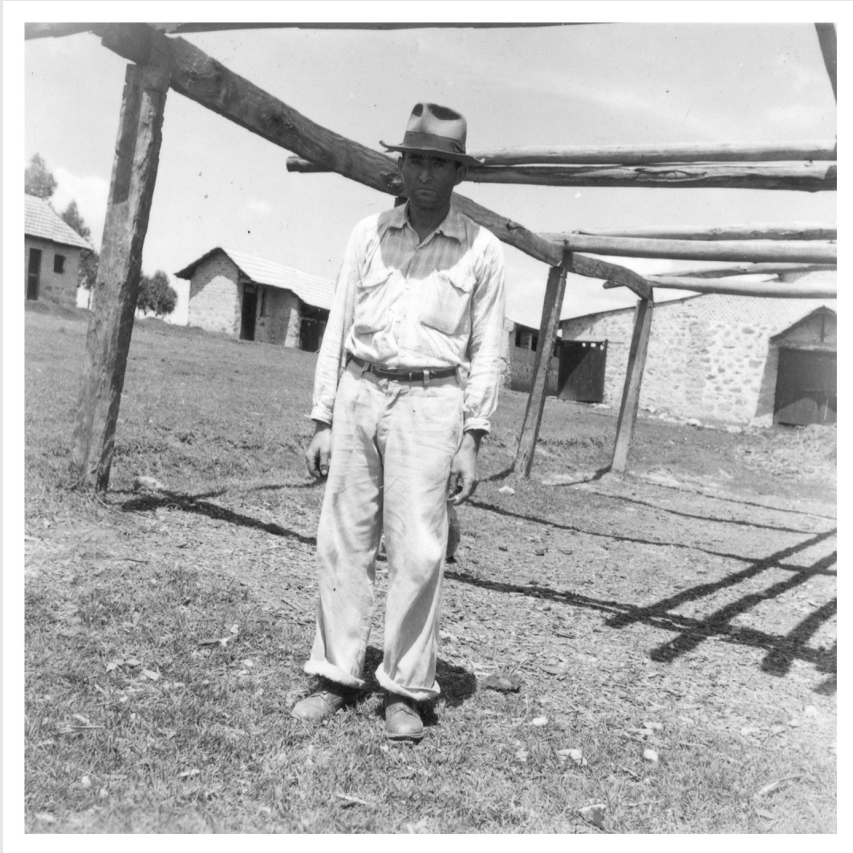
Foi selecionado um total de 16 fotografias diferentes das que o autor resolveu publicar como anexo ao seu artigo de 1958: “Boers de Angola”. Separata da revista Garcia da Orta, vol. 6, n.º1, p. 11-31.



1: Tunda, Chienge. Crianças boers da escola de P. v(an) d(er) Walt.



2:Tunda, Chienge. Os velhos Prinsloo.



3: Lugar de Lumupa, 45 km ao norte de Caluquembe. Flores Benarde, o chefe da família Benarde.



4: Sacanjimba, perto de Capeio (Bié). O holandês Petrus Albertus Wannings



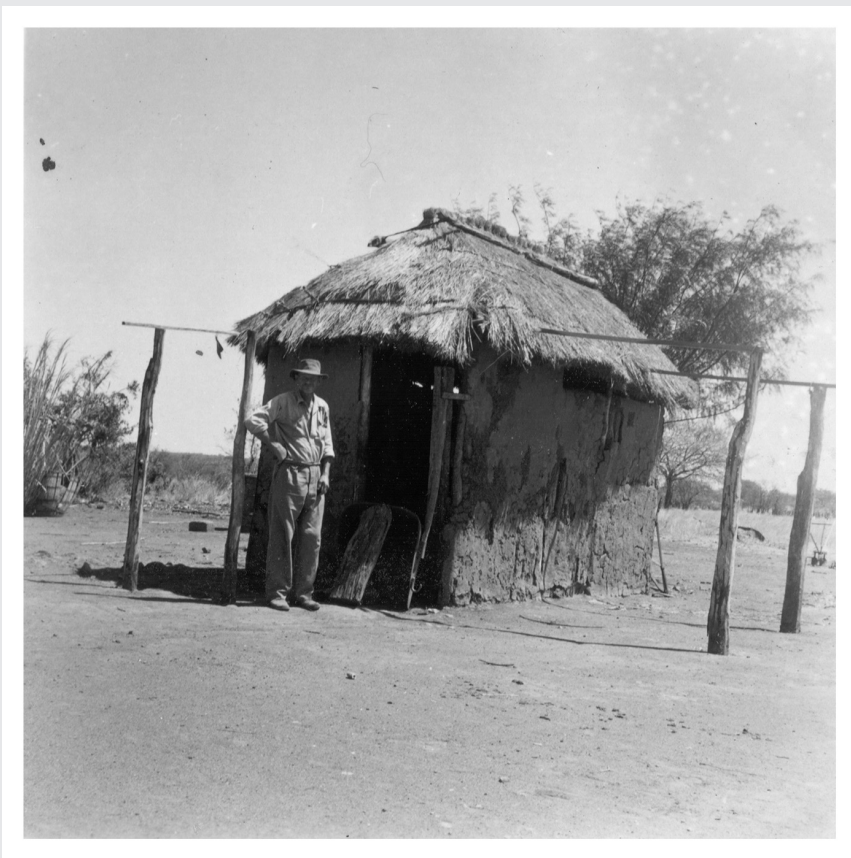
5: Pocolo, Gambos, Huíla. Pedro Milho.



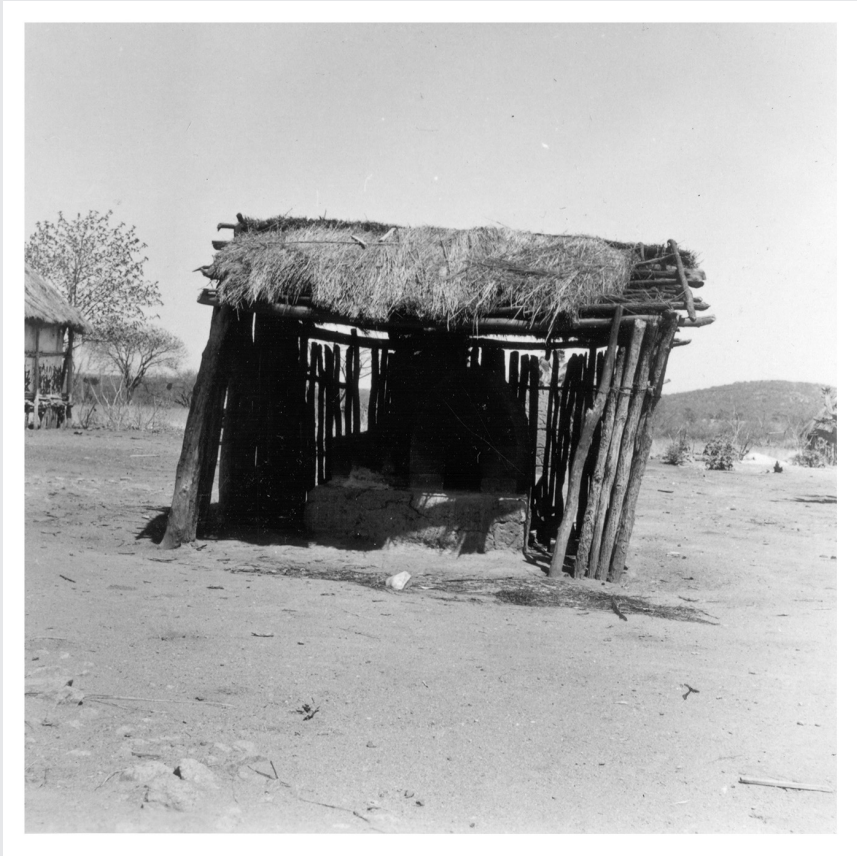
6: Quibanda, Vouga (Bié). Casa dos Enslin.



7: Tunda, Chiengde. O velho Prinsloo repara o seu carro boer numa oficina, ao ar livre.



8: Tunda, Chiengé. Anexo da casa do velho Prinsloo: dispensa.



9: Tunda, Chiengé. Casa do velho Prinsloo: cozinha.



10:Tunda, Chiengé. 2 celeiros do velho Prinsloo.



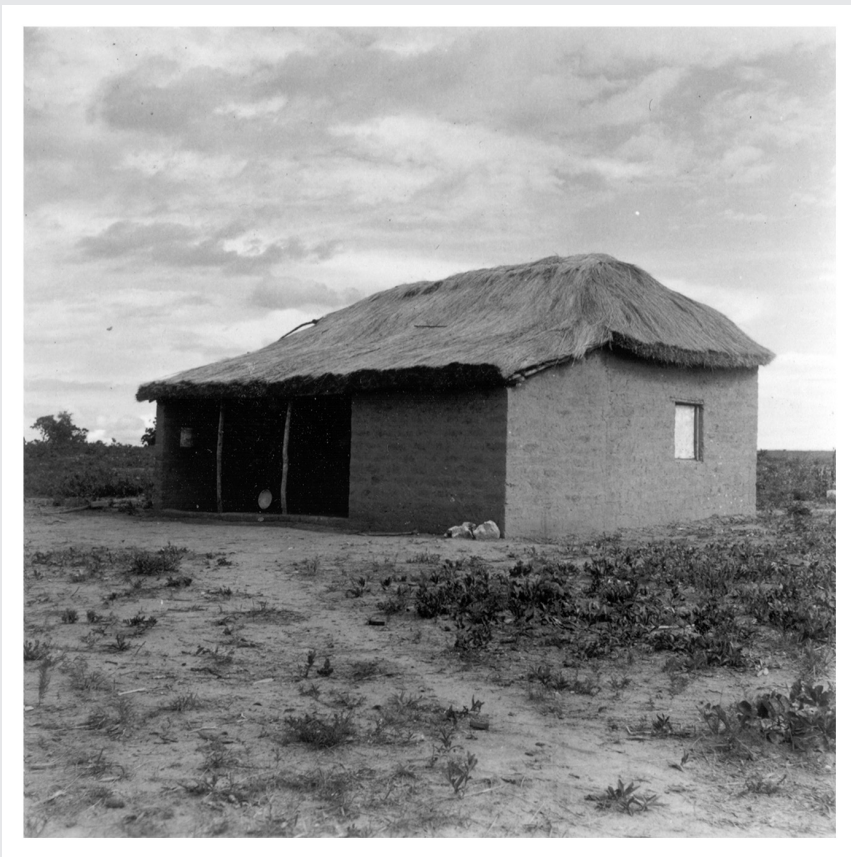
11: Tunda, Chienge. Forno da casa do velho Prinsloo.



12:Tunda, Chiengé. Curral de porcos do velho Prinsloo.



13: Lugar da Tunda, Chiengo (Gambos), distrito da Huíla.
Casa de Michel Prinsloo, filho, acabada de construir.



14: Catemo, Silva Porto. Casa de Johanes Ludeque.



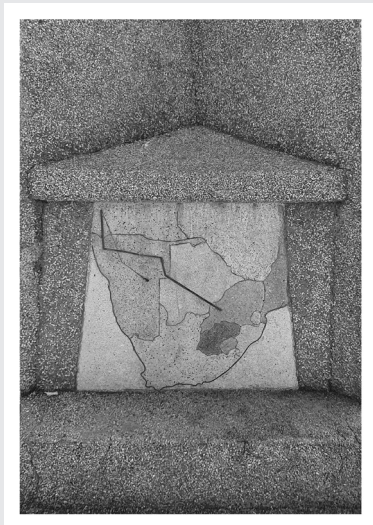
15: Lugar das Três Fontes, área da posto de Chicuma. Casa de Wellen Klerk.

2.2. Anexo fotográfico 2

O anexo fotográfico 2 incluiu fotografias da missão CEAUP a Angola em agosto de 2022 e ilustram o estado atual do monumento e dos cemitérios Boers da Humpata. Fotos Carmo Matos.



16: Humpata, cemitério boer do Chitoto. Monumento de homenagem aos Treks da Sede, inaugurado a 5 de julho de 1957. “pirâmide de ferro e cimento, de 7 metros de largura e de 4 faces”. (Relatório *, fl. 124).



16a, 16b, 16c, 16d: Humpata, cemitério boér do Tchitoto: inscrições das quatro faces do monumento de homenagem. De notar na foto 16d a roda do carro boér, símbolo chave da cultura afrikander.



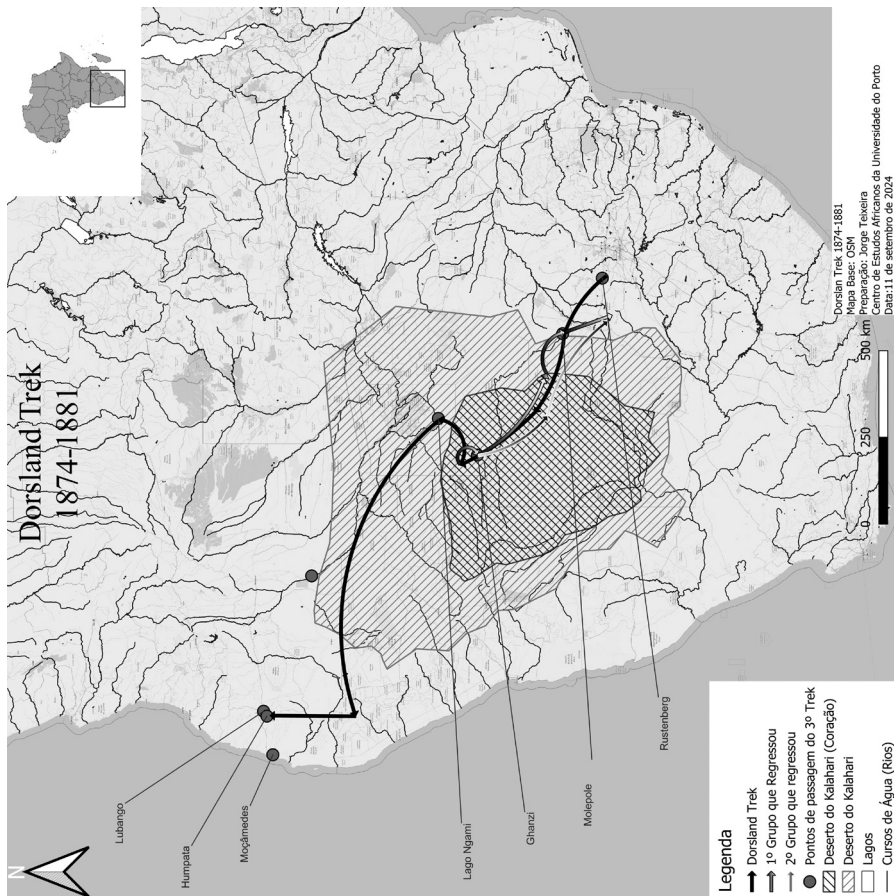
17: Humpata, cemitério Boer do Chitoto, junto ao monumento: “campo raso, cercado de arame farpado com montículos de pedras a cobrir a superfície dos sepulcros” (Relatório *, fl. 124).
Desapareceu entretanto o cercado de arame farpado.

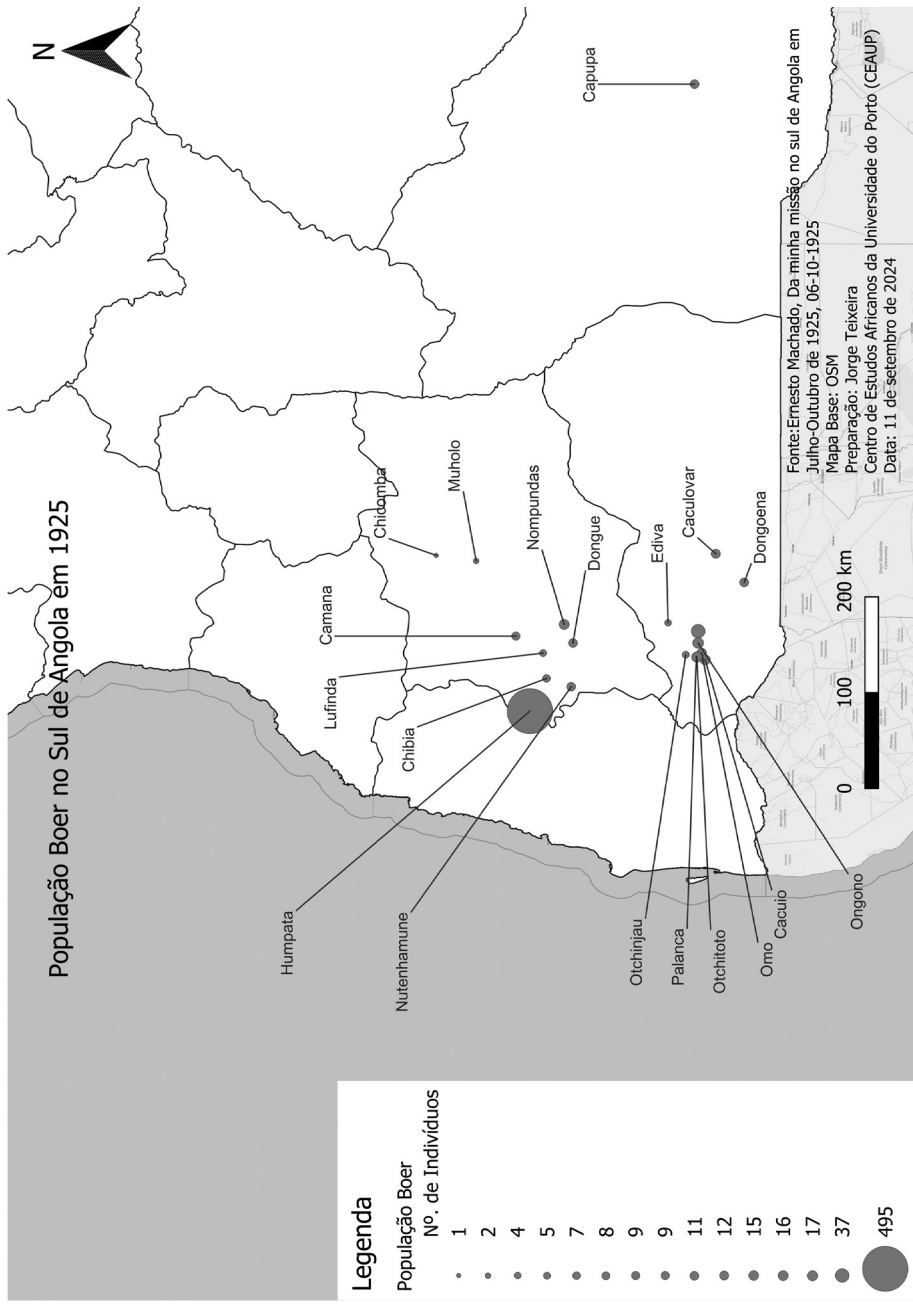
III. MATERIAIS DE APOIO

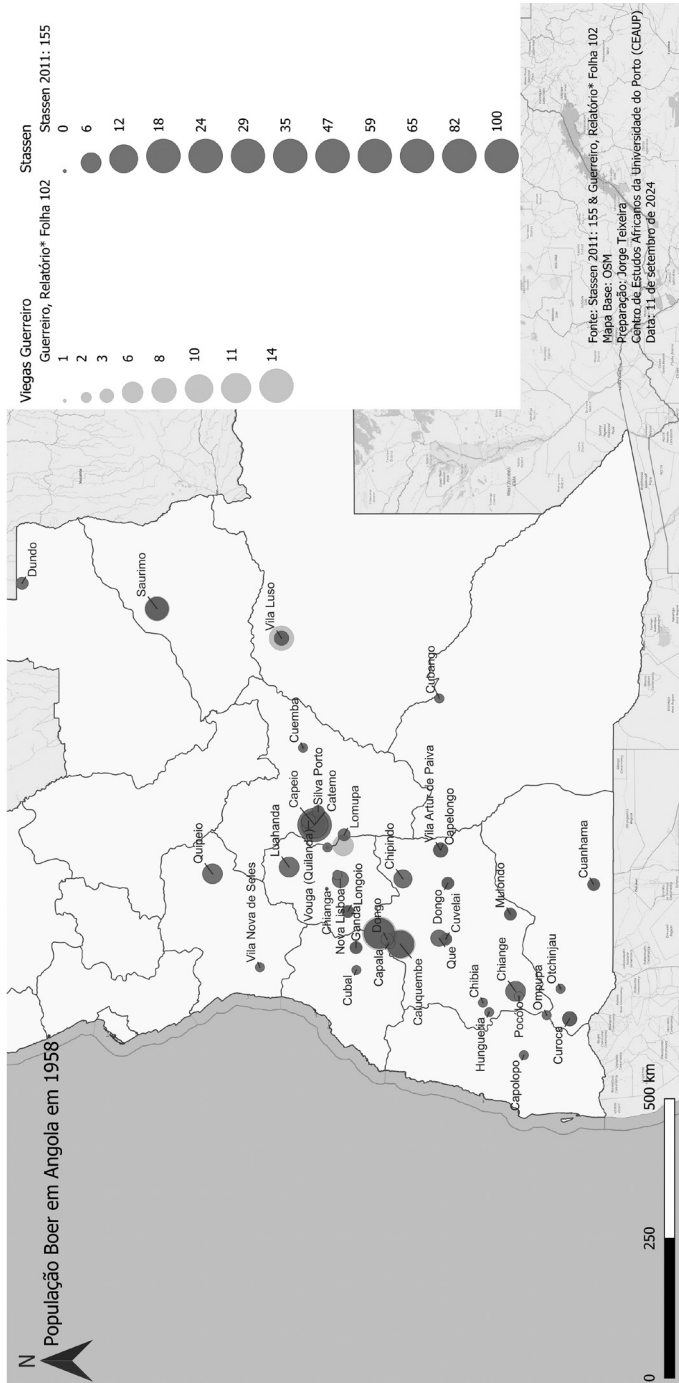
- 1. Mapas**
- 2. Glossário**
- 3. Bibliografia**
- 4. Índice Toponímico**

Mapas N.º 1, 2 e 3

1. Mapas







2. Glossário

Nota: As referências dos fólhos remetem para o Relatório*.

Afrikaans (fl. 96): língua derivada do holandês do século 17 e falada pelos colonos de descendência holandesa (*Afrikander*) na Colônia do Cabo. Embora tenha sofrido a habitual desvalorização dada às línguas faladas fora da Europa (“holandês do Cabo”, “kitchen language”) e contenha vocábulos importados do alemão, khoi-san, árabe, malaio e português, 90 a 95 % do seu léxico vem do holandês. Em 1925, com o governo do Partido Nacionalista na União Sul-Africana, foi reconhecida como língua distinta.

Angolar (fl. 120): unidade monetária de Angola entre 1926–1958. Tinha paridade oficial com o escudo metropolitano e a mesma divisão centesimal.

Anhara (fl. 121): vocábulo umbundu para zona plana, com vegetação rala.

Baía da Mesa (Afrikkans: *Tafelbaai*) (fl. 94): baía atlântica da península do Cabo da Boa Esperança e da cidade do Cabo. O topónimo advém da elevação arenítica, de topo plano com cerca de 1 000 metros de altitude, que domina o núcleo urbano.

Bantos (fl. 95): família linguística a que pertencem mais de seis centenas de línguas faladas em África. Cerca de 3 000 a.n.e. sucessivas migrações de falantes destas línguas deslocaram-se da África central para a Austral e sobrepueraram-se aos grupos *San** e *Khoe* (pré-bantus). O termo bantu apareceu pela primeira vez em 1862 na *Gramática Comparativa* do linguista alemão W.

Bleek e formou-se juntando o prefixo do plural “Ba” ao substantivo “Ntu” (“pessoa”, em muitas dessas línguas).

Bochimanés (fl. 94): povos do grupo linguístico *San* (língua que usa o clique gutural), tradicionalmente caçadores e recoletores. Foram designados pela colónia holandesa do Cabo como “Bosjesmanne”, i.e., homens do mato. A maioria dos *San* de Angola pertence ao sub-grupo !Kung, que seria o objeto da tese de doutoramento de Viegas Guerreiro.

Calahari (fl. 97): região semi-desértica de perto de 1 milhão de quilómetros quadrados maioritariamente localizada no atual Botswana. Os chamados *Dorsland Treks* (Viagens da sede) que levaram os boer do Transvaal a Angola atravessaram-no na sua parte central.

Caminho-de-ferro (de Moçâmedes) (fl.101): linha do Estado de via reduzida (0,60m) destinada a ligar o litoral de Moçâmedes (Namibe) à Vila de Sá da Bandeira (Lubango). O primeiro troço abriu em 1907 mas, devido à dificuldade técnica e custos elevados do percurso (mais de 11 contos por quilómetro), só em 1923 chegou ao Lubango.

Carro (fl. 107): deve ler-se: carro bóer – um veículo de madeira com quatro rodas e tirado por 16 a 20 bois. Podia transportar até duas toneladas de mercadorias e adaptar-se a todo o tipo de terrenos (foi com estes veículos que os Vortrekkers* se deslocaram).

Chicronho (fl. 119): nome dado aos habitantes de Nova Lisboa (Huambo). Corruptela do umbundu “tchi” (artigo definido) + “colono”.

Cubata (fl. 105): vocábulo quimbundo para “casa”, foi a expressão utilizada na colonização portuguesa para designar todas as habitações africanas. Em Angola, o principal imposto pago pelos “indígenas”, classificado como predial, começou mesmo por se chamar “imposto de cubata” (Regulamento da contribuição predial de 30 de Novembro de 1881).

Damaralândia (fl.98): os Damara pertencem linguisticamente ao grupo *Khoe* (Hotentotes*) embora haja dúvidas sobre a sua origem pré-bantu e se terão simplesmente adoptado a língua e costumes destes. Espalhavam-se pela região central da atual Namíbia mas depois da chegada dos europeus e de outros bantus, o termo Damaralândia ou Dâmara passou a designar a área do Sudoeste Alemão (atual Namíbia) a norte de Walvis Bay.

Grande Trek (fl. 96): literalmente a “Grande Viagem”. Refere-se à migração de colonos *afrikander* que, em rutura com a administração britânica do Cabo, se iniciou em 1835. A relação deste movimento, que se transformaria no mito nacional sul-africano, com a abolição da escravatura é complexa (ver *Voortekers**). Em todo o caso, um dos detonadores foi, em julho de 1836, a rejeição de uma petição de 350 munícipes do Cabo protestando contra a permissão de escravos poderem testemunhar em tribunal contra os seus donos. O Grande Trek levou à criação dos estados *afrikander* do Natal, Orange e Transvaal.

Hotentotes (fl. 94-95): povos do grupo linguístico *Khoe*, próximo do grupo *San* e associados à criação de gado (a este grupo pertencem os primeiros pastores da África Austral). A designação *Khoe* não é um nome étnico: inclui os povos Nama, Dâmara, Griqua, etc. Os colonos portugueses do Sul de Angola designavam por “hotentotes” várias comunidades e grupos, tanto residentes em Angola como no Sudoeste Africano.

Huguenotes (fl. 94): nome popular com que a partir do século 16 se conheciam em França os membros das confissões reformadas e, em especial, os calvinistas.

Igreja Reformada (fl. 95): a Igreja Reformada holandesa (*Nederlands Hervormde Kerk*), de tradição calvinista, formou-se em 1571 e tornou-se a mais importante das confissões protestantes nos Países baixos. Muitos boers de Angola pertenceram a um ramo dissidente, a Igreja Reformada da África do Sul (em afrikaans*: *Nederduitse Gereformeerde Kerk, NGK*), fundada em

1853. Esta cisão resultou do descontentamento crescente trazido pelo colaboracionismo da Igreja reformada perante as autoridades britânicas. Em 1860 a NGK já era a principal igreja da República Sul-Africana (Transval).

Índias Orientais (fl. 94): territórios compreendidos entre a ilha de Sumatra, a oeste, e a da Nova Guiné, a leste, que, após o período dos entrepostos portugueses e da sua substituição pela administração C^a das Índias Orientais, passaram a ter a designação de Índias Holandesas. Passaram para a administração estatal em 1800.

Lateríticos, solos (fl. 112): resultado da lixiviação do revestimento por causas naturais ou humanas. Frequente nas regiões tropicais nas quais os solos possuem uma fina camada de húmus. A ação das chuvas e/ou o desmatamento levam a que se concentre neles uma camada ferruginosa de óxidos de ferro e alumínio, que impede depois a penetração das raízes das plantas e acelera a erosão.

Pirão (fl. 113): papa de farinha que pode ser de milho, batata-doce ou mandioca. Na região do sul de Angola, toma em geral o nome de “funge” (do quicongo, “funji”)

Salalé (fl.104): nome dado em Angola a um inseto social da família *Isoptera*, que conta perto de 3 mil espécies no mundo (cupim no Brasil, térmita, etc.) Nas regiões tropicais constroem grandes ninhos de orientação vertical (os *morros de salalé*), muito vulgares nas savanas angolanas.

Sanzala (fl. 112): vocábulo quimbundo para “povoação”. A administração colonial de Angola designava geralmente assim as aldeias “indígenas”. No contexto das plantações (em S. Tomé, Angola e no Brasil) passou também a designar as acomodações dos trabalhadores, escravos ou “contratados”.

Upingtonia (fl.100): efêmera república bóer (1885-1886) formada na região de Grootfontein (na Damaralândia*) com participação de dissidentes das colónias bóeres da Humpata e Palanca. Beneficiou de algum auxílio

do governo britânico com o intuito de contrariar a presença alemã no Sudoeste Africana. Depois de perdido o apoio do Cabo (cujo governador Thomas Upington servira para nomear a república), a colônia denominou-se República de Lijdensrust antes de se submeter às autoridades alemãs.

Voortrekers (fl. 97): “pioneiros”, isto é, os migrantes *afrikander* que a partir da década de 1830 se internaram no *hinterland* do Cabo. Entre os fatores de mobilidade está a dissidência política: para além da questão do trabalho (ver Grande *Trek**), pesou também a repressão à revolta anti-britânica (falhada) de 1815-16, as restrições colocadas pelo governo do Cabo aos estabelecimentos *afrikander* no país Xhosa, a subalternização do afrikaans* e a chegada progressiva de colonos e missionários britânicos. Contudo, talvez razão principal da itinerância venha do tipo de agricultura praticado e destas migrações sairá também a designação de boers (agricultores).

3. Bibliografia

Fontes arquivísticas

1. Arquivo Histórico Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHD-MNE):

-Legação de Portugal em Washington

-3º P.A. 9, maço 21

-3º P.A. 9, maço 22.

Ernesto Machado, Relatório, 10-02-1925

Ernesto Machado, Da minha missão no sul de Angola em Julho-Outubro de 1925, 06-10-1925

- Mç. 772 - 778

Fontes impressas

Banco de Angola, Relatórios, 1959-71

Boletim da Agência Geral das Colónias (BGA)

Camara dos Pares do Reino

Diario da Camara dos Senhores Deputados

Eco Socialista

Jornal do Comercio e das Colonias

Voz do Proletário

Bibliografia

- Almeida, João de (1912), *Relatório de um governo de districto (1908-1910)*, Lisboa.
- Amaral, F. d. (1881), *Apontamento para a História do estabelecimento da colónia S. Januário Nos terrenos da Humpata (Distrito de Mossamedes)*, Lisboa: Sociedade de Geographia.
- Azevedo, José Manuel (2014), *A colonização do Sudoeste Angolano do deserto do Namibe ao planalto da Huíla 1849-1900*, Universidade de Salamanca.
- Bouene, Felizardo; SANTOS, Maciel (2006), *O Modus Vivendi entre Moçambique e o Transvaal (1901-1909: Um caso de “imperialismo ferroviário”*, *Africana Studia* n.º 9, CEAUP.
- Brandão, Vicente de Paiva (2020), *ALCORA A derradeira tentativa e manter o ultramar português*, Alfragide: Casa das Letras.
- Brito, r. s. (1977) - *Acerca da colonização das Terras Altas da Huíla (Angola)*, *Finisterra*, 12(24).
- Clarence-smith, w. a. Gervase (1979), *Slaves, peasants and capitalists in Southern Angola 1840-1926*, Cambridge University Press.
- Colónia de angola, Repartição Central de Estatística Geral (1935), *Anuário Estatístico de Angola - Ano de 1933*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Couceiro, Henrique de (1958), *Angola (Dois anos de Governo Junho 1907-Junho 1909) História e Comentários*, Lisboa.
- Dias, Gastão de Sousa, *Angola e o problema da colonização boer (do Primeiro de Janeiro, 23/01/1927)*, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, 1927, Vol. 22, pp. 222-226.
- Dias, Jorge (Chefe da Missão); Guerreiro, Manuel Viegas (1º Assistente). (1958). *Relatório da Campanha de 1957 (Moçambique e Angola)*. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigação do Ultramar.

- Dias, Jorge (1964). Os Macondes de Moçambique, Vol. I: Aspectos Históricos e Económicos. Lisboa: Centro de Estudos de Antropologia Cultural, Junta de Investigações do Ultramar.
- Dias, Jorge (coord.); Dias, Margot (1964). Os Macondes de Moçambique, Vol. II: Cultura Material. Lisboa: Centro de Estudos de Antropologia Cultural, Junta de Investigações do Ultramar.
- Dias, Jorge (coord.); Dias, Margot. (1970). Os Macondes de Moçambique, Vol. III: Vida Social e Ritual. Lisboa: Centro de Estudos de Antropologia Cultural, Junta de Investigações do Ultramar.
- Dias, Jorge (coord.); Guerreiro, Manuel Viegas. (1966). Os Macondes de Moçambique, Vol. IV: Sabedoria, Língua, Literatura e Jogos. Lisboa: Centro de Estudos de Antropologia Cultural, Junta de Investigações do Ultramar.
- Emmanuel, Arghiri (1985) *La dynamique des inégalités*. Paris: Anthropos.
- Epifânio, António Ndelesse (2023), Os Bóeres de Angola. Reconstituição do legado da sua passagem pelas terras da Humpata 1880-1928, ISCED-Huila.
- Felner, Alfredo de Albuquerque (1940), *Apontamentos sobre a Colonização dos planaltos e litoral de Angola*, vol. III, Agencia Geral das Colónias.
- Ferreira, A. Rita (1963), *O movimento migratório de trabalhadores entre Moçambique e a África do Sul*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Ferreira, Francisco Melo (2006). *Fotobiografia de Manuel Viegas Guerreiro*. Loulé, Querença: Fundação Manuel Viegas Guerreiro.
- Florilégio *Os Boers em Portugal* (1901), [S.l.].
- Frankel, Herbert (1969), *Capital Investment in Africa. Its Course and Effects*, Nova Iorque, Howard Fertig.
- Freudhental, Aida (2001), “Angola” in A.H. de Oliveira Marques (coord), *O Império Africano 1890-1930*, Lisboa: Editorial Estampa.

- Galvão, Henrique (1929), *Huila (Relatório de Governo)*, Lisboa.
- Galvão, Henrique (1929a), *Em terra de Pretos (Crônicas d'Angola)*, Lisboa.
- Guerreiro, Manuel Viegas (1958). "Boers de Angola". *Separata da revista Garcia da Orta*, vol. 6, n.º1, p. 11-31. Lisboa: Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar.
- Guerreiro, Manuel Viegas (1960), *Ovakuwankala (Bochimanês) e Ovakwanyama (Bantos): aspectos do seu convívio*, Garcia de Orta, vol. 8, n.º3, pp.529-534.
- Löwi, Michel, (1990) *Romantismo e Messianismo*, S. Paulo: Editora da Universidade de S. Paulo.
- Machado, Carlos Roma (1919), *Colonização do Planalto da Huila e Moçamedes*. Lisboa.
- Marseille, Jacques (2005), *Empire colonial et capitalisme français*. Paris, Albin Michel.
- McIntyre, W. David (1974), *Colonies into Commonwealth*, Londres: Blandford Press.
- Mendes, Afonso, (s/d), *O Trabalho Assalariado em Angola*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
- Oliveira, Mário António Fernandes de (1968), *Angolana (Documentação sobre Angola), I (1783-1883)*, Instituto de Investigação Científica de Angola e Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- Oliveira, Mário António Fernandes de; COUTO, Carlos Alberto Mendes do (1971), *Angolana (Documentação sobre Angola), II (1883-1887)*, Instituto de Investigação Científica de Angola e Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- Padrão, F. Cerviño, (1998), *A Colonização do Sul de Angola 1485-1974*, Sintra.
- Pélissier, René (1986), *História das Campanhas de Angola, Resistência e Revoltas 1845-1941*, vol. II, Lisboa: Editorial Estampa.

- Pereira, Hugo Silveira (2018), *O caminho de ferro de Moçâmedes: entre projeto militar, instrumento tecnodiplomático e ferramenta de apropriação colonial (1881-1914)*, Revista de História da Sociedade e da Cultura, vol 18, pp.157-183.
- Santos, Maciel (2013), “O imposto camponês e o financiamento do Estado colonial – exemplos das colónias portuguesas (1900-1939) in Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e Instituto de Investigação Científica Tropical (coord.), *O colonialismo português*, Húmus.
- Silva, M. F.; Santos, Maciel (2016), *Moçambique entre greves ferroviárias e “Modus-vivendi” (1920-1926)*, Africana Studia n.º 27, pp. 127-148.
- Stassen, Nicol (2011), *The Boers in Angola 1928-1975*, Pretoria: Protea Book House.
- Welsh, Frank (2000), *A History of South África*, Harper Collins Publisher.

3. Índice Toponímico

Organização: Carla Delgado, Jorge Teixeira

A

África- 94, 97, 112
África do Sul- 94, 96, 101, 102,
103, 125, 126, 127,
128, 129, 130
Alto-Velt- 97
Angola- 101, 103, 116, 124, 126,
127, 128, 129, 130
Artur de Paiva, Vila (Cubango) –
102, 129

B

Baía da Mesa- 94
Benguela- 111
Bié- 100, 102, 108, 111, 126, 128

C

Cabo- 95, 99, 100
Caconda- 100, 111
Calaari- 97
Caluquembe- 102, 107, 108, 121,
128
Caoco- 98, 101
Capala- 107, 128

Capuca- 121, 126
Catemo – 102, 121
Chiange- 102, 131
Chibia- 119
Chicama- 102, 107, 108, 110, 128
Chinguar- 102
Chitado- 124
Cubango- 98
Quando Cubango- 102
Cuanhama- 102
Cuamba- 102
Cunene- 124
Curoca- 102
Cuvelai- 102

D

Dâmara / Damaralândia- 98, 99,
100, 130
Dongo- 102, 121, 126, 129

E

Europa-94

F

França - 95

G

Gambos- 122
Ganda- 102
Grã-Bretanha- 95
Grande Rio do Peixe- 95

H

Huambo- 100, 102
Huila- 98, 102, 129, 131
Humbe- 98
Humpata- 98, 99, 100, 124, 125,
127, 131

I

Índias Orientais- 94
Inglaterra- 96

K

Kimberley- 97

L

Lisboa- 126
Longoio- 102
Lunda- 102, 108
Luso - 102

M

Moçâmedes - 98
Moxico- 102, 108, 111
Mulondo - 102, 126

N

Natal- 96

O

Orange- 96
Otchinjau- 101, 102, 131
Outjo- 124

P

Países-Baixos- 95
Palanca- 100, 101, 124, 127, 131
Pocolo- 102

Q

Qué- 121
Quilanda- 102
Quipeio- 102

R

Rodésia- 115

S

S. Januário- 98
Santa Helena- 94
Saurimo- 102, 128
Silva Porto- 102, 107, 113, 121
Sudoeste Africano- 124

T

Transvaal - 96, 98, 124
Tunda- 102, 111, 121, 122

U

Upingónia - 100

Índice

<i>Nota de Abertura</i>	3
<i>Agradecimentos</i>	5
I. Estudos	7
Os Boers e Viegas Guerreiro	
1. <i>Uma revisão à obra e percurso do antropólogo Manuel Viegas Guerreiro</i>	9
2. <i>Os boers em Angola – uma cultura em extinção observada por Viegas Guerreiro</i>	12
II. Documentos	65
1. <i>Boers de Angola</i>	67
2. <i>Fotografias</i>	111
2.1. <i>Anexo fotográfico 1</i>	112
2.2. <i>Anexo fotográfico 2</i>	128
III. Materiais de apoio	133
1. <i>Mapas</i>	135
2. <i>Glossário</i>	138
3. <i>Bibliografia</i>	143
4. <i>Índice Toponímico</i>	148

